

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Dissertação

**AS INTERFACES ENTRE O RURAL E O URBANO: Possibilidades e restrições
para a permanência da agricultura familiar no espaço Rururbano de Pelotas/RS**

CARLOS VINÍCIUS DA SILVA PINTO

Rio Grande, 2014

CARLOS VINÍCIUS DA SILVA PINTO

**AS INTERFACES ENTRE O RURAL E O URBANO: Possibilidades e restrições
para a permanência da agricultura familiar no espaço Rururbano de Pelotas/RS**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande como parte do requisito necessário para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Giancarla Salamoni

Rio Grande, 2014

Carlos Vinícius da Silva Pinto

**AS INTERFACES ENTRE O RURAL E O URBANO: Possibilidades e restrições
para a permanência da agricultura familiar no espaço Rururbano de Pelotas/RS**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande como parte do requisito necessário para a obtenção do título de mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni (Orientadora)

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Prof. Dr. Adão José Vital da Costa

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS

Campus Rio Grande

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Instituto de Ciências humanas

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Prof.^a Dr.^a Liz Cristiane Dias (Suplente)

Instituto de Ciências humanas

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Dedico este trabalho, em especial, a meus pais e irmãs. E a todos que de alguma forma fizeram parte da construção desta etapa profissional extremamente importante da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Muito ouvi falar que a pós-graduação era um momento particular no qual se caminha sozinho na busca de um resultado individual, porém, a necessidade que sinto em agradecer a algumas pessoas pela contribuição na construção deste trabalho vai à contramão do que me foi dito. Direta ou indiretamente, todos que estiveram comigo, nos diferentes estágios de elaboração da dissertação e ao longo dos dois anos do mestrado, tiveram o papel de colaboradores na confecção deste trabalho que, sem dúvidas, é o resultado de um esforço coletivo.

Aos meus pais, meus verdadeiros mestres e professores, que mesmo sem títulos acadêmicos me ensinaram valores e me deram a base para enfrentar os erros e acertos de cada dia.

Às minhas irmãs, agradeço especialmente a cada uma delas:

À Nélcia (Lili), pela amizade, sem importar a grande diferença de idade que temos, representa pra mim muito mais que a figura de “irmã mais velha”.

À Fabiana (Tete), pelo cuidado e pela contribuição na criação da minha personalidade. Agradeço pela liberdade e confiança depositadas a mim.

Á Andréa (Déia), que com carinho, dedicação e um imenso esforço, representa alguém que é imprescindível na minha vida. Agradeço por cada ajuda, cada palavra de apoio aos meus momentos de desânimo e incerteza.

À Gilene (Gigi) que é presença constante nas minhas lembranças da infância, sei que os caminhos que tomamos foram diferentes, mas as nossas perspectivas de futuro ainda são as mesmas.

À Mariana, a quem pude ver crescer e se tornar uma pessoa com vontades e perspectivas de seguir o caminho certo. I'll be there for you!

Agradeço a vocês pelo o que são e representam na minha vida, na minha formação pessoal e profissional. A amizade, amor e o apoio de cada uma, muito mais que o laço sanguíneo de parentesco, é essencial para que eu sempre consiga seguir adiante.

Agradeço especialmente à minha tia Nélcia por toda a dedicação e carinho a mim e aos meus irmãos, pessoa que representa mais que a figura de tia, é a segunda mãe que temos.

Aos meus cunhados, Sadi e Kadu, pelo qual tenho respeito e admiração, sei que torcem pelo sucesso que almejo.

Aos amigos mais próximos, que sem os quais esta jornada não teria sido fácil, agradeço pelo apoio, pelos momentos de descontração necessários tornando mais leve a “dura” vida acadêmica. Especialmente à:

Maiara, agradeço pela amizade e pelo carinho, por não importar o tempo ou a distancia, sei que sempre estará “lá” por mim.

Bianca e Deinha, pela amizade e cumplicidade mesmo cada um seguindo um caminho novo, mas com as velhas e melhores lembranças dos tempos de graduação.

Lilian e Joice, também por estarem sempre comigo, isso é muito importante pra mim.

Aos amigos Mari, Anderson, Clarissa, Fernando e Tamara pelas jogatinas que muito descontraíram minhas noites de sábado e pela amizade que constituímos como grupo. Torço por cada um de vocês.

A los “PELOTUDOS”, amigos que hice durante el intercambio. Cada día que pasa todavía recuerdo las cosas estúpidas que hicimos boludeando por Santiago. Fueron mi familia en Chile. Siguen siendo importantes para mí, aunque la distancia sea un problema, todavía quiero verlos otras veces. Bia, Thay, Paulinha, Malena, Marco y Pauline. Chiquillos, gracias a todos!

Aos amigos e colegas do LEAA, Tiaraju, Gabi, Ju Franz, Juliana Fagundes e Sibeli e Maiara, um agradecimento pelos momentos de descontração e pelos papos “cabeça” discutindo o mundo rural e suas particularidades.

Agradeço especialmente à Giancarla, pelo apoio e dedicação na orientação recebida nos últimos cinco anos, entre a graduação e o mestrado. Sou grato pela confiança na condução deste trabalho e por continuar sendo o meu referencial nesta etapa da pós-graduação.

À Universidade Federal do Rio Grande e ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela estrutura recebida e por acreditar no meu projeto de pesquisa.

À banca examinadora, agradeço por aceitar avaliar este trabalho e pelas contribuições que irão qualificá-lo.

Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos concedida, responsável pela dedicação exclusiva na concepção deste trabalho.

No me regalen más libros
Porque no los leo
Lo que he aprendido
Es porque lo veo
Mientras más pasan los años
Me contradigo cuando pienso
El tiempo no me mueve,
Yo me muevo con el tiempo.
Soy las ganas de vivir,
Las ganas de cruzar
Las ganas de conocer
Lo que hay después del mar

Yo espero que mi boca nunca se calle
También espero que las turbinas de este avión
Nunca me fallen
No tengo todo calculado,
Ni mi vida resuelta
Solo tengo una sonrisa
Y espero una de vuelta.

(La Vuelta al mundo, Calle 13)

RESUMO

Este trabalho analisa a importância do debate que se fez nos últimos anos a respeito da transformação nas relações cidade-campo, urbano-rural, não apenas na ciência geográfica, mas também em outras áreas do conhecimento. Para tanto, toma-se como ideia central a presença da agricultura familiar em espaços urbanos. De forma mais ampla, a agricultura, além de ser responsável pela produção e abastecimento de alimentos, possui centralidade na discussão destas relações, tanto no âmbito da industrialização/urbanização do campo, bem como, sobre o avanço do perímetro urbano sobre áreas rurais. Faz-se necessário, diante destas transformações, a compreensão das novas dinâmicas que surgem da ligação entre estas categorias analíticas. Assim, é importante entender que a agricultura familiar presente no rururbano da cidade de Pelotas surge, sobretudo, pelo crescimento físico do perímetro urbano (imposto pela Câmara Municipal) onde a atividade agrícola e a noção de ruralidade permanecem, embora o conceito normativo faça referência ao urbano, fazendo com que o espaço e as espacialidades ganhem diversos significados. Assim, no contexto empírico de análise deste trabalho, as decisões normativas influenciam a organização espacial, mas não eliminam imediatamente as expressões da agricultura e da ruralidade. Por fim, entende-se que a agricultura familiar neste espaço urbano busca, por meio de diversas estratégias de reprodução social e territorial, sua valorização e permanência diante das novas dinâmicas impostas pelo avanço da cidade e da urbanização.

PALAVRAS-CHAVE: Relações cidade-campo. Agricultura Familiar. Rururbano. Pelotas.

RESUMEN

Esta investigación analiza la importancia que ha ganado en los últimos años acerca de la transformación de las relaciones entre la ciudad y el campo, urbano-rural, no sólo en la ciencia geográfica, sino también en otras áreas del conocimiento. Tiene como idea central la presencia de la agricultura familiar en las zonas urbanas. Mucho más que su sentido estricto, la agricultura, además de ser responsable por la producción y suministro de alimentos, aparece en la centralidad de la discusión de estas relaciones, tanto en el contexto de la industrialización/urbanización del campo, así como los avances de los perímetros urbanos en las zonas rurales. Es necesario, a largo de estas transformaciones, la comprensión de las nuevas dinámicas que surgen de la unión de estas categorías de análisis. La agricultura familiar en las zonas urbanas surge, sobre todo, con el crecimiento normativo de los perímetros urbanos (impuesta por los municipios) donde la actividad agrícola y la noción de ruralidad permanecen aunque la terminología del espacio determinado recibe significado distinto. El contexto empírico de este estudio es el municipio de Pelotas, ubicado en el sureño estado de Rio Grande do Sul, con mayor precisión, en el perímetro urbano de este municipio, que pasaron por el mismo proceso descrito anteriormente. Las decisiones regulatorias influyen en la organización del espacio, pero no eliminan inmediatamente las expresiones de la agricultura y la ruralidad. Por fin, se entiende que la Agricultura Familiar en la perspectiva de la urbanización busca, a través de estrategias de reproducción social y territorial, aprecio, reconocimiento e importancia dentro de las nuevas dinámicas impuestas por el avance de la ciudad y la urbanización.

PALABRAS CLAVE: Relaciones ciudad-campo. Agricultura Familiar. Pelotas. Rururbano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema analítico adotado para o recorte de estudo	24
Figura 2: Mapa do estado do Rio Grande do Sul, da divisão distrital do município de Pelotas e da localização da área de estudo.	26
Figura 3: Sistema da agricultura: subsistemas internos e externos	28
Figura 4: Esquema analítico das relações entre o sistema da agricultura urbana e o processo de urbanização	29
Figura 5: Mapa da distribuição da população no território brasileiro	35
Figura 6: Mapa de localização do estado do Rio Grande do Sul, município de Pelotas	46
Figura 7: Sobreposição e representação do Distrito Sede, que corresponde ao perímetro urbano de Pelotas em 1967 e nos dias atuais.	53
Figura 8: Mapa do atual Perímetro Urbano de Pelotas evidenciando os vazios urbanos passíveis a ocupação imobiliária ou outros fins urbanos e os vetores de crescimento físico da cidade a partir do núcleo central.	56
Figura 9: Mapa do Perímetro Urbano de Pelotas destacando a região do Rururbano pelotense de acordo com o Modelo Urbano Municipal de Pelotas.....	57
Figura 10: Mapa do Distrito Sede do Município de Pelotas com o Modelo Urbano Geral.....	68
Figura 11: Modelo Analítico representando o espaço em confluência entre cidade e campo.....	70
Figura 12: Disposição espacial das entrevistas realizadas no Rururbano.....	75
Figura 13: Produção de alface na localidade Sítio Floresta	77
Figura 14: Diversificação no uso da terra na localidade Sanga Funda	78
Figura 15: Trator utilizado em uma propriedade na localidade da Sanga Funda	79
Figura 16: Caminhão utilizado em uma das propriedades na localidade da Sanga Funda	80
Figura 17: Criação de aves em propriedade pesquisada na localidade do Sítio Floresta	81
Figura 18: Criação de equinos em propriedade pesquisada na localidade da Sanga Funda	81
Figura 19: Forma como as propriedades foram adquiridas	84
Figura 20: Implantação de condomínios residenciais próximo ao Rururbano	88
Figura 21: Demonstração do crescimento da área ocupada por condomínios residências próxima ao Rururbano.....	88
Figura 22: Propriedade à venda na localidade da Sanga Funda.....	90
Figura 23: Criação de gado para a produção de leite na localidade da Sanga Funda	103
Figura 24: Comercialização de frutas em lote na localidade da Sanga Funda.....	104
Figura 25: Agroindústria como exemplo de multifuncionalidade no espaço rururbano	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Crescimento da população brasileira 1872 - 2010 (em milhões).....	40
Tabela 02: Evolução da população de Pelotas (1811-1890).....	52
Tabela 03: Tamanho das propriedades nas localidades pesquisadas.....	78
Tabela 04: Qual é a principal fonte de renda da propriedade?.....	108

Sumário

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	13
1.1 Problema de pesquisa.....	20
1.2 Objetivos	21
1.2.1 Objetivo Geral:.....	21
1.2.2 Objetivos específicos:	21
1.3 Método de análise, investigação e recorte espacial	21
2. DO RURAL AO URBANO: O contexto histórico e o processo de urbanização em diferentes escalas	30
2.1 Breve revisão histórica sobre a urbanização.....	30
2.2 O fenômeno urbano no Brasil.....	33
2.3 As características da urbanização no estado do Rio Grande do Sul	39
2.4 Pelotas no contexto da urbanização regional	44
3 AS CATEGORIAS RURAL-URBANO E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE E NO CAMPO: Dificuldades de conceituação	59
3.1 As relações campo-cidade, rural-urbano e o surgimento de uma nova ruralidade.	60
3.2 O emprego não agrícola e a industrialização do rural brasileiro.....	64
3.3 “Rurbano” e “Rururbano”: Conceitos-chave na constituição de uma categoria híbrida.....	67
4. A DINÂMICA DA AGRICULTURA NO ESPAÇO RURURBANO DE PELOTAS.	72
4.1 A caracterização da agricultura no espaço rururbano de Pelotas	73
4.2 O futuro da agricultura de caráter familiar na cidade de Pelotas	82
5. A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA ANALÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ESPAÇOS URBANOS	91
5.1 Abordagens clássicas e contemporâneas sobre a agricultura familiar....	91
5.2 A agricultura familiar em espaços urbanos: uma proposta de conceituação	96
5.3 O autoconsumo e a comercialização da produção.....	99
5.4 O panorama das atividades não agrícolas e a multifuncionalidade do espaço	104

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE.....	121

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa fundamenta-se sobre a compreensão dos referenciais teóricos e empíricos, onde o rural e o urbano assumem a centralidade da discussão, em uma perspectiva de aproximação entre estes conceitos. Parte-se, então, da necessidade de análise sobre os espaços em questão, não do ponto de vista dualista, ainda que a superação desta abordagem conceitual não pareça próxima de uma solução definitiva.

A problemática em análise ganha forma e significado quando o contexto empírico desta pesquisa demonstra, em direção contrária ao que a legislação vigente no Brasil define como rural ou urbano¹, que as dinâmicas espaciais superam a dimensão normativa ao combinar expressões da ruralidade, no interior dos perímetros urbanos, com as formas urbanas. A referida legislação induz a percepção ficcional sobre a realidade, ao atribuir *status* de urbana a toda sede municipal ou distrito sede, espaços em que a população residente é considerada urbana, ainda, declaram como urbanos os residentes em lugares com certa forma de administração, como as sedes distritais. Não levando em consideração as formas de organização espacial, a ocupação da mão de obra ou qualquer outra definição funcional e territorial. “Por conseguinte, todos os habitantes situados no perímetro urbano de cidades e vilas são considerados como urbanos”. (SOARES, 2011, p. 74)

Desse modo, propõe-se pensar o rural e o urbano frente ao processo de transformação e modernização ocorrido não só o Brasil, mas, em diversos países no último século. Agregado a isso, toma-se o fato de que as concepções normativas sobre estes espaços, muitas vezes, não ressaltam as relações e interdependências

¹O Decreto-Lei Nº 311/1938 passou a regulamentar as unidades territoriais administrativas no país da seguinte forma:

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. (DECRETO-LEI Nº 311/1938).

existentes, mantendo-os como “mundos distantes”. Diante disso, justifica-se a escolha do tema a fim de evidenciar a existência da complexidade e diversidade de situações empíricas, as quais incidem sobre as definições normativa e analítica de rural e urbano.

A cidade, em seu sentido físico e simbólico, representa hoje a materialização da sociedade urbana, caracterizada pela importância econômica, política e administrativa desta sobre o território. No entanto, o surgimento das cidades, muito mais do que o aglomerado humano que surge em um determinado território, está intimamente relacionado ao desenvolvimento da agricultura. Nesse sentido, Sposito (2005) explica que a primeira condição necessária para o surgimento da cidade é a existência de um melhor suprimento de alimentos através da domesticação de animais, e da prática de produção vegetal por meio de mudas. Com isso, entende-se que:

A agricultura desenvolve as aldeias como um resultado físico e material do processo da primeira Revolução Agrícola. O aglomerado de pessoas (agricultores) que se dedicavam ao cultivo da terra e trabalhavam no que pode ser chamado de socialismo primitivo, pois tudo o que se plantava era dividido na aldeia, pode ser considerado o fator inicial para a separação entre produção e consumo e, conseqüentemente, para a formação de vilarejos residenciais e de circulação de produtos. Em um dado momento, a produção além do necessário desencadeia o excedente alimentar, sendo isso um aspecto extremamente importante para o surgimento da cidade. (PINTO, 2011, p. 18)

É possível observar que a aproximação dos conceitos propostos aparece já no princípio do surgimento da sociedade urbana, para tanto, cabe salientar que o rural e o urbano se encontram em diferentes pontos da história humana, seja na revolução industrial ou na recente modernização da agricultura.

Em fins de 1929, a crise do modelo agrário-exportador, é sentida, no Brasil ao longo da década de 1930. Com isso, nesse período, os cafezais apontavam um declínio na renda econômica e significativa queda da produtividade agrícola, e os capitais (investimentos) antes alocados no setor primário passam a ter seu eixo de gravidade modificado para as atividades de caráter urbana e, em especial, no setor industrial. A crise do café gera, assim, as condições para necessárias para o

fortalecimento da industrialização brasileira². Também, estimulou a necessidade de produção de bens de consumo no país por conta da redução das importações.

Contudo, é a partir da década de 1980 que aparecem mudanças significativas no espaço rural brasileiro. A emergência da ideia³ de um rural multifuncional⁴, com a introdução de uma maior diversificação de atividades e de novas formas de produção, revela o contraste com as características que dominavam os espaços rurais no passado. A expansão do perímetro urbano sobre as áreas rurais e o crescimento da população ocupada em atividades consideradas, até então, como exclusivamente urbanas, caracterizam a existência de um novo paradigma para entender o espaço geográfico no Brasil.

“Rural” e “urbano”, como explica Biazzo (2008), são vocábulos que possuem significados distintos e variados, tratados como fundamentais para o planejamento territorial em diferentes escalas, bem como, para o “desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental, em suma, social”. (BIAZZO, 2008, p. 133).

A investigação proposta nesta pesquisa parte da necessidade de um entendimento mais amplo a respeito da dinâmica relação entre rural/urbano e campo/cidade⁵, visto que ainda existe carência de estudos relacionados à temática em questão, mais precisamente direcionadas ao espaço de confluência, entendido aqui como “espaço híbrido”⁶, entre o campo e a cidade.

Veiga (2006) diz que quem se propõe a estudar a ruralidade está sob influência de uma importante hipótese sobre o destino do rural: a de completa

² Ver mais em “Industrialização Brasileira: de Getúlio à FHC” disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/industrializacao/industrializacao-brasileira-de-vargas-ao-periodo-neoliberal.html>>

³ Sabe-se que muito antes da referida década do século XX, a multifuncionalidade já se fazia presente nas atividades exercidas pelo rural, contudo a noção de multifuncionalidade ganha significado acadêmico sobre os estudos rurais, com base, sobretudo, em pesquisas realizadas no contexto europeu e “traduzidas” ao contexto do rural brasileiro.

⁴ A noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e território na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos. (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009, p. 47)

⁵ Neste sentido, se entende a diferença dos usos das categorias rural e urbano buscando um entendimento terminológico. Não se trata de propor uma nova concepção teórica e sim de entender a diferenciação do campo de rural e cidade de urbano, sobretudo, quando tratados a partir do ponto de vista setorial da economia.

⁶ A configuração e caracterização de um espaço que carregue elementos distintos de interpretação representam, na análise das relações cidade-campo, um lugar em transição ou um espaço que pode ser entendido como “híbrido”, onde é possível encontrar elementos e características heterogêneas, tanto do rural quanto do urbano.

urbanização da sociedade⁷. Então, de acordo com as novas dinâmicas que ocorrem atualmente no espaço urbano e, sobretudo, no espaço rural brasileiro é que pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como Economia, Sociologia e Geografia têm atribuído a estes espaços outras ou novas definições no intuito de compreender e explicar a diversidade de ambos incorporando indicativos diferenciados para as análises. Como explicam Bispo e Mendes (2010):

Um dos indicativos a ser apontado nos estudos analíticos dos espaços rurais e urbanos defende que no Brasil encontram-se cada vez mais indícios do desaparecimento das sociedades rurais e, portanto, da sujeição desse espaço social à hegemonia da industrialização e da urbanização. Nela, as diferenças entre rural e urbano deixam de existir, e considera que o campo é cada vez mais identificado com a cidade, submetido a homogeneidade nas formas econômicas e sociais de organização e da produção. Entre os autores que compartilham dessa opinião tem-se Campanhola e Graziano da Silva (2000), Graziano da Silva (2002) e Carlos (2004). (BISPO; MENDES, 2010, p. 2)

No sentido oposto a esta concepção, outros autores tratam as transformações do rural como afirmação de sua importância e permanência como categoria empírica e analítica.

Outro indicativo a ser apontado nos estudos analíticos dos espaços rurais e urbanos no Brasil, é representado por uma posição teórica oposta a apresentada, anteriormente. Essa posição teórica advoga que o rural não se “perde” frente às transformações profundas por que passa a modernidade, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. Entre os autores que partilham dessa linha de pensamento destacam-se: Carneiro (1998; 1997), Resende (2007), Bagli (2006) e Rua (2007). (BISPO e MENDES, 2010, p. 2)

O entendimento dos conceitos propostos busca entender o que é o rural e o que é o urbano para além do marco legal normativo e também das definições sobre o campo e a cidade. Pois, é justamente neste sentido que ocorrem inúmeras confusões ao tratar destes elementos de análise. Conforme explica Biazzo(2008):

“Rural” e “urbano”, na maioria das vezes, aparecem como categorias operatórias, utilizadas como referências a bases empíricas e, na abordagem atual dominante entre os geógrafos, são lidas como conjuntos de formas concretas a compor os espaços produzidos pelas sociedades. Tal significado se aproxima do uso no senso comum e também se encontra bastante consolidado entre autores de diversos campos de saber como Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930), Redfield (1956), Mendras (1969), Léfèbvre (1970), Sarraceno (1994), Kayser (1996) e, no Brasil, Graziano da Silva (1999), Veiga (2002) ou Abramovay (2003). (BIAZZO, 2008, p. 134).

⁷ Hipótese afirmada por Henry Lefebvre (1970) onde afirma que a urbanização da sociedade se daria de forma completa, de tal sorte em que o rural e seu modo de vida desapareceriam na medida em que o modo de vida urbano se desenvolvesse.

Marques (2002) destaca a existência de duas grandes abordagens que definem campo e cidade. A primeira é a análise dicotômica e a segunda é a abordagem sobre o *continuum* rural-urbano. Quando tratado do ponto de vista dicotômico, o campo se opõe a cidade, a partir de uma concepção dualista da realidade; no entanto, na abordagem do *continuum*, a industrialização é o elemento que estreita as relações entre o campo e a cidade. Marques (2002) ainda salienta que, os pensadores da sociologia clássica Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) são usados como referencial teórico para entender a abordagem dicotômica que ressalva as distinções entre rural e urbano. A autora sintetiza os elementos expostos por Sorokin et al. e que contribuíram para classificar o rural e o urbano:

(1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando à área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação; e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração. (MARQUES, 2002, p.100)

Wanderley (2001) salienta que o conceito de *continuum*, por sua vez, é abordado por duas vertentes teórico-metodológicas. A primeira destaca o urbano como lugar de progresso e da modernidade e o rural como expressão do atraso e das formas tradicionais, estando predestinado à redução de suas características históricas pela expansão urbana. Arelada à teoria da urbanização do campo, o ponto de vista do *continuum* corresponderia ao fim da realidade rural. A outra vertente do *continuum* aproxima o rural-urbano, pois, independente de semelhanças, as especificidades não desaparecem, reafirmando a existência e permanência do rural.

O “novo rural” brasileiro, conceito defendido por Graziano da Silva (1999), caminha no sentido de que a modernização/urbanização do campo é dada pelo crescimento de atividades não agrícolas no espaço rural, explicando, assim, em parte as transformações do mundo rural contemporâneo. No mesmo sentido, Ianni (1997, p.60) afirma que “o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo”.

Uma das dificuldades em realizar a distinção nas delimitações entre o rural e o urbano, em especial no caso do Brasil, é justamente a normatização que o país utiliza como metodologia para definir a contagem da população urbana e rural. Beaujeu-Garnier (1997) explica que, no Brasil, os distritos sedes ou sedes municipais são os espaços em que a população residente é considerada urbana, ainda, declaram como urbanos os residentes em lugares com certa característica administrativa, como as sedes distritais. Veiga (2003) complementa afirmando que:

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é a única no mundo. Este país considera urbana toda a sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. O caso extremo é no Rio Grande do Sul, onde a sede do município de União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. Nada grave se fosse extravagante exceção. (VEIGA, 2003, p. 31 e 32)

Assim, a definição legal e a diferenciação dos espaços urbano e rural no Brasil se baseiam nestes critérios, muito embora, existam contraposições defendidas por estudiosos como Veiga (2003), o qual afirma que o “Brasil é menos urbano do que se calcula”, criticando a forma atual de definição feita pelo Decreto de Lei 311 de 1938. A observação feita por Veiga (2003) é a seguinte:

[...] o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor - criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 - esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades. (VEIGA, 2003, p. 10)

Nesta concepção, conforme salienta Marques (2002), o espaço rural é correspondente a aquilo que não é urbano, “sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características” (MARQUES, 2002, p. 97). Sem objeção, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, sofrendo, muitas vezes, a influência dos seus interesses fiscais, como por exemplo, a arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

Com relação a isso, Veiga (2002) ressalta que o surgimento, por meio desta definição, de novos municípios com características e vocação para atividades ligadas ao rural, faz nascer uma “urbanidade não existente”, onde tal distorção leva a denominação de cidade o que pelo menos deveria ser reconhecido como vila, aldeia ou povoado, superestimando o grau de urbanização no Brasil. Nesse mesmo caminho, Sachs (2001) acrescenta:

Trabalhos recentes de qualidade denunciaram a falácia das estatísticas de urbanização, baseadas em critérios contestáveis e obsoletos. O Brasil rural e periurbano é bem maior do que se pensava. São ainda mais de 70 milhões de pessoas. (SACHS, 2001, p. 78).

Ainda, o avanço dos perímetros urbanos sobre espaços rurais incorpora à cidade áreas com características ligadas à ruralidade. A agricultura, em muitos casos, é o elemento representativo desta relação cidade-campo, sobretudo em casos como o do município de Pelotas.

Leva-se em consideração, dentre os aspectos analisados por esta pesquisa, que a cidade, em seu processo de crescimento físico da malha urbana, “desconhece” a significação das áreas ambientalmente sensíveis e protegidas e do ponto de vista ambiental essa é presentemente a grande pauta urbana. Por outro lado, levando-se em consideração a dimensão e a dinâmica da relação entre a agricultura e a cidade, no contexto de Pelotas, se pode entender que:

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de autoemprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. (SACHS, 2001, p. 78)

Do ponto de vista ambiental, ao pensar o tema – agricultura em áreas urbanas – implica em discutir a questão do modelo de desenvolvimento urbano, sendo fundamental assumir que este modelo de desenvolvimento não carrega consigo a ideia de sustentabilidade associada à agricultura familiar, descrita anteriormente por Sachs (2001), e está longe da prioridade ligada ao desenvolvimento social, econômico, cultural, ecológico e territorial. Desse modo, entende-se que será impossível pensar a noção de desenvolvimento econômico que simultaneamente, assegure condições ambientais básicas no contexto das cidades. Muito embora, a noção de desenvolvimento urbano sustentável exista, como destacam Carioni e Lopes (2013):

O Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, é outra lei imprescindível para a obtenção do desenvolvimento urbano sustentável. Seu objetivo é garantir à população o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, utilizando uma série de instrumentos no controle dos impactos urbanos. (CARIONI; LOPES, 2013, p. 03)

De qualquer forma, a dimensão do problema, dado que na maioria das cidades a noção de ruralidade não esteja associada à concepção de urbanização, exige que se faça uma reflexão sobre padrões de adensamento populacional, intensificação do uso do solo urbano ou extensão física da cidade, bem como, sobre a presença da agricultura na interface desses processos.

É por esse caminho que esta pesquisa busca discutir em, um primeiro momento, as relações cidade-campo através do processo histórico da urbanização da sociedade em diferentes escalas para, enfim, compreender como estas relações configuram os espaços urbano e rural. E, como as inter-relações se estabelecem no município de Pelotas, sobretudo, pela presença da agricultura no interior do perímetro urbano, mais precisamente na área de confluência entre estes dois espaços, localizado na região norte da cidade.

Nesse sentido, entende-se que as complexas relações entre o rural e o urbano precisam ser analisadas a partir das múltiplas interfaces que emergem do estudo empírico. Essa concepção converge para o pensamento de Wanderley (2001) e Marques (2002) o qual ressalta que a aproximação entre o rural e o urbano não implica no desaparecimento das especificidades que caracterizam cada um destes espaço.

1.1. Problema de pesquisa

Neste estudo considera-se necessário entender as características presentes no processo de urbanização, ao longo da história, cujos reflexos podem ser encontrados no espaço urbano do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município de Pelotas. Ainda, entende-se que o espaço rural brasileiro vem se transformando vis a vis os processos de modernização da agricultura e, assim, as relações campo/cidade têm se aprofundado. Diante disso, pergunta-se: Quais são as relações rural/urbano e cidade/campo presentes na configuração das dinâmicas de organização do espaço denominado rururbano, na cidade de Pelotas? Como se encontra organizada a agricultura familiar no interior do perímetro urbano de Pelotas e, por fim, quais as perspectivas para sua permanência neste espaço?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral:

- Compreender o caráter das relações rural/urbano e cidade/campo por meio da organização da agricultura familiar no espaço rururbano de Pelotas, identificando as possibilidades e restrições da reprodução social e territorial dessa categoria social neste espaço.

1.2.2. Objetivos específicos:

- Analisar a organização territorial da zona norte da cidade de Pelotas, a partir do III Plano diretor do município, definida como “Rururbano⁸”;
- Compreender a organização espacial das propriedades localizadas no rururbano da cidade de Pelotas que se dedicam a agricultura;
- Entender os processos de constituição da ruralidade e da urbanização na configuração do espaço urbano do município de Pelotas;
- Propor referenciais teóricos e empíricos para a construção da categoria analítica da agricultura familiar em espaços urbanos.

1.3. Método de análise, investigação e recorte espacial

Ao propor a investigação a respeito das dinâmicas na relação campo e cidade e da aproximação dos conceitos de rural e urbano, faz-se necessário entender a organização do espaço a partir das suas transformações físicas, econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais.

Suertegaray (2001) salienta que a Geografia busca o entendimento das relações entre o homem e o meio. Portanto, para entender as relações e transformações espaciais cabe apresentar os conceitos-chave adotados no presente estudo. Os conceitos formulam ideias por meio de palavras, nesse mesmo sentido, a conceitualização, embora assumam significados distintos dependendo da interpretação que dela se faz, é importante para o entendimento da realidade ao constituir uma apreciação por meio de uma opinião manifesta. Destacamos, então, a

⁸ Rururbano, neste caso, aparece como uma categoria normativa definida pelo III Plano Diretor Municipal de Pelotas para caracterizar uma determinada área do perímetro urbano que fez parte do projeto de expansão física da cidade de Pelotas sobre o rural. Diferente da definição de “Rurbano” que seria a urbanização dos espaços rurais proposto no Projeto Rurbano, de Jose Graziano da Silva e outros pesquisadores que abordam as dinâmicas do “Novo Rural Brasileiro”.

ideia de que o espaço geográfico é um conceito balizador da Geografia. Sendo assim a mesma autora acrescenta que:

A formulação deste conceito apresentou e apresenta ainda hoje variadas interpretações. Ainda, no século passado, como vimos com Humbolt (1862), a Geografia constitui-se uma ciência natural. Este sugeria uma interpretação da natureza subdividida em Física e Geografia Física. (SUERTEGARAY, 2001, p. 7)

Ao propor uma teoria para o espaço geográfico, Santos (1979) aponta que os meios de produção do espaço são concretizados sob uma base territorial historicamente estabelecida e as formas espaciais compõem a linguagem dos modos de produção. Ainda, destaca que um determinado lugar passa por alterações devido a sua história e as formas de apropriação que este espaço sofreu pela sociedade que o habita. Em outro momento o autor acrescenta que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 1996, p. 51)

Em suma, o espaço é um conceito-chave e pode ser concebido por meio do entendimento de suas categorias⁹ de análise, a saber: forma, função e estrutura. Girardi (2010) aponta que Lefebvre (1974) contribui desta forma estabelecendo as seguintes premissas:

a) o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho; b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza; c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço; d) o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas, e e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos. (GIRARDI, 2010, p. 01)

De acordo com essa linha de raciocínio, Santos (1996) propõe uma teoria geográfica do espaço, assim como Henri Lefebvre, contudo não se limita somente

⁹ O termo *categoria* é compreendido como um recurso teórico-metodológico capaz de traduzir a realidade e, neste caso, entender o espaço como um todo, ou seja, dos elementos que compõem os processos de formação espacial.

aos elementos tratados pelo autor francês. Ao trazê-los para a concepção da Geografia apresenta o conceito de espaço adotado por esta pesquisa.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo o dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Consideradas em conjunto, porém, e relacionadas entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir do qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, p. 52)

Assim, na perspectiva de Santos (1985) a *Forma* é o objeto ou conjunto de objetos visíveis, ou seja, o que é materializado. No entanto, faz-se necessário analisar a forma além de sua aparência, justamente para que a mesma não tenha o aspecto de vazio e constituindo assim um padrão espacial independente da aproximação de forma natural ou artificial de um espaço rural, urbano ou em transição.

O papel da *Função*, de acordo com Corrêa (1997), “implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado”. É importante dizer que tanto a forma e função, devem ser entendidas como relacionadas, uma vez que as formas são estabelecidas ou reestabelecidas com o papel de desempenhar uma ou mais funções, por isso, o resultado garante funcionalidade para as formas. No entanto, se ela deixa de ter uma funcionalidade, sobretudo para o capitalismo, obviamente esta será ressignificada, alterada, ou mesmo, desconstituída do espaço para dar lugar a outras que responda às necessidades do capital.

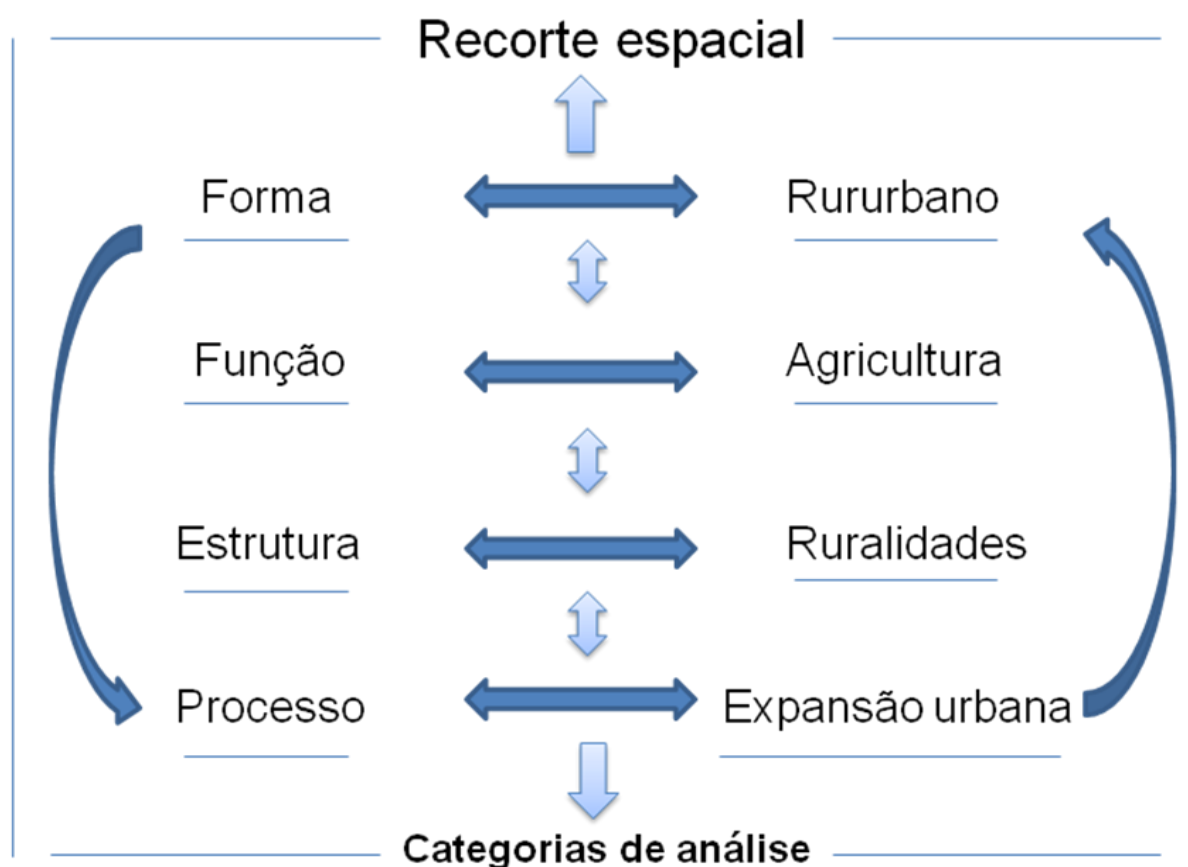
Ainda, segundo Corrêa (1997), a *Estrutura* refere-se à organização dos objetos, mais do que um padrão espacial, é a maneira de como estão interrelacionados. A exterioridade da estrutura, diferente da forma, não é algo constituído de imediato, ela é visível, mesmo a forma estando sobrejacente à estrutura. Estrutura é a natureza social histórica e econômica de uma sociedade em um dado momento temporal.

O *Processo*, para a apreensão da realidade geográfica, é um elemento importante quando entendido como resultado do caminho percorrido pelas formas, em outras palavras, a geografia não deve se interessar mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Conforme Corrêa (1997) visa um resultado qualquer implicando tempo e mudança. Para Souza e Silva (2010),

Este seria o constante devir social que constrói, (re) constrói e (des) constrói as formas ao longo da história. O processo é dinâmico, ou seja, processa e é processado, modifica e é modificado, é ao mesmo tempo resultado e condição da história. Desse modo, o estudo do processo se faz necessário na medida em que se busca entender a gestação das formas, o que impreterivelmente facilitará a compreensão das funções por elas exercidas. Nesse sentido a história se constitui numa ferramenta intimamente relacionada, a qual é preciso recorrer constantemente. (SILVA, 2010, p.05)

Por fim, tanto Henri Lefebvre quanto Milton Santos entendem que a constituição do espaço é dada pelas relações sociais estabelecidas nele e são as categorias analíticas que em conjunto tornam-se únicas para a compreensão do espaço geográfico. Nesse sentido, para fins metodológicos desta pesquisa, ao buscar uma aproximação dos conceitos propostos e a realidade do espaço pesquisado, se estabeleceu um esquema analítico, de acordo com as categorias de análise propostas, conforme representado na figura 01.

Figura 1: Esquema analítico adotado para o recorte de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Entende-se, assim, que a *forma* está ligada ao resultado do *processo* de expansão urbana, ou seja, o rururbano surge como fator resultante do processo de urbanização em Pelotas. No caso da *função*, que implica uma tarefa, diz respeito à

função socioeconômica que a agricultura¹⁰ desenvolve no espaço urbano do município de Pelotas. A *estrutura*, que se refere à natureza histórica e econômica de uma sociedade, relativa ao modo como os objetos estão organizados, diz respeito às inter-relações entre os elementos do rural e do urbano, entendido aqui como as expressões da ruralidade presente neste espaço.

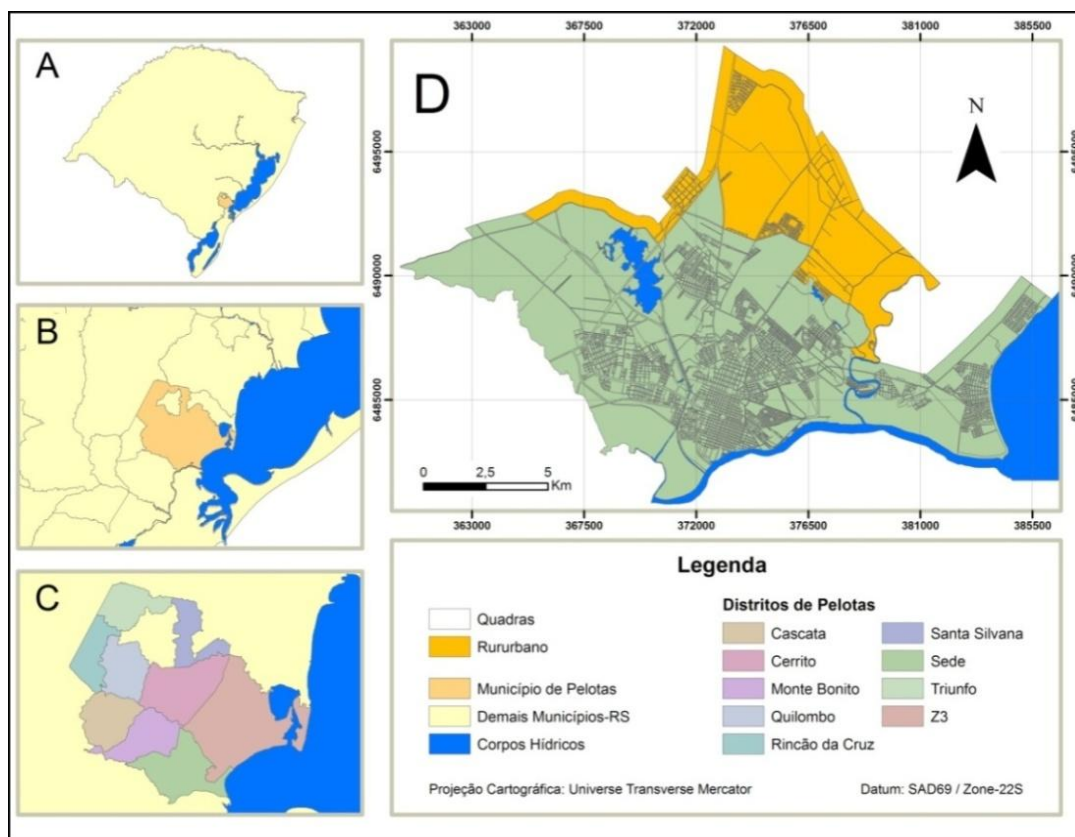
A base cartográfica, para fins de delimitação da área de estudo, compreende o município de Pelotas-RS em sua divisão distrital. O mesmo encontra-se entre as coordenadas 31°45'43" latitude sul e 52°21'00" longitude oeste, correspondendo sua localização ao sul do estado do Rio Grande do Sul e tendo seus limites compartilhados com São Lourenço do Sul e Turuçu ao norte, Canguçu e Morro Redondo, Capão do Leão e Rio Grande ao sul e Arroio do Padre como um enclave situado geograficamente dentro dos limites territoriais do município de Pelotas.

Quanto ao estudo da área pesquisada foi escolhida, com base no Modelo Urbano¹¹, a região do Rururbano (Figura 02) na qual foi analisada a dinâmica da agricultura nesta área da cidade, agregando ao espaço elementos ligados à ruralidade.

¹⁰ Reconhece-se a importância de outras atividades socioprodutivas, de caráter econômico, cultural e político presentes no espaço rururbano de Pelotas. No entanto, destaca-se a agricultura como *função* principal presente no rururbano e por esta ter centralidade na problemática de análise desta pesquisa.

¹¹ Segundo o III Plano Diretor, o Modelo Urbano Geral é o produto da junção das "Ideias Força", consensuadas no Congresso da Cidade. As ideias força agregam em seu conteúdo todo o trabalho de diagnóstico, realizado através do processo de Planejamento Participativo, que contempla as principais temáticas que envolvem as questões do Município, suas potencialidades e seus conflitos.

Figura 2: Mapa do estado do Rio Grande do Sul, da divisão distrital do município de Pelotas e da localização da área de estudo.



Fonte: Adaptado do III Plano Diretor Municipal Integrado (2008), organizado pelo autor, 2011.

A escolha da área de estudo é justificada pela aproximação que o espaço pesquisado representa sobre os conceitos propostos, contudo, os caminhos metodológicos desta pesquisa possuem um caráter qualitativo, uma vez que o objetivo não é apenas quantificar os elementos da agricultura presente nos limites da cidade de Pelotas, mas também, compreender suas características atuais e perspectivas futuras. Assim, segundo Borges (2009):

A pesquisa qualitativa [...] pode ser entendida como resultado de uma busca que parte de alguns princípios. Entre eles, podemos destacar que: só é possível conhecer profundamente aspectos da vida de uma sociedade ou de uma cultura, quando há um envolvimento pessoal entre o pesquisador e o que/quem ele investiga; pensar a pesquisa, escolher os métodos, delimitar sua área ou seu objeto é muito mais um resultado de uma escolha política, realizada mediante a uma relação pessoal estabelecida ou que vai estabelecer; não são apenas os pressupostos teóricos que vão orientar o processo, mas também a maneira como o pesquisador se integra à pesquisa, seus modos de interpretar e de se relacionar com o objeto irão interferir nos resultados. (BORGES, 2009, p. 184)

Para elaboração do presente trabalho parte-se de uma revisão teórico-conceitual a respeito da temática de estudo, que foi complementada pela pesquisa de campo. A revisão da bibliografia foi realizada por meio da leitura de livros, teses, dissertações, artigos e documentos que abordam o tema em questão, para aprofundamento dos referenciais teóricos e metodológicos que nortearão o desenvolvimento da pesquisa.

Além disso, as fontes documentais obtidas junto a órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Pelotas, sobre os dados e informações sobre a evolução dos Planos Diretores do município, são consideradas essenciais a fim de conhecer as decisões normativas que desencadearam o processo de ocupação do solo na zona norte de Pelotas, como parte do modelo de planejamento e desenvolvimento urbano.

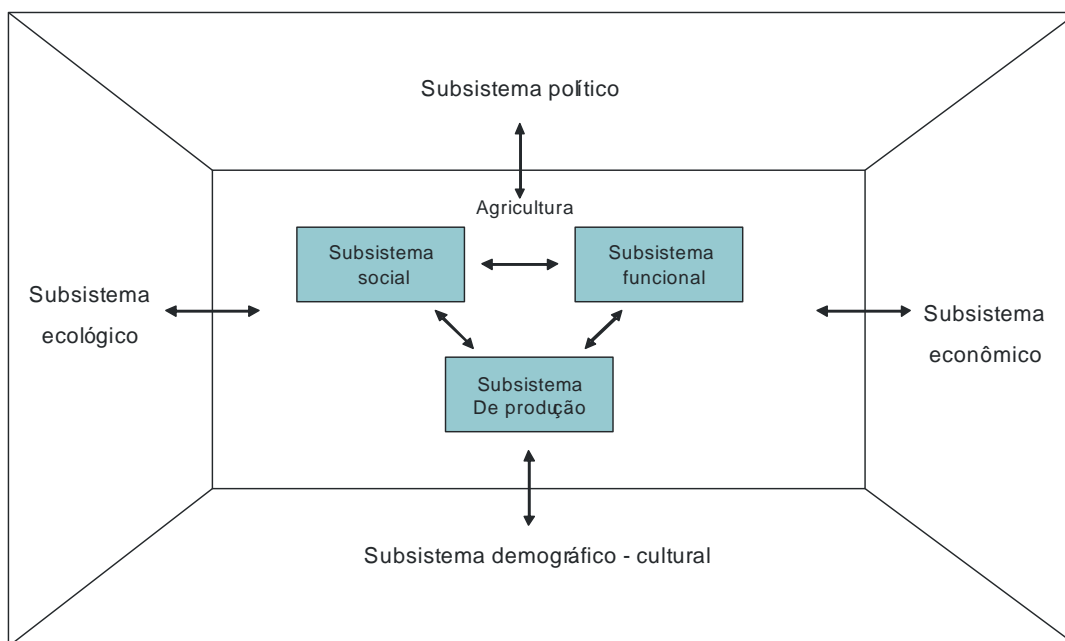
Os dados secundários, disponíveis nos órgãos públicos, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Fundação Estadual de Estatística – FEE foram coletados, processados e interpretados utilizando técnicas cartográficas para representação de dados estatísticos.

O trabalho de campo, mais do que um apoio ao entendimento empírico, deve articular-se com o conhecimento teórico já produzido. Nas palavras de Ruellan (1944 apud MARAFON, 2011, p.3) “devemos, em nossas pesquisas, ir além do gabinete, pois a pesquisa de gabinete serve apenas de complemento da investigação no campo que é fonte de vida de toda observação e interpretação nova”.

Para o conhecimento da realidade empírica a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas, conforme roteiro apresentado no Apêndice 01, com os agricultores que possuem propriedades localizadas dentro do perímetro urbano de Pelotas. Para tanto, optou-se por um processo de amostragem não estatístico, onde a preocupação principal é a caracterizar as propriedades que praticam a agricultura a partir das dimensões social, funcional (técnica) e de produção. O roteiro das entrevistas foi elaborado a partir da abordagem do sistema da agricultura de Diniz (1984), na qual os subsistemas internos podem ser assim definidos: o subsistema social permite identificar quem é o produtor; o subsistema funcional caracteriza os elementos técnicos e, por último, o subsistema de produção trata de caracterizar o *output* do sistema da agricultura, ou seja, o que é, quanto e para quem é produzido. Estes subsistemas internos garantem o estabelecimento de

relações entre os elementos da organização socioprodutiva na área estudada, conforme mostra a figura 03 (DINIZ, 1984).

Figura 3: Sistema da agricultura: subsistemas internos e externos



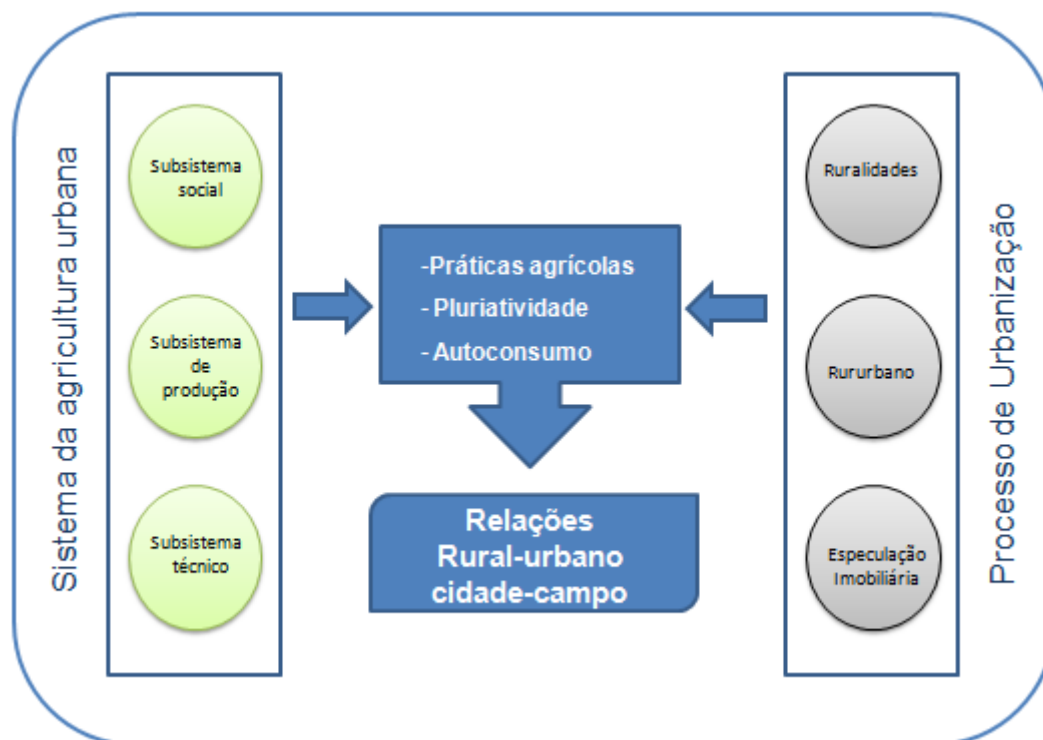
Fonte: DINIZ, 1984, p.58.

Além da análise do sistema da agricultura, busca-se compreender a agricultura em espaços urbanos como resultado, não somente do avanço normativo do perímetro urbano sobre áreas rurais, mas também, das novas dinâmicas das relações entre cidade-campo, em Pelotas, sobretudo acompanhado do processo de ocupação do solo na zona norte da cidade.

Para entender o sistema da agricultura, no contexto da agricultura urbana¹², aparece também como elemento importante à valorização da produção agrícola pelo mercado citadino local. Tendo como ponto de partida a caracterização dos subsistemas social, de produção e técnico, foi possível estabelecer um conjunto de inter-relações entre o campo e a cidade e do rural com o urbano, conforme apresenta o esquema analítico da (figura 04).

¹² O conceito de agricultura urbana, em primeiro lugar, está associado à prática da agricultura no interior (agricultura intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma localidade, cidade pequena, média ou até mesmo metrópole, cultivando, criando e produzindo uma variedade de alimentos utilizando serviços e produtos provenientes da zona urbana, facilitada pela sua proximidade direta com o mercado consumidor.

Figura 4: Esquema analítico das relações entre o sistema da agricultura urbana e o processo de urbanização



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Portanto, de acordo com o esquema analítico proposto, o processo de urbanização é analisado em Pelotas, sobretudo na área de estudo, por meio de alguns fatores pré-estabelecidos, a saber: a *ruralidade* presente no *rururbano*, que por sua vez é resultado da normatização de um espaço definido como urbano e que encontra na *especulação imobiliária* um novo elemento para explicar o crescimento físico da malha urbana na Zona Norte da cidade. Assim, busca-se relacionar o sistema da agricultura com o processo de urbanização, discutindo a sua organização em subsistemas, *social*, *técnico* e de *produção* nos moldes da configuração espacial que esta agricultura está inserida. Ou seja, as relações rural-urbano e campo-cidade partem da composição de elementos representados no esquema analítico, os quais possibilitam inferir sobre a temática desta pesquisa.

Por fim, as propriedades pesquisadas foram georreferenciadas a fim de compreender a espacialização das mesmas no “rururbano”, sendo assim, foi elaborado, a partir de uma base cartográfica, mapas que demonstram a localização da área de estudo, das propriedades visitadas e a dimensão física do espaço ocupado pela agricultura na cidade de Pelotas.

2. DO RURAL AO URBANO: O contexto histórico e o processo de urbanização em diferentes escalas

Antes de adentrar na discussão sobre as relações cidade-campo e urbano-rural, a fim de entender a configuração e as dinâmicas destas relações no espaço urbano de Pelotas, faz-se importante a análise dos processos de urbanização em diversos contextos históricos e em diferentes escalas. No Brasil, por exemplo, o panorama é traçado a partir do processo de ocupação do território resultando na produção de cidades, sobretudo no litoral. Não diferente a isso, no caso do Rio Grande do Sul, diante da necessidade de domínio das terras pelos portugueses, foi incentivado pelo governo imperial a construção de um presídio e um forte¹³, dando origem ao núcleo de povoação que posteriormente se tornaria a cidade de Rio Grande, a qual está relacionada a origem ao município de Pelotas.

2.1. Breve revisão histórica sobre a urbanização

A manifestação das primeiras cidades na história está ligada às mudanças significativas no modo de vida humano. Como dito em outro momento (PINTO, 2011, p. 17), diversos fatores como “a domesticação animal e vegetal, o desenvolvimento de técnicas agrícolas e, ainda, a reverência aos mortos levaram a transformação dos hábitos nômades para o sedentarismo”. Ou seja, a possibilidade de se fixar em um determinado lugar, bem como a necessidade desta ação, foi resultado de conhecimentos aprimorados pelos grupos humanos, ao longo do tempo, além de fatores aleatórios resultantes das interações sociais com o meio natural.

O desenvolvimento da aldeia ocorre como resultado físico e material do processo da primeira Revolução Agrícola¹⁴. O aglomerado de pessoas (agricultores)

¹³ Forte Jesus, Maria, José de Rio Grande.

¹⁴ O desenvolvimento das técnicas de cultivo, que deu origem à agricultura propriamente dita, é considerado a primeira grande revolução da humanidade, pois proporcionou significativas mudanças na vida dos homens. Uma das primeiras transformações ocorridas ao longo do processo civilizatório

que se dedicavam ao cultivo da terra e trabalhavam de forma comunitária, pois tudo o que se plantava e colhia era dividido na aldeia, pode ser considerado o fator inicial para a separação entre a produção e o consumo e, conseqüentemente, para a formação de vilarejos residenciais e local de circulação de produtos. Em um dado momento, o aumento da produção desencadeia o excedente alimentar, sendo isso um aspecto extremamente importante para o surgimento futuro da cidade. A aldeia se caracteriza pelo fato de todos os habitantes se dedicarem a produção de alimentos, porém, com a produção de excedentes faz com que o desligamento de alguns indivíduos da produção agrícola ocorra. Os que ficam na aldeia são responsáveis pelo alimento colhido e, por essa razão, não são mais agricultores, passando a exercer outros tipos de atividades (divisão do trabalho). Para Sposito (2006).

O estabelecimento da divisão social do trabalho e de relações de poder que sustentam essa divisão teve, como condição e consequência, a constituição de espaços diferentes entre si – **cidade e campo** – correspondentes a papéis também díspares desempenhados no âmbito das sociedades, bem como formas distintas de relações entre sociedades e os espaços apropriados e transformados por elas. (SPOSITO, 2006, p. 115) [Grifos do autor]

Em outro momento da história, o Império Romano foi responsável, de acordo com a expansão de seus domínios pela Europa, pelo surgimento de cidades como forma de proteção do território. Serve como exemplo de expansão urbana pelo continente europeu, o que Sposito (2005) explica como decorrência da formação de um poder unificado e das vitórias sobre os demais povos. Nesse caso, não somente na Europa, mas também no norte da África, deu a Roma a apropriação e o aperfeiçoamento dos sistemas econômicos e administrativos já desenvolvidos por estes povos. Acrescenta a autora:

O poder político do Império Romano permitiu, portanto, não apenas que a urbanização deixasse de ser um processo "espontâneo", uma vez que muitas cidades foram fundadas nas áreas recém-conquistadas para permitir a hegemonia política romana sobre estas áreas, como também acabou por propiciar uma ampliação imensa da divisão interurbana do trabalho, pois os ofícios exercidos e a produção das maiores cidades do Império deixaram de suprir apenas os cidadãos (habitantes de uma cidade) e a população rural de seus arrabaldes, para suprirem também a população de outras áreas do Império e os povos bárbaros além fronteira, incentivando o papel comercial urbano. Acrescente-se a isto, o fato de que a manutenção do poder político central (o que quer dizer de suas instituições, inclusive o Exército) era

foi a gradual fixação das comunidades em determinado lugar, diminuindo assim as necessidades das frequentes migrações.

possível através do recolhimento de tributos em todo o Império, e para tal a rede de cidades serviu de suporte à origem e desenvolvimento de um aparato burocrático-administrativo. (SPOSITO, 2005, p. 20)

No contexto da Europa Feudal, a principal característica do modo de produção vigente era a sua base econômica quase que exclusivamente agrícola. Em nível econômico, esse modo de produção estava fundamentado em dois "pilares": a mudança do caráter dos latifúndios e a instituição da servidão. Como explica Sposito (2005):

O modo de produção feudal assim organizado, estruturalmente, criou e reproduziu as condições necessárias à economia quase exclusivamente agrícola e intrafeudo, e em contrapartida esvaziou definitivamente o urbano de seu papel econômico e político, reduzindo as cidades europeias a funções muito pouco expressivas. (SPOSITO, 2005, p. 28)

Ainda para a mesma autora, industrialização e urbanização aparecem quase sempre como sinônimos, devido às relações históricas estabelecidas durante a Revolução Industrial no contexto europeu. A primeira Revolução Industrial exigia mão de obra em grande quantidade, uma vez que as fabricas ainda tinham a conotação de local de produção e passaram a se instalar nas cidades. Para tanto, era necessário que os trabalhadores residissem próximos aos locais de trabalho e, como a concentração da mão de obra era significativa, conseqüentemente, as cidades foram crescendo em termos populacionais, de uma forma até então desconhecida. Todavia, as condições desse processo foram as piores possíveis, justamente pelo crescimento rápido e sem precedentes, sem o tempo necessário de adaptação e organização para receber um grande contingente populacional. Sposito (2005) acrescenta:

Ainda que a indústria seja a forma através da qual a sociedade apropria-se da natureza e transforma-a, a industrialização é um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas. Dado o caráter urbano da produção industrial (produção essa totalmente diferenciada das atividades produtivas que se desenvolvem de forma extensiva no campo, como a agricultura e a pecuária) as cidades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho. (SPOSITO, 2005, p. 48)

Em síntese é possível encontrar nos distintos momentos históricos apresentados, uma aproximação dos espaços rural e urbano. O fenômeno urbano, tal como conhecemos hoje, deriva de relações, muitas vezes, ligadas a precedentes que ocorreram no rural. A cidade, como resultado deste fenômeno, representa o

lugar que ocorrem estas relações, muito embora, na história recente, o campo modernizado¹⁵ também apresenta situações que reproduzem intensas relações entre o rural e o urbano e, no limite, levariam a urbanização do campo.

2.2. O fenômeno urbano no Brasil

Para o contexto brasileiro, a análise parte da produção do espaço urbano relacionada à necessidade de ocupação do território, ou seja, o surgimento das cidades no Brasil ocorre em função do caráter exploratório do “fato” colonial português na América e do papel que a cidade exerceu na fixação das formas, funções e estruturas das atividades produtivas. Diferentemente do que aconteceu nas colônias espanholas na América, para a Coroa Portuguesa a constituição de aglomerados urbanos não representava a mesma importância para o desenvolvimento da vida social e econômica.

O sistema colonial no Brasil, ao longo do século XVI, relaciona-se a uma produção do espaço urbano típica de um sistema de produção de caráter exploratório. As cidades tiveram pouca importância nesse sistema, diferentemente do que aconteceu nas colônias espanholas, onde a cidade era o local mais importante para a expansão do imperialismo espanhol e eram construídas como réplicas de cidades da Espanha, difundindo a ideia de colonização *stricto sensu*. Por outro lado, nas colônias portuguesas as vilas eram construídas para satisfazer a demanda local de serviços e para instalação do aparato burocrático-administrativo. Nesse período, é visível um espaço urbano no Brasil muito incipiente, tendo em vista que o sistema de produção agrícola era a *plantation*¹⁶, caracterizado pela monocultura de exportação para a metrópole, e cuja vida social e econômica concentrava-se no mundo rural. Assim, havia pouca importância na constituição da cidade, o importante eram as relações entre a “casa grande e a senzala”¹⁷, uma vez que a produção, o trabalho e o comércio estavam relacionados diretamente a agricultura.

¹⁵ Nesse caso, a modernização da agricultura é entendida como a manifestação do urbano no espaço rural representado por termos como “Novo Rural” ou “Rurbano”. (GRAZIANO DA SILVA, 1999.)

¹⁶ Refere-se ao sistema de produção agroexportador implementado nas colônias portuguesas e espanholas na América, a mão de obra escrava era o “motor” desse modelo de agricultura monocultora.

¹⁷ Faz-se referência aqui à obra do pensador brasileiro Gilberto Freyre, intitulada *Casa grande & senzala*, de 1933.

Esse sistema colonial não proporcionava a colônia exercer qualquer tipo de comércio com o exterior a não ser com a própria metrópole, dificultando o desenvolvimento econômico e urbano do Brasil. Para Santos (1993, p.19) “No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”.

O resultado imediato desse processo foi que o território brasileiro teve o seu povoamento e a urbanização concentrados no litoral, justamente porque as rotas para o interior do território eram feitas pelos bandeirantes, os quais constituíram uma rede de escoamento da produção do interior para o litoral e, posteriormente, para a metrópole, concentrando os serviços e comércio na zona litorânea. Entretanto, mesmo com o passar do tempo, a formação e concentração das cidades continua no litoral, porém, atualmente, conformam um sistema de redes que possibilita a ligação com alguns pontos do interior do território (HAESBAERT 2008)¹⁸. Conforme é possível observar na figura 05, a deformidade da concentração da população brasileira reflete a presença de grande parte das principais cidades na faixa litorânea do país.

¹⁸ Ver mais sobre território-rede em:

http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf

Figura 5: Mapa da distribuição da população no território brasileiro



Fonte: Censo estatístico – IBGE, 2010.

Santos (1993) explica que na gênese das cidades no Brasil, tratava-se muito mais da criação de cidades, do que mesmo de um processo de urbanização. E, que o processo pretérito da formação urbana estava subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas e inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram à base do povoamento e da geração de riquezas, redundando na ampliação das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do restante do território trouxe novo impulso e nova lógica ao processo de urbanização.

Os chamados “ciclos econômicos” estão extremamente ligados à urbanização ocorrida no Brasil. Observa-se, com isso, que a agricultura é o “nervo econômico da civilização”, como afirmou Prado Jr. (1942), e que os primórdios da urbanização vão ocorrer próximos às fazendas ou pelos caminhos de escoamento da produção. No caso do ciclo da borracha, este não chega a provocar uma urbanização significativa, pela sua forma de exploração, e sim na geração de riquezas para as cidades como Belém e Manaus.

Um ciclo que vai ser importante para a o surgimento de cidades vai ser o da mineração que ocorreu, sobretudo, em Minas Gerais. Constitui um tipo de urbanização chamada de ilhas de povoamento, porque há uma concentração de pessoas onde ocorre a extração da mineração. Ou seja, passa a existir um núcleo de povoação em torno da extração mineral que, então, necessita de uma demanda de serviços para as populações instaladas nesses locais. Esse ciclo econômico vai ser caracterizado pela mudança no padrão do surgimento das cidades brasileiras, localizadas quase sempre no litoral. Foi graças às ilhas de povoamento, ligadas a mineração, que o interior da então colônia vai ter uma ocupação significativa. Furtado (1980) diz ainda que:

Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais a estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir a minoria, e o elemento de origem europeia, a maioria. (FURTADO, 1980, p. 34-35)

Conforme explicitado, os ciclos econômicos foram fundamentais para entender como o processo de urbanização brasileira se desenvolveu. O ciclo econômico do café foi responsável pela interiorização da ocupação do território, garantida pela construção da rede ferroviária e pela inclusão do imigrante como mão de obra em substituição a mão de obra escrava¹⁹. Essa “marcha para o oeste” levou as vias de transporte até as cidades que começam a surgir em torno das estações ferroviárias, expandindo para o interior a urbanização que se concentrava, quase que exclusivamente, no litoral e nas ilhas de povoamento da mineração. Esse ciclo vai provocar em São Paulo um expressivo desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, da urbanização relacionada à produção de café. A expansão da

¹⁹ Relacionado à migração, a liberação da mão de obra escrava contribuiu com o aumento demográfico das cidades brasileiras neste período, os escravos libertos direcionavam-se aos núcleos urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida.

rede ferroviária e o trabalho dos imigrantes vão ser responsáveis pela produção de um superávit financeiro que passou a ser investido na cidade.

Para Furtado (1980), de uma economia agrária em plena expansão, que aproveitava a boa fase da produção de café e a exportação do mesmo, para um problema econômico que acompanhava os efeitos da crise capitalista de 1929, o Brasil consegue entrar no período urbano-industrial. Esse período tem início, primeiramente, pela base da riqueza propiciada pelo café transformando-se em investimentos para a cidade e, como na sequência a produção de café teve um forte declínio, a indústria começa a surgir, modificando o perfil socioeconômico e político do país. Com relação à recuperação econômica do Brasil, pós-crise de 1929, Furtado (1980) diz que:

A recuperação, entretanto, veio rápida e comparativamente forte. A produção industrial cresceu em cerca de 50 por cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu mais de 40 por cento, no mesmo período. Dessa forma, não obstante a depressão imposta de fora, a renda nacional aumentou 20 por cento entre aqueles dois anos, o que representa um instrumento *per capita* de 7 por cento.. (FURTADO, 1980, p. 200-201)

Na verdade, o Brasil torna-se efetivamente industrial somente na década de 1950 (MORAES, 2012), período caracterizado pela nacionalização da economia, em que foi adotado o modelo de substituição das importações, criando as chamadas indústrias de base necessárias para o impulso de outros ramos industriais, aliado ao incentivo à indústria automotiva²⁰ e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, responsável pela produção de aço, além da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, empresa responsável pela exploração dos diversos minerais utilizados pelas indústrias e a criação da Petrobras. Silva (2006) acrescenta que:

Com as transformações ocorridas no Brasil posterior às políticas implementadas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, aconteceu uma nítida transição nos cenários políticos e econômicos, passando de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial. (SILVA, 2006, p. 65)

²⁰ O governo do presidente Juscelino Kubitschek, por sua vez, participa da organização do espaço industrial brasileiro por meio da internacionalização da economia. Tal prática política abriu espaço para a entrada de capitais (investimentos) estrangeiros, em especial aqueles ligados à indústria automobilística (“motor” da economia). Esse período é marcado pelo tripé da economia: capital estatal alocado em indústrias de base e em investimentos em comunicação, energia e transportes notadamente, ao passo que o capital privado nacional concentrou-se no investimento de indústrias de bens de consumo não duráveis e o capital privado internacional voltado ao desenvolvimento de indústrias de bens de consumo duráveis. O slogan “50 anos em 5” marcou o período em questão, onde foram edificadas altas taxas de crescimento econômico à custa da abertura da dívida externa. (MORAES, 2012).

Acompanhando a mesma lógica, Santos (1993) diz que:

Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais dos estados. (SANTOS, 1993, p.30)

O primeiro recenseamento demográfico no Brasil ocorreu em 1872, nesta época a população não havia chegado aos 10 milhões de habitantes, e como é possível observar na tabela 01, a população brasileira precisou de 322 anos para atingir esta marca em 1872. Todavia, demorou 138 anos para atingir os 190 milhões em 2010, dezenove vezes o número registrado em 1872.

Tabela 01: Crescimento da população brasileira 1872 - 2010 (em milhões).

Ano	Pop.	Ano	Pop.	Ano	Pop.
1872	9,9	1940	41,2	1980	119,0
1890	14,3	1950	51,9	1991	146,4
1900	17,4	1960	70,1	2000	169,7
1920	30,6	1970	93,1	2010	190,7

Fonte: IBGE, 2011.

A população brasileira começou a crescer rapidamente já na primeira metade do século XIX, o responsável pelo significativo aumento registrado foi a chegada de europeus não portugueses no país, isso graças a crise que o modelo agroexportador estabelecido no Brasil colônia estava passando. Devido a isso, a coroa portuguesa incentiva a vinda de imigrantes, principalmente agricultores, na tentativa de suprir a necessidade de mão de obra desencadeada pela abolição da escravatura.

Na segunda metade do século XIX, ocorreu um significativo crescimento da entrada de imigrantes europeus não portugueses, com o objetivo de trabalhar nas fazendas de café localizadas no estado de São Paulo e, como pequenos proprietários familiares nos Estados do sul do Brasil.

A imigração teve um importante papel para o crescimento populacional, no entanto, no século XX, a elevada taxa de natalidade e a queda nos números de mortalidade, principalmente no período de 1950-1970, caracterizam um crescimento

vegetativo em torno de 3%, e um pouco menor no período de 1980-1991 (IBGE, 2011). Santos (1993) reforça que:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual a população total de 1980. (SANTOS, 1993, p. 31)

Quanto ao crescimento demográfico e urbano observado no final da primeira metade do século XX e início da segunda metade, Santos (1993) o descreve como resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa dos padrões de vida e da própria urbanização.

Enfim, as transformações mais significativas, resultantes da nova configuração econômica e política do Brasil, iniciada ainda na primeira metade do século XX e acentuada pelo crescimento da industrialização a partir do pós-guerra, aceleraram o processo de urbanização e de criação de cidades. Com isso, os dados percentuais que indicavam uma população majoritariamente vivendo em áreas rurais, até a década de 40 do século XX, passam a demonstrar as transformações e índices populacionais mundiais de uma sociedade cada vez menos rural²¹, que se desloca para viver e trabalhar nas áreas urbanas.

2.3. As características da urbanização no estado do Rio Grande do Sul

Vieira (2013) diz que os estudos acerca do processo de formação territorial do Brasil, assim como da urbanização, estão fundamentados em um critério único com base na unidade territorial do país. O autor ainda ressalta que em um território com dimensões continentais como as do Brasil, as considerações feitas não revelam as peculiaridades regionais:

O processo de produção do espaço urbano não pode ser entendido a partir de uma lógica exclusivamente nacional, que desconsidere a multiplicidade de atores envolvidos no processo, principalmente se o que se pretende é entender uma formação territorial e urbana a partir de uma ótica regional e pautada na importância das ações locais. (VIEIRA, 2013, p.2)

²¹ Aqui o fenômeno da urbanização está apenas relacionado aos dados quantitativos sobre a população urbana.

Congruente a isso, ao tratar do processo histórico de formação e produção urbana em diferentes escalas, entende-se importante traçar um panorama sobre a formação territorial do estado do Rio Grande do Sul no sentido de identificar os elementos da urbanização presentes na formação do estado, os quais são importantes para compreender a lógica de constituição atual da área de estudo.

Segundo Rhoden (1999), na constituição das atuais fronteiras que correspondem à Região do Prata²², existia apenas um limite entre as ocupações definidas na América Ibérica. O Tratado de Tordesilhas era quem estabelecia onde começava e onde terminava a ocupação de Portugal e Espanha na região, ordenamento que permaneceu até o estabelecimento do Tratado de Madrid, em 1750.

Com objetivo claro de colonizar o sul do Brasil a coroa portuguesa criou três vilas na costa meridional (Paranaguá, São Francisco do Sul e Laguna), e fundou a Colônia do Sacramento, nas margens do Rio da Prata. Ainda assim, como expõe Rhoden (1999), o interior deste vasto território encontrava-se despovoado e desprotegido.

Os motivos que levaram os portugueses a povoar as terras que hoje compõem o Estado do Rio Grande do Sul não tiveram ligações diretas com a exploração de metais preciosos como ocorreu com outras regiões do Brasil. O olhar de Portugal e também da Espanha sobre a região está relacionado ao escoamento da prata e do ouro feita por uma rota alternativa que perpassava pelo interior do continente chegando ao Estuário do Prata. Vieira (2013) complementa dizendo que:

Essas terras permaneceram desinteressantes às explorações coloniais de espanhóis e portugueses justamente pela falta de atrativos econômicos que justificassem uma empreitada colonizadora. De fato, nessas paragens não havia ouro, prata ou exploração agrícola rentável que justificasse o interesse dos exploradores europeus. Somente a possibilidade de exploração de uma rota clandestina de escoamento da prata do centro da América chamou a atenção. (VIEIRA, 2013, p.2)

²² A região Platina ou do Prata refere-se a uma vasta área correspondente ao estado do Rio Grande do sul, ao Uruguai e às províncias argentinas de Entre Ríos, Corrientes e Misiones que, de acordo com Vieira (2013), é um complexo territorial constituído pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai que ao desembocarem no Oceano Atlântico formam o Estuário do Prata. Sua toponímia refere-se às minas de prata no interior da Bolívia, a região não era produtora deste mineral, porém, foi rota alternativa de passagem da Prata.

Portanto, o desencadeamento de disputas territoriais na região teve real importância na composição da formação territorial, não apenas do estado do Rio Grande do Sul, mas também na delimitação de fronteiras de países vizinhos como a Argentina e o Uruguai.

Mais especificamente, Costa (1998) explica que o avanço do interesse português chegou até à margem esquerda do Rio da Prata, em 1681, com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, sob o comando de D. Manuel Lobo²³. O incentivo à ocupação das terras intermediárias entre o Rio da Prata e a Capitania de São Vicente ocorre após a fracassada tomada de Montevidéu e da construção de um forte em Maldonado. Com isso, o Brigadeiro José da Silva Paes²⁴ decide instalar mais ao norte, distante das disputas diretas no Rio da Prata entre portugueses e espanhóis, um povoamento, construindo um presídio e o Forte de Jesus, Maria e José. Nesse local hoje se encontra localizada a cidade de Rio Grande, representando, no século XVII, o primeiro centro de governo português na região. Vieira (2013) contribui explicando que:

Por isso, o período em que ocorrem essas disputas é significativamente importante para a formação territorial e urbana da região. Nesse período é que se identifica a fundação de cidades como verdadeiros pontos demarcatórios do território, como bastiões pelos quais se disputará a imposição de limites, sendo este fator extremamente decisivo na escolha de posições e sítios urbanos. (VIEIRA, 2013, p.2- 3)

A ocupação populacional do território parte da chegada de famílias povoadoras, ainda no mesmo ano de instalação e fundação de Rio Grande, entretanto, como exposto por Rhoden (1999, p. 82) “demorou algum tempo até que aquele assentamento tomasse características urbanas, aumentasse sua população e pudesse ser elevado à condição de vila”. Posteriormente com a chegada dos imigrantes açorianos ocorreu a expansão no processo de urbanização

Para Costa (1998) esse núcleo de povoamento era considerado um ponto estratégico, pois estava localizado entre Laguna²⁵ e a Colônia do Sacramento.

²³ Português, nascido no povoado de Verdelha do Ruivo, foi governador da Capitania Geral do Rio de Janeiro e responsável pela fundação da Colônia de Sacramento em 1680, a mando da Coroa Portuguesa.

²⁴ Militar e engenheiro, nascido em Lisboa, participou diretamente da ocupação que garantiu a posse portuguesa no Brasil meridional. Foi o fundador da cidade de Rio Grande em fevereiro de 1737.

²⁵ Laguna era a cidade mais meridional do Brasil antes do avanço da colonização portuguesa pelo Rio Grande de São Pedro.

Outras regiões do Rio Grande do Sul também apresentavam sinais de povoamento, no trecho entre Rio Grande e Tramandaí, na Serra do Nordeste com os Campos de Vacaria e os Campos de Viamão.

Por conseguinte, as estâncias de gado na região deram respaldo para formação dos primeiros núcleos de urbanização. E, por volta da década de 1750, casais de açorianos, enviados pela coroa portuguesa, desembarcam em Rio Grande e, posteriormente, no município de Porto Alegre, antes Porto dos Casais²⁶ para então avançar pelos vales dos rios Jacuí e Taquari instalando pequenas aglomerações urbanas ao longo da Depressão Central do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, com suas aglomerações coloniais, tardou a se desenvolver e a mudança deste paradigma, como salienta Weimer (2004), ocorre quando a família real portuguesa chega ao Brasil e é forçada a organizar uma administração eficiente para o território. O resultado disso foi a primeira divisão territorial da Província em quatro municípios, a saber:

1) **Porto Alegre**, com os povoados de Viamão, Triunfo e a Aldeia dos Anjos (atual Gravataí); 2) **Rio Grande**, com os povoados de Estreito (que se extinguiu), Mostardas, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Erval e São Francisco de Paula de Pelotas; 3) **Rio Pardo**, com os povoados de Cachoeira, Santo Amaro, Taquari e São Gabriel; 4) **Santo Antônio da Patrulha**, com os povoados de Conceição do Arroio (hoje, Osório), Vacaria e Pinhal (hoje integrado no município de Parobé). Em 1819, foi criado o município de **Cachoeira** que foi desmembrado de Rio Pardo. (WEIMER, 2004, p. 119). [Grifos do Autor].

Nos anos seguintes, o aumento gradativo de povoados, vilas e novos municípios davam ao Rio Grande do Sul suas características urbanas. Por outro lado, as “Cidades do Prata”, como fundamenta Vieira (2013), foram fundadas sob uma mesma lógica e fatores históricos interligados, são entendidas assim como possuidoras de similitudes em sua organização. Para tanto:

Quando se fala em “Cidades do Prata” se quer fazer referência a um conjunto de cidades que tiveram sua origem produzida sob a influência dos mesmos fatores históricos, principalmente, mas que geraram similitudes também nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e espaciais, em certa medida. Não constituem um grupo de cidades homogêneas, que possam ser facilmente reconhecidas por essas semelhanças, mas um grupo de cidades formadas em uma mesma territorialidade, sob a lógica geral dos mesmos processos econômicos e sociais. (VIEIRA, 2013, p. 2)

²⁶ Primeiramente Porto de Viamão, o nome da atual capital do Rio Grande do Sul também foi, por algum tempo, chamada de Porto dos Casais, alusão ao desembarque de casais açorianos no porto da cidade para fins de povoamento da região sul do Brasil.

No Rio Grande do Sul, bem como no Uruguai e na Argentina, ocorreram processos de formação urbana, com características semelhantes na concepção de cidades. Ainda nas palavras de Vieira (2013, p. 13), “[...] a integração propiciada por essa realidade histórica e geográfica tem a capacidade de produzir uma identidade regional muito forte, que ignora fronteiras e ultrapassa nacionalidades”.

Os municípios existentes no Rio Grande do Sul duplicaram em 1860 com relação a 1835²⁷. O desenvolvimento urbano não acompanhou a evolução da economia brasileira na época, embora 28 sedes fossem elevadas a categoria de cidade, como aponta Weimer (2004), Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande e Bagé eram algumas delas. O mesmo autor ressalta que até o fim do período imperial no Brasil existiam 61 municípios na Província, resultado do incremento de dez novos núcleos urbanos²⁸ evidenciando que a influencia política para a concessão do título pouco tinha a ver com o desenvolvimento urbano dos municípios.

Todas as cidades, com exceção de Porto Alegre e São Leopoldo – estavam situadas em regiões onde dominava o latifúndio pecuarista que dominava a política provincial. As exceções se justificam por Porto Alegre ser a capital e São Leopoldo, ser o mimo dos olhos do imperador. (WEIMER, 2004, p. 132)

Com relação á urbanização proveniente da ocupação em solo sulista por imigrantes não portugueses, sobretudo germânicos e italianos. Destaca-se a ocupação, em um primeiro momento, dos vales centrais dos rios Caí, Sinos e Taquari por imigrantes alemães, como explica Furtado (2003):

O governo imperial instalou a primeira colônia em 1824, em São Leopoldo, e, depois da guerra civil, o governo da província realizou fortes inversões para retomar e intensificar a imigração desta origem. Contudo, a vida econômica das colônias era extremamente precária, não havendo mercado para o excedente da produção. (FURTADO, 2003, p. 131)

Os italianos chegaram em 1875 e a ocupação por estes é direcionada a região da Encosta da Serra, com destaque para o atual município de Caxias do Sul. Nesse local, o terreno possuía características morfológicas não adequadas para a constituição de latifúndios pecuaristas, portanto, o desenvolvimento da agricultura

²⁷ Ano referente ao início da Guerra dos Farrapos.

²⁸ Caçapava, Cruz Alta, Dom Pedrito, Itaqui, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, São Borja, São Leopoldo, Santana do Livramento e Uruguaiana.

em estabelecimentos de pequenas dimensões físicas, os lotes coloniais²⁹, dá outro sentido a estrutura agrária no Rio Grande do Sul á época.

O surgimento de aglomerados urbanos, na região compreendida pela ocupação italiana no Rio Grande do Sul, apresenta fatores relacionados à lógica do desenvolvimento industrial e econômico, destacando a importância da imigração no estado como resultado da política dos governos Imperial e Provincial. No final do século XIX surge uma nova configuração de cidades, diferente do processo de urbanização ocorrido em períodos anteriores no estado.

Na década de 1920, destaca-se o desenvolvimento de novas atividades produtivas pelos imigrantes, promovendo o crescimento urbano e a industrialização. Para Rocha e Miorin (1989):

As indústrias contribuíram, decisivamente, para o processo de urbanização. Nascidas nas charqueadas, numa forma embrionária, elas assumiam importância, e nas regiões onde estavam instaladas, contribuem para a formação de polos de atração em relação às demais. (ROCHA; MIORIN, 1989, p.32)

Considera-se assim, que a ocupação do território no Rio Grande do Sul constitui-se de singularidades com relação a sua formação social e econômica e a importância da terra aparece como elemento fundamental no processo de urbanização no estado. Na medida em que a agricultura permitiu o desenvolvimento da indústria, a partir da transformação do artesanato doméstico rural, está contribuiu para o processo de urbanização. É entendido que este processo faz parte da construção do território gaúcho e está diretamente relacionado com os fatores de ordem histórica, os quais também são responsáveis pela formação e desenvolvimento do município de Pelotas.

2.4. Pelotas no contexto da urbanização regional

O estudo a respeito do processo de urbanização e crescimento físico da cidade de Pelotas acompanha a própria história de surgimento do município, perpassando por questões como formação econômica de caráter agrícola, importância do município na Região Sul do estado do Rio Grande do Sul, além dos

²⁹ De acordo com Duarte (2013), a nova organização territorial baseada na propriedade de pequena dimensão física direcionava a sua produção para o abastecimento interno e o excedente comercializado com fins de abastecer o mercado interno.

processos que ocorreram, especificamente, nas normatizações que caracterizam a atual configuração municipal.

Dessa forma, diante dos fatores citados anteriormente, evidenciam-se as mudanças ocorridas no processo de expansão urbana, resultando, entre outras questões no surgimento de uma área com características diferenciadas das demais regiões da cidade, conhecida por compreender elementos e funções entendidas como rurais e urbanas, por isso designada como “rururbano”³⁰.

Cabe ressaltar, que o processo de expansão urbana em Pelotas vem sendo acompanhado por estudos relacionados ao planejamento urbano. Em boa parte do que configura a estrutura central da cidade e as diversas mudanças que ocorreram devido ao crescimento físico ou das perspectivas para esta expansão, tem resultado na aproximação entre a cidade e o campo, fator importante para compreender a análise principal desta pesquisa na escala local.

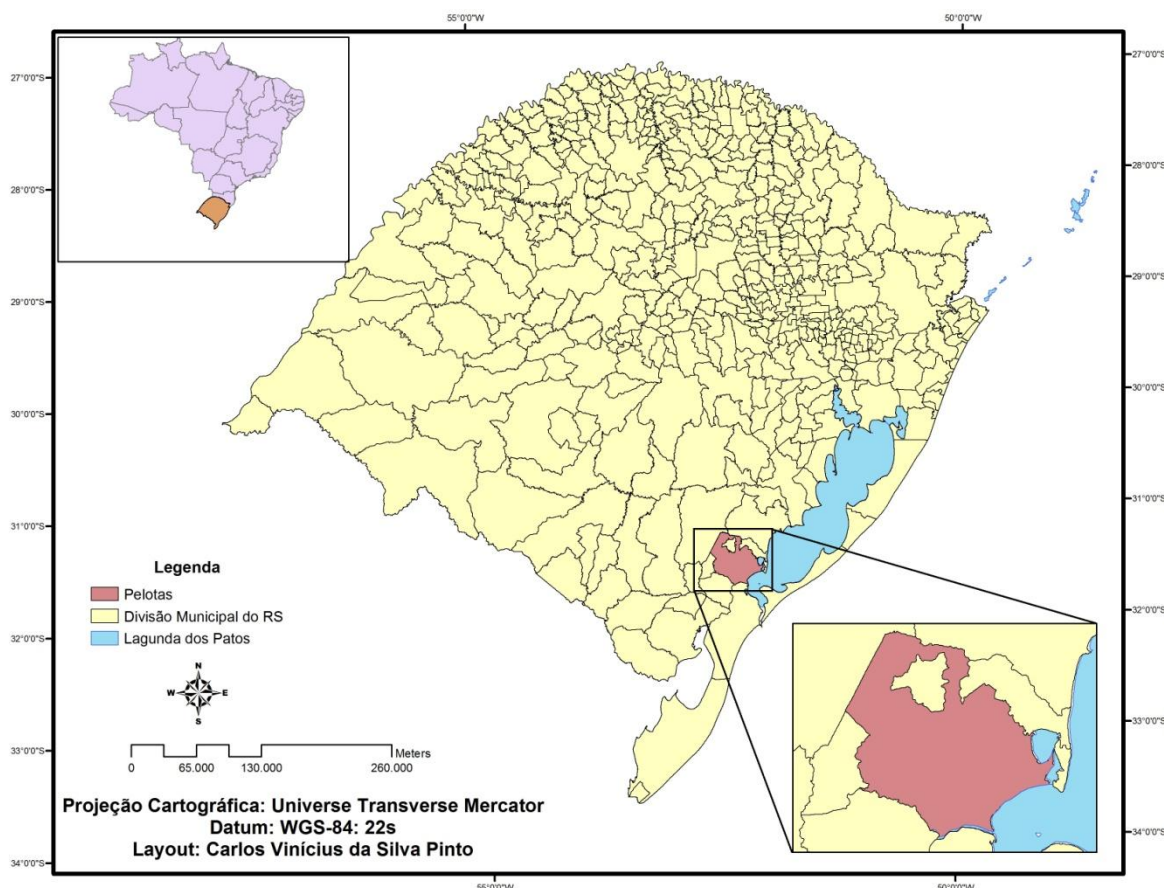
É necessário que se faça, em primeiro lugar, uma reflexão a respeito do processo histórico de formação do município de Pelotas. Em um segundo momento, parte-se para a discussão sobre a evolução da malha urbana da cidade, a fim de compreender os seus vetores de crescimento e sua configuração atual, destacando a área estudada, ou seja, o “rururbano”, como resultado das mudanças estruturais e administrativas ocorridas na cidade.

O município de Pelotas encontra-se localizado na porção sul do estado do Rio Grande do Sul, (figura 06) ocupando uma área de 1.608,77 km². Situa-se as margens do canal São Gonçalo e conta com uma população de 327.778 habitantes, segundo dados do IBGE (2010), é a terceira maior população do estado por município, superada apenas por Porto Alegre e Caxias do Sul. É o município com maior população da região sul do estado, exercendo assim uma posição de centralidade na hierarquia urbana, com relação aos municípios próximos. A maioria da população, cerca de 93,3% dos habitantes (IBGE, 2010) é urbana e apenas 6,7% vive na área rural do município, questão relevante quando se trata de analisar as

³⁰ **Art. 265** - Os usos possíveis na área rururbana são aqueles previstos por esta lei, e também aqueles destinados às atividades de caráter agrosilvopastoril de baixo e médio grau de impacto em mínimo e pequeno portes, além das atividades de extração de areia e argila. (LEI Nº 5.502, III Plano Diretor Municipal Integrado, 2008)

categorias rural e urbano em um lugar onde as fronteiras entre campo e cidade se confundem.

Figura 6: Mapa de localização do estado do Rio Grande do Sul, município de Pelotas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

O território do Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XVIII, se transformou em um grande polo pecuarista. Esta atividade se desenvolve graças às condições do relevo plano e abundante pastagem natural que permitia a criação de gado em larga escala, (CALDEIRA, 1999). No contexto da economia intrarregional, ao sustentar a demanda alimentar de outras regiões, o charque foi sendo agente responsável na consolidação de grandes centros urbanos no sul do Brasil. Além disso, também podemos assinalar a formação de uma enriquecida elite pecuarista que desenvolvia e controlava as charqueadas no interior de suas propriedades. Paralelamente, uma significativa quantia de escravos era explorada para que o lucro com a atividade crescesse de forma exponencial.

Sabe-se que no século XVIII a ocupação das terras que conformariam a atual área urbana do município de Pelotas e arredores caracterizava-se por abrigar algumas estâncias, cabendo destacar que em 1780, o português³¹ José Pinto Martins instala nas margens do Arroio Pelotas uma charqueada que, pela sua localização e técnicas de trabalho trazidas da tradição na salga da carne do Ceará, prospera e estimula a criação de outras charqueadas próximas, tendo início a exploração da carne salgada, associada a grande quantidade de gado bovino que a região dispunha na época. Tem-se, então, o início do desenvolvimento da indústria saladeiril no território rio-grandense. Conforme explica Magalhães:

O pioneirismo de José Pinto Martins consiste na circunstância de ele haver criado, pela primeira vez no Rio Grande do Sul, uma unidade empresarial cujo objetivo específico era produzir carne salgada, tendo em vista o mercado consumidor. Produzi-la para exportação, em larga escala, a nível industrial – ou semi-industrial. (MAGALHÃES, 1993, p.29)

Cabe ainda salientar, que a visão e experiência de Pinto Martins fizeram com que houvesse a valorização de algumas potencialidades geográficas encontradas na região, como esclarece Magalhães:

Instalou-se numa região brasileira onde o rebanho bovino testava extraordinariamente disseminado e cuja carne, até então, aproveitava-se apenas para consumo doméstico e quase que exclusivamente imediato; estabeleceu-se numa região rio-grandense um pouco afastada do litoral (geopoliticamente mais protegida, portanto) mas de fácil acesso ao mar, banhada por um canal, que a comunica com as duas lagoas, por uma laguna e por vários arroios. (MAGALHÃES, 1993, p.30)

Com a instalação das charqueadas ocorreu uma valorização gradual dos rebanhos bovinos e da estância – “até então, mera ‘empresa de coleta e pilhagem’ do gado – transformou-se numa empresa de criação de gado, passou-se a ter verdadeira significação econômica”. (MAGALHÃES, 1993, p. 31). Ambas – estância e charqueada – como unidades complementares acabam por serem os fundamentos básicos da economia da Campanha³², ao longo de todo o século XIX.

³¹ Para Magalhães (1981 p. 14), “Até a pouco se supunha, na falta de dados mais concretos, que Pinto Martins era natural do Ceará e que foi o pioneiro do saladeirismo no Rio Grande do Sul. Hoje se sabe, graças a pesquisas recentes, que Pinto Martins nasceu em Portugal [...]”

³² Registra-se que a Campanha, “no plano histórico e sociológico, compreende toda a metade sul da Província, formando um triângulo: uma das faces é a fronteira com o Uruguai; outra é a linha Ibicuí-Jacuí; e a terceira, a borda oeste das lagoas Mirim e dos Patos.” (MAGALHÃES, 1993, p. 31)

Na história urbana do Brasil, para o surgimento de uma freguesia pressupunha-se que existisse um aglomerado populacional desenvolvido. Sendo assim, Magalhães (1993) explica que uma freguesia correspondia a um título de autonomia religiosa de qualquer localidade pela qual o povoado passava a contar com uma igreja paroquial própria. Em Pelotas, no ano de 1812 é concedida esta condição ao povoado, no entanto, a unidade administrativa continuava no município de Rio Grande.

A indústria do charque foi responsável pela opulência e desenvolvimento econômico da região de Pelotas e, por conta disso, as necessidades de desligamento político de Rio Grande eram cada vez mais intensas. Sendo assim, por decreto, no ano de 1830 a Freguesia de São Francisco de Paula foi elevada a categoria de Vila e, mais tarde, em junho de 1835, recebe os foros de cidade.

Neste contexto, Vieira (2005) diz que a produção do espaço urbano em Pelotas possui uma íntima relação com os fatos de ordem histórica e, via de regra, em todas as cidades a história reflete em sua organização espacial os acontecimentos que marcaram a formação da sociedade ao longo do tempo.

Entende-se, a partir disso, que em Pelotas, desde o início de sua ocupação, os fatores de ordem econômica, político e social influenciaram o desenvolvimento físico do espaço urbano, evoluindo para a atual configuração territorial. É possível perceber, então, que o espaço ocupado pelo sítio da cidade corresponde a produção e reprodução das relações históricas ocorridas tanto em escala local quanto regional, levando-se em consideração que o seu desenvolvimento aconteceu devido a instalação das charqueadas, possibilitando assim a sua emancipação do município de Rio Grande.

A organização do traçado urbano de Pelotas ocorreu de acordo com o loteamento das terras onde hoje se localiza o centro da cidade, o lugar escolhido para a instalação da paróquia foi resultado de um debate a respeito de onde seria a melhor localização para a construção de uma pequena igreja. Definida então a localização, tem-se início a construção da paróquia, em dezembro de 1813 e, em 1815, é formado o novo agrupamento urbano de dezenove ruas. Magalhães esclarece que:

A paróquia e o agrupamento urbano – Igreja e povoado – estabeleceram-se sobre um terreno que pertencia, justamente, ao capitão-mor. Antônio Francisco dos Anjos negociou a suas terras em forma de lotes urbanos, constituindo uma espécie de quadrado, em quase perfeito xadrez, que se mantém até hoje e que serviu de padrão, pelo tempo afora, para todos os outros quarteirões do centro da cidade.(MAGALHÃES, 1993,p.27)

A expansão das ruas e o crescimento físico da área urbana aconteceram de acordo com a intensificação das relações sociais, ligadas principalmente a economia do charque e ao crescimento populacional. Em 1832, quando a freguesia efetivamente atingiu a condição de vila, a povoação começava a se direcionar ao Canal São Gonçalo onde se encontravam as terras de D. Maria Eufrásia da Silveira que, a exemplo do capitão-mor Antônio dos Anjos, loteou suas terras proporcionando o acompanhamento do traçado ortogonal, acrescentando, segundo Magalhães (1993), quinze novas ruas na direção sul. Compreende-se assim, que a vila de 1832 era composta pelo mesmo contorno que o centro urbano do município possui atualmente.

É fato que o espaço pelotense era marcado por uma forte relação entres as atividades urbanas e rurais. Vieira (2005, p.112) acrescenta ainda que “A cidade surge em atendimento das necessidades geradas pela sociedade local. É engendrada por ela para lhe servir”. Servir, nesse sentido, às necessidades de consumo e lazer dos charqueadores que residiam na área rural.

O crescimento da cidade de Pelotas pode ser observado por meio do desenvolvimento da planta urbana do município, onde Vieira (2005, p.113) diz que “a ocupação do espaço urbano se realizou ao longo de quatro etapas, resultantes de quatro projetos de urbanização”. Magalhães (1994) acrescenta afirmando:

O primeiro projeto é resultado da fundação da freguesia: traçaram-se em 1815 ao todo 19 ruas (12 longitudinais e 7 transversais) entre as atuais Barroso e Marcílio Dias, Avenida Bento Gonçalves e General Netto. Em seguida a cidade se expandiu para o sul: num segundo projeto, as ruas longitudinais prolongavam-se na direção do São Gonçalo, acrescentando-se à planta 15 transversais, da rua Sete de Setembro até à João Manuel (quando foi elevada a cidade em 1835, Pelotas já somava, pois, 34 ruas). Em 1858, numa terceira etapa, a cidade se expandiu na direção do norte: abriram-se cinco artérias no bairro da Luz, da Doutor Amarante à Pinto Martins. Por fim, data de 1870 o quarto projeto: nesse ano rasgaram-se, no bairro da Várzea, quatro novas ruas, sendo a mais extrema, a leste, a João Pessoa. Lembre-se que em 1870 a cidade encontrava-se no pleno apogeu do seu período de desenvolvimento econômico, social e cultural, não é sem motivo que já havia consolidado, então, o desenvolvimento do seu quadro urbano. (MAGALHÃES, 1994, p.102)

Com a riqueza acumulada pelos charqueadores, surge em Pelotas uma elite proprietária de grandes extensões físicas de terras e, com a farta distribuição de matéria prima- o gado –, foi possível a esta classe acumular capital, o qual foi em grande parte investido na cidade. Todavia, a charqueada não trouxe apenas riqueza, mas também o adensamento populacional, pois em cada grande estabelecimento charqueador existiam pelo menos mais de cem pessoas envolvidas na atividade (ARRIADA, 1994). A implantação de arruamentos, da construção de prédios públicos e de residências era para favorecer as necessidades de consumo e lazer dos charqueadores, porém, não somente isso, pois existia a necessidade de abrigar uma população crescente como apresenta a Tabela 2:

Tabela 2: Evolução da população de Pelotas (1811-1890)

Ano	Nº. Habitantes	Casas/Zona urbana
1811	2419	-
1814	2419	-
1820	3200	Mais de 1000
1822	3400	1700
1830	4300	3000
1832	8444	3800
1833	10873	4707
1835	12425	5467
1846	11244	5229
1858	10757	7000
1859	12893	11401
1860	13537	8838
1863	13846	9000
1865	15384	10000
1872	21258	18666
1890	41591	-

Fonte: ARRIADA, 1994, p 88.

Segundo Vieira (2005), a explicação para o crescimento da malha urbana está pautada na seguinte lógica:

As bases da malha urbana atual estavam implantadas já em 1870, com o traçado da planta urbana totalmente delineado. A extrapolação do perímetro criado nestes tempos manterá a valorização da área histórica, a cidade crescerá no entorno do núcleo originário, e as atividades principais durante muito tempo só serão verificadas neste núcleo. Apenas com o crescimento demográfico desmesurado, serão gerados novos bairros, nos períodos seguintes. (VIEIRA, 2005, p. 119)

O crescimento da cidade, a partir do núcleo original, sucedeu-se durante os anos seguintes tendo como fator de destaque a sua localização no contexto regional, atraindo um contingente populacional significativo para as atividades ligadas a indústria, comércio e serviços, intensificado com o êxodo rural e a migração de população advinda de cidades menores localizadas no entorno de Pelotas. Segundo Conceição (2009),

Com a diversificação industrial deste período, surge uma conseqüente modificação espacial propiciando o aparecimento de um comércio forte e variado, fornecendo gêneros para toda a região, surge também um setor de prestação de serviços, que se tornaria mais tarde uma especialização funcional da cidade. (CONCEIÇÃO, 2009, p. 9)

Ainda, de acordo com Vieira (2005) é possível observar, em geral, que as indústrias orientavam sua localização com base nas áreas de maior interesse para a realização de suas funções, sendo determinante a acessibilidade ao porto e ao transporte ferroviário. Deste modo, ficou marcada no espaço a localização das primeiras indústrias da cidade, próximo ao porto e a estação férrea. Vieira (2005 p. 121) complementa dizendo que: “As indústrias que, de alguma forma, poluíam o ambiente, foram obrigadas a se instalar na periferia da zona urbana, ainda que, mais tarde, tenham, em muitos casos, sido incorporadas pela malha urbana que se expandiu”.

A população crescente se instalava na proximidade das atividades industriais, além de acompanhar o sentido das principais saídas da cidade, sendo assim, como explica Vieira (2005, p. 122) “As estradas federais que cortam Pelotas, trazem a ligação com o resto do Estado, assim como as vias estaduais, que constituíram um importante fator de definição da configuração da malha urbana da cidade”. A partir disso, é possível compreender os sentidos do crescimento físico da cidade, tendo em vista a necessidade de espacialização do perímetro urbano de acordo com as atividades, sobretudo de caráter econômico.

A análise da espacialização dos vetores de crescimento da cidade de Pelotas resultou na percepção de que a evolução, desde seu núcleo inicial, cresceu em sentidos diversos, porém, no período recente se observam os seguintes fatos cronológicos, conforme estabelecem Xavier e Bastos (2010):

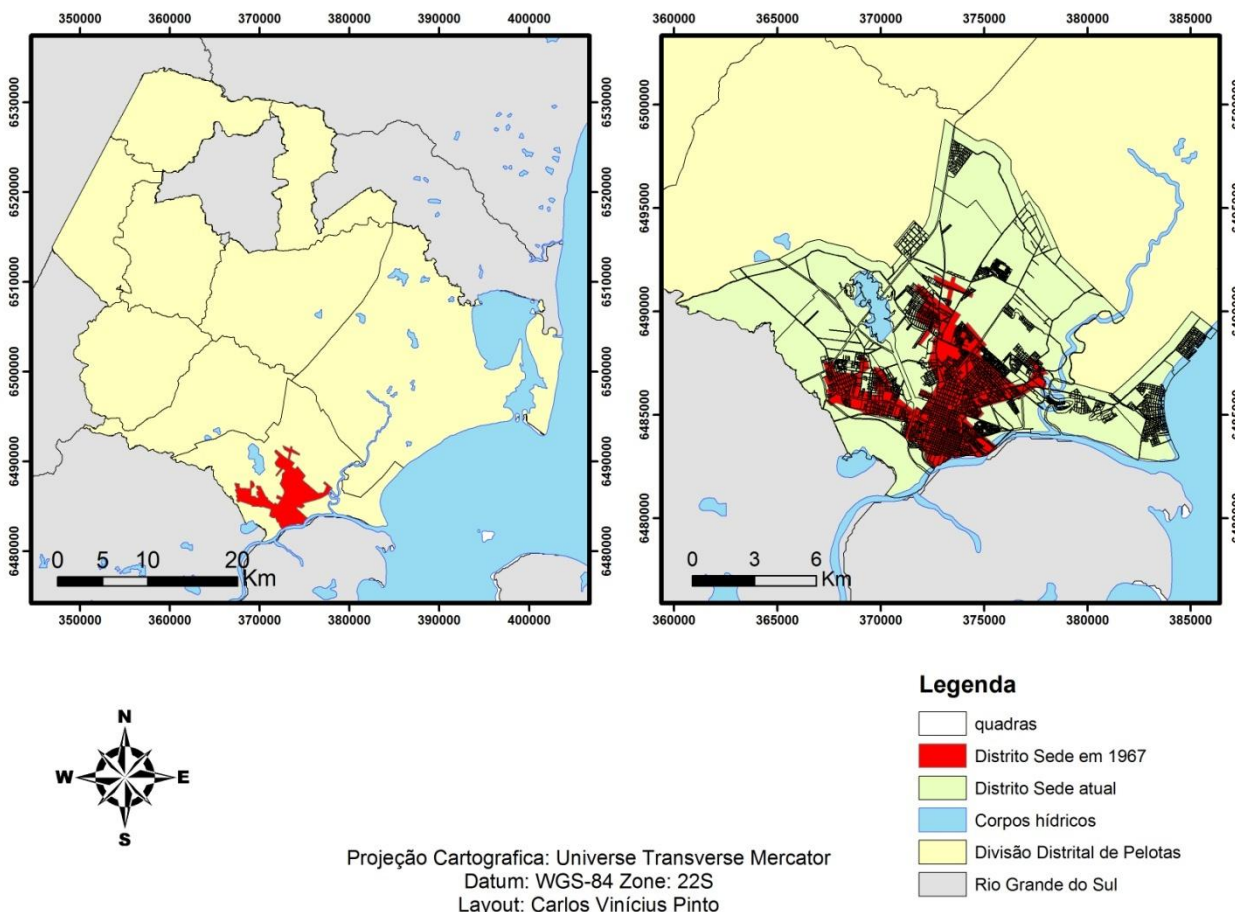
De 1957 a 1963 o crescimento urbano se caracterizou basicamente pela estruturação do vetor norte, surgindo novas ocupações entre o centro urbano e os distantes loteamentos implantados no período anterior. O principal eixo estruturador do crescimento neste intercurso de tempo foi a Avenida Fernando Osório, seguido pelas avenidas República do Líbano, 25 de Julho e pela rodovia BR 116. A leste houve um aumento na ocupação balneária junto a Laguna dos Patos (XAVIER; BASTOS, 2010, p. 588)

Faz-se entender assim, que o espaço geográfico de Pelotas, não só a cidade, mas, o município em geral, passou por transformações profundas ao longo de sua história. A ocupação territorial e a evolução da malha urbana em direções diversas se caracterizam pela facilidade que a topografia de uma área de planície proporciona ao loteamento urbano. Como explica Vieira (2005)

Quanto à forma da planta urbana, sem nenhuma preocupação determinista, é possível concluir que a topografia plana do terreno da planície onde a cidade está assentada, contribuiu de forma espetacular para sua definição. A não ser nos suaves desníveis que marcaram a passagem das zonas de terraços para as zonas de depósitos aluvionais nas baixadas, não há nenhum elemento que destoe da planura das terras da cidade. Uma vista de longe da cidade permite ter a exata noção de que a mesma se estende ao longo de uma linha essencialmente reta no horizonte. A cidade cresceu mantendo a vocação do traçado xadrez, não se alterou, salvo em raros casos, a forma da planta original. (VIEIRA, 2005, p. 134)

A cronologia do crescimento da malha urbana de Pelotas acompanhou diversos sentidos. Na década de 1960, quando o Primeiro Plano Diretor Municipal foi implementado no município, a configuração do perímetro urbano representava apenas parte do que é hoje. A figura 07 representa a configuração do Distrito Sede do município nesta época, e serve como comparação com a atual configuração do perímetro urbano.

Figura 7: Sobreposição e representação do Distrito Sede, que corresponde ao perímetro urbano de Pelotas em 1967 e nos dias atuais.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Atualmente, a mudança na configuração do perímetro urbano³³ em Pelotas, comparando a configuração de 1967, revela que os “vazios urbanos” são em grande parte estabelecidos devido à previsão do crescimento da população urbana do município, verificada nas projeções destacadas no I Plano Diretor. Para tanto, acreditava-se que no ano 2000, seguindo a tendência de crescimento vegetativo³⁴ da população durante o período de 1970 a 2000, a população absoluta de Pelotas seria de 448.405 habitantes. No entanto, segundo o censo demográfico do mesmo ano, a população de Pelotas atingiu a marca de 323.000 aproximadamente. Um contingente de 125.000 pessoas a menos do que o estimado.

³³ Entende-se que o perímetro urbano de um município corresponde ao Distrito Sede, como estabelece o IBGE em sua definição de rural e urbano no Brasil.

³⁴ Acompanhando um crescimento vegetativo hipotético de 4,7% no período de 1970 a 2000.

Contudo, os vetores que determinaram o sentido do crescimento físico do espaço urbano de Pelotas se explicam pela geografia encontrada no município. Sabe-se que ao sul, primeiro sentido de expansão urbana, a limitação física é imposta pelo Canal São Gonçalo.

No sentido leste, as áreas alagadiças onde se localiza o espaço entre o centro da cidade e o Laranjal, limitam a especulação imobiliária com intensidade, poucas áreas neste espaço são passíveis a implementação de residências. Além disso, a Laguna dos Patos serve também como um limite natural para o crescimento urbano. Em outro sentido, a oeste encontra-se o município do Capão do Leão e o Distrito Industrial, área do perímetro urbano destinada exclusivamente à atividade industrial, muito embora, exista a ocupação irregular do solo com residências de população de baixa renda. No entanto, resta a porção norte do perímetro urbano passível a expansão futura da malha urbana.

Além da geografia de Pelotas, os sentidos do crescimento da cidade se explicam, de acordo com o Plano Diretor Municipal de 1967, pela “falta de uma política de desenvolvimento tem permitido que a expansão urbana se faça de forma descontínua” (Plano Diretor Municipal, 1967, p. 74). Entende-se, neste caso, que o crescimento da cidade, num processo espontâneo, se faz principalmente em função da importância econômica dos eixos viários que estabelecem as relações intermunicipais.

Para tanto, ainda segundo o Plano Diretor de 1967, a importância dos eixos e as áreas de imigrações³⁵ são hipóteses para entender este processo de ocupação do solo da cidade. Três eixos impõem de imediato sua presença no quadro urbano:

1º - Eixo do Fragata (região Oeste), ligação com a região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e Argentina, além de ser o acesso dos imigrantes regionais provindos da zona rural de municípios próximos, assim como afirma Vieira (2005):

³⁵ As imigrações intermunicipais e provenientes da zona rural foram responsáveis por acrescentar uma população significativa à cidade de Pelotas. População localizada, sobretudo, no bairro Três Vendas.

As estradas federais que cortam Pelotas trazem a ligação com o resto do Estado, assim como as vias constituíram um importante fator de definição da configuração da malha urbana da cidade. Neste período, a cidade se estrutura a partir do núcleo original, nas proximidades do porto, e se expande, inicialmente para oeste, em direção ao bairro Fragata, ligação com a zona da fronteira com a Argentina e Uruguai. O eixo em direção oeste teve sua origem a partir do início deste século, ainda que a estrada de ferro, em 1884, que liga Rio Grande com a fronteira tivesse sido instalada naquele eixo, o adensamento provocado por esta via só se verificou mesmo nas proximidades com a estação. (VIEIRA, 2005, p. 122-123)

2º - Eixo das Três Vendas (região norte) estabelece as relações de Pelotas com a capital do estado, Porto Alegre, todo o norte do Rio Grande do Sul e, também, com o centro do país. (VIEIRA, 2005 p. 122) afirma que: “Logo depois, o eixo com direção norte também se adensa, formando importante aglomeração nas Três Vendas, trajeto de ligação com Porto Alegre e o Norte do Estado”.

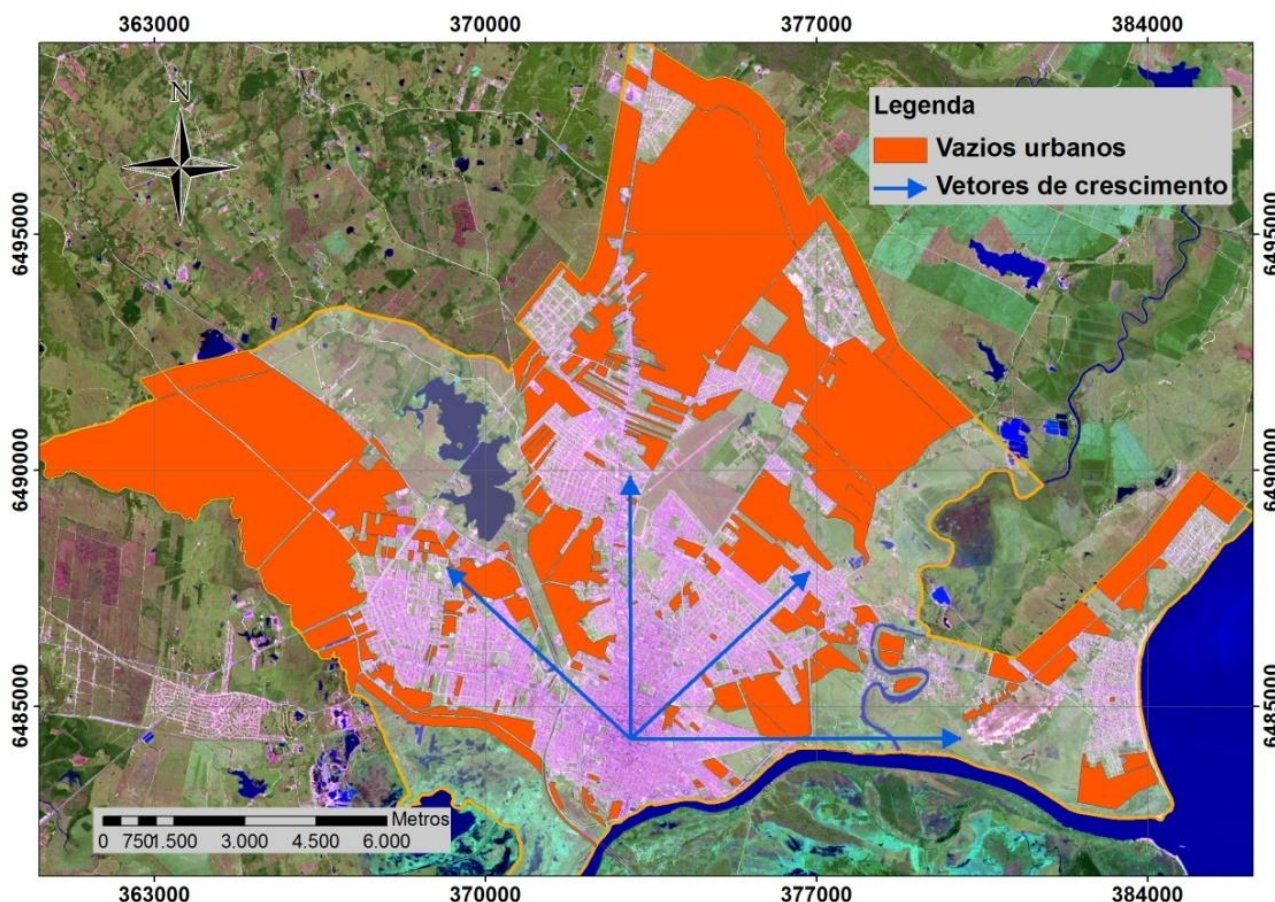
3º - Eixo do Areal (região leste), menos relevante durante muito tempo, com interesse apenas local, pois liga o centro da cidade a Praia do Laranjal. Apresenta especulação imobiliária de alto padrão, principalmente ao longo da Avenida Adolfo Fetter. Segundo Vieira (2005):

O eixo em direção norte começou a se formar a partir de 1910 e, para leste, logo em seguida. Estes surtos de desenvolvimento espaciais foram propiciados pelo desenvolvimento ocorrido, principalmente nos meios de transporte (bonde com tração animal, 1873 e elétrico 1915) e uma série de melhorias introduzidas nestes locais 1912 Cia. de Força e Luz, 1913 Serviços de esgotos. (VIEIRA, 2005, p. 123)

Por meio disso é possível entender que a atual configuração do perímetro urbano do município acompanhou os vetores do crescimento físico da cidade (figura 08). No entanto, a existência dos vazios urbanos, passíveis de ocupação do solo para fins residenciais, apresenta um fator conflitante neste sentido, sobretudo na Zona Norte da cidade, justamente por encontrar-se nesta região propriedades com características de ocupação ligadas ao rural e a agricultura³⁶

³⁶ A existência de lotes produtores de alimentos no espaço urbano de Pelotas aparece como consequência da expansão do perímetro urbano da cidade sobre áreas rurais abarcando uma população com características ligadas a ruralidade.

Figura 8: Mapa do atual Perímetro Urbano de Pelotas evidenciando os vazios urbanos passíveis a ocupação imobiliária ou outros fins urbanos e os vetores de crescimento físico da cidade a partir do núcleo central.

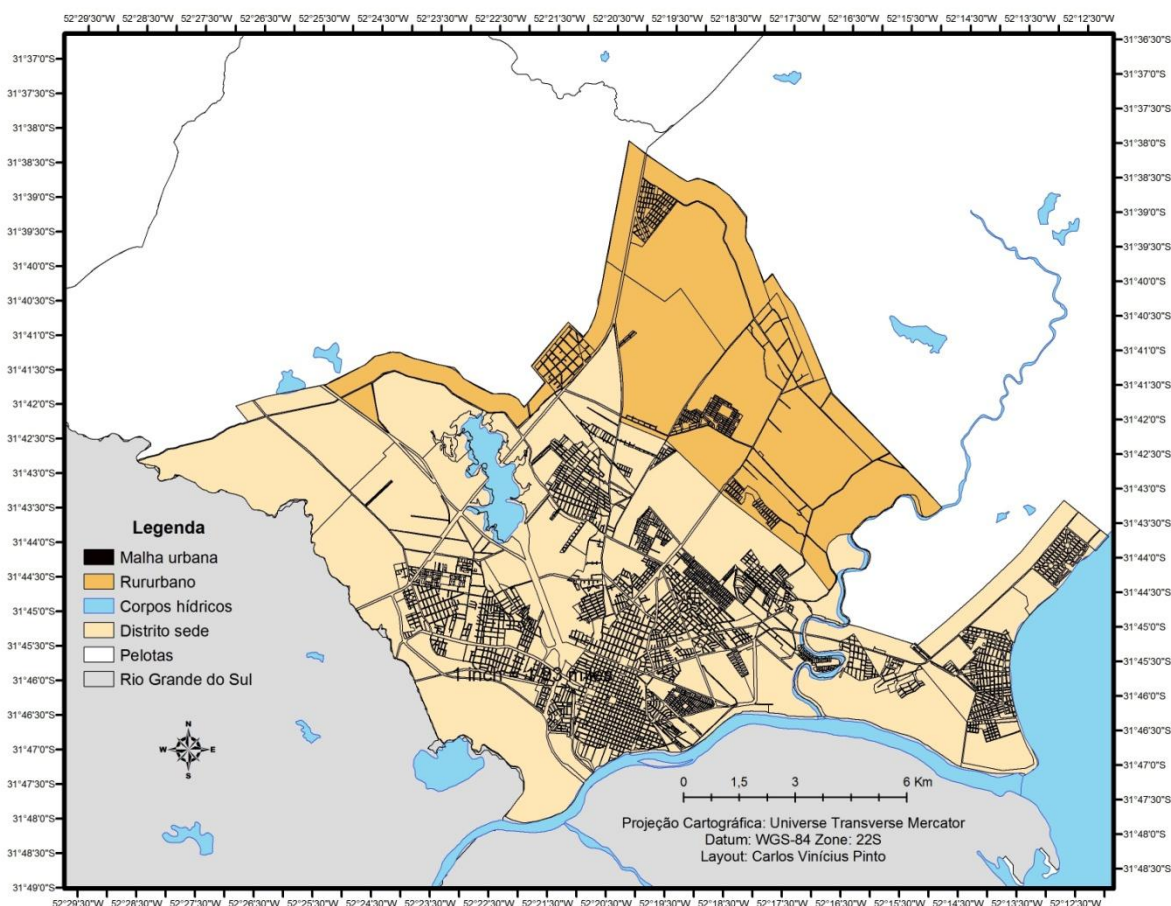


Fonte: XAVIER; BASTOS, 2010, p. 591.

As discussões a respeito das relações entre o campo e a cidade podem ser entendidas, no caso de Pelotas, pela expansão urbana ao longo de sua história. O “Rururbano” aparece como categoria normativa dentro da dinâmica do crescimento urbano de Pelotas e não de forma conceitual³⁷, passando a exercer um caráter diferenciado das demais áreas da cidade, no que diz respeito às relações sociais e de produção entre o rural e o urbano no município. A figura 09 apresenta o mapa de localização da área de estudo destacando, de acordo com o Modelo Urbano, o Rururbano.

³⁷ Não confundir Rururbano, que mais seria a influência socioespacial do campo sobre a cidade, com “Rurbano” onde o *continuum* rural-urbano é marcado pelo sentido da urbanização do rural conforme a mecanização e modernização do campo nos últimos anos.

Figura 9: Mapa do Perímetro Urbano de Pelotas destacando a região do Rururbano pelotense de acordo com o Modelo Urbano Municipal de Pelotas.



Fonte: Adaptado do III Plano Diretor Municipal de Pelotas, 2008. Elaborado pelo autor, 2013.

Entende-se que a definição dada ao espaço analisado perpassa pela questão da presença de unidades produtoras de alimentos de caráter agrossilvopastoril no interior do perímetro urbano da cidade, entendido como um espaço em transição ou “híbrido” por conter ambas as características dos espaços definidos – campo-cidade. Portanto, a zona norte da cidade de Pelotas, mais especificamente a região macroeconômica das Três Vendas, constitui-se na área definida pelo III Plano Diretor de Pelotas como espaço rururbano.

Por fim, no entendimento do processo histórico, ao fazer referência a configuração territorial de Pelotas na década de 1980, Rosa (1985) diz que o Distrito Sede:

É o mais populoso e também o mais povoado dos distritos, porque nele se localiza a cidade, que concentra 80% da população municipal. Na pequena zona rural que cerca a área urbana, existem pequenas propriedades onde se cria gado leiteiro e se cultiva hortigranjeiros. Em 1980, a área do 1º distrito foi ampliada, com a inclusão da zona dos balneários do Laranjal. Alguns dos seus povoados rurais dispersos são as Terras Altas, a Sanga Funda, Dunas, Boa Vista, Vila Princesa, Sítio Floresta e Vila Jacob Brod. (ROSA, 1985, p.208)

Então, de acordo com Rosa (1985), no entorno do Distrito Sede existiam propriedades dedicadas à criação de animais e o cultivo de alimentos. Hoje, sabe-se que esta zona rural que cercava a área urbana, mencionada pelo autor, faz parte do espaço urbano do município e os povoados rurais foram transformados em loteamentos residenciais. Os povoados rurais que faziam parte do Distrito Sede, ainda na década de 1980, revelam através de sua denominação que se distinguiam do restante da cidade, ou seja, mesmo fazendo parte da área urbana do município eram considerados rurais.

Pode-se, então, compreender que, de acordo com o processo histórico presente na ocupação do solo na Zona Norte da cidade de Pelotas, essa região teve sua formação diferenciada das demais áreas do perímetro urbano. Fundamentalmente, devido à presença de uma população que tem como base econômica o cultivo da terra e a criação de animais e que ainda mantém traços sociais e culturais que remetem ao modo de vida rural.

3. AS CATEGORIAS RURAL-URBANO E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE E NO CAMPO: Dificuldades de conceituação

Constantemente deduz-se pensar o campo, em sua totalidade, apenas como sinônimo de rural, e a cidade estritamente como materialidade do urbano, restringindo ambos os espaços à lógica dicotômica sobre os processos de constituição desses fenômenos. Entende-se claramente a ideia de cidade, mas o entendimento sobre o fenômeno urbano não acontece com mesma facilidade. Para tanto, quando surge a ideia de inter-relação, surge também a dificuldade de direcionar o olhar para a análise da abordagem que abrange tanto o rural quanto o urbano e tanto o campo quanto a cidade.

Os conceitos de campo e cidade ou o que são exatamente o rural e o urbano possuem ampla discussão na Geografia e em outras ciências, para enfatizar características espaciais particulares de cada espaço, dando evidência as relações sociais peculiares. Santos (2001) entende que a consolidação do meio técnico-científico-informacional, por volta da década de 70 do século XX, é resultado dos avanços da tecnologia e de sua irradiação no espaço geográfico, e a dinâmica entre sociedade e espaço ganha complexidade, ao ponto de ser cada vez mais difícil fazer uma separação entre o que é rural do que é urbano.

Por outro lado, definir normativamente estes espaços vai depender dos marcos legais adotados em cada lugar. Abramovay (2000) explica que, em vários países, o patamar populacional é o que vai definir, de acordo com o número de pessoas em uma aglomeração, se o espaço é rural ou urbano. Na Escócia, por exemplo, o número estabelecido para definição de um espaço urbano é de 500 habitantes, no entanto, na Grécia é de 10.000 habitantes.

Destaca-se, neste capítulo, além da análise sobre as relações entre os conceitos propostos, as transformações do rural e do urbano, bem como, a cidade e

o campo como objetos materializados por estas dinâmicas. Entendendo, a partir disso, que a regra adotada pelo Brasil se mostra frágil em situações quando ocorre, por exemplo, a permanência de elementos ligados à ruralidade, em áreas urbanas por definições normativas.

Portanto, o estudo no âmbito das relações impostas sobre os dois espaços é uma tentativa de desmistificar o novo sentido dado à interpretação das categorias analíticas em discussão nesta pesquisa.

3.1. As relações campo-cidade, rural-urbano e o surgimento de uma nova ruralidade.

Via de regra, em uma abordagem clássica, campo e cidade se distinguem por suas funções específicas como a agricultura e a criação de animais no campo e prestação de serviços, indústria e comércio na cidade. Outros fatores que podem ser evidenciados para distinguir ambos os espaços é “a aglomeração” e “a dispersão”, ou seja, na cidade a aproximação do contingente populacional é marcada por relações sociais mais intensas, em caminho contrário, o isolamento e a dispersão são características atribuídas ao campo.

Ainda com relação aos estudos clássicos, é nos Estados Unidos, por meio de investigações ligadas à Sociologia, que as relações entre o rural e o urbano ganham expressão desde a primeira metade do século XX. (BIAZZO, 2008, p. 135) acrescenta que “as primeiras interpretações sobre o tema eram dualistas, colocavam ‘urbano’ e ‘rural’ como áreas contrapostas, espaços com características próprias e isoladas”. Ainda, nas palavras do autor, percebe-se que:

Tal visão tradicional, amplamente instituída na sociedade e entre os cientistas, começou a ser relativizada pelo do trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930), no qual a polarização antagônica passou a ser substituída por um gradiente de variações espaciais, de uma situação típica – “o rural” - a outra – “o urbano”, compondo um “continuum rural-urbano”. (BIAZZO, 2008, p. 135).

Diferente do que é descrito acima, os elementos que compõem o entendimento sobre a “suposta” separação entre rural e urbano (em suas relações) são tratados e concebidos aqui como fatores de aproximação. Assim, a análise dos espaços parte das diferentes abordagens teóricas sobre o tema, englobando essas categorias analíticas em um conjunto indissociável.

Dos distintos pontos de vista entendidos na concepção das relações cidade/campo e urbano/rural, destacam-se duas grandes vertentes. A que se aproxima mais do senso comum, e difundida, conforme afirma Biazzo (2008), por autores como Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930), Redfield (1956), Mendras (1969), Léfèbvre (1970), Sarraceno (1994), Kayser (1996) e, no Brasil, Graziano da Silva (1999), Veiga (2002), e Carlos (2004) na qual o rural estaria cada vez mais sobre influência do urbano, como forma de representação social, a ponto de sua extinção ser uma questão de tempo.

Em outra direção a esta lógica, outros autores, tais como Carneiro (1998; 1997), Wanderley (2001), Resende (2007), Bagli (2006) e Rua (2007), tratam as transformações ocorridas no rural como necessidade de afirmação e importância para a sua permanência como categoria empírica e analítica.

Dentro desta segunda corrente de pensamento, destaca-se a teoria do *continuum* rural-urbano que fundamenta a ideia de que a urbanização em seu processo gera mudanças evidentes na sociedade, ultrapassando a fronteira do rural, que por sua vez aproxima-se da realidade urbana. Assim, Candiottto e Corrêa (2008) ao citar Wanderley (2002), afirmam que dentro da corrente do *continuum* existem outras duas interpretações, a saber:

[...] sendo a urbano-centrada, defendida por Rambaud, que aponta para a homogeneização espacial e social, e para o fim da realidade rural; e outra, que considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos. Nesta última, mesmo considerando as semelhanças e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre campo e cidade não excluem as particularidades, não representando o fim do rural. Essa visão é a adotada por Wanderley (2002), Alentejano (2003), Carneiro (1999), entre outros. (CANDIOTTO e CORREA, 2008, p 217.)

Em concordância com a concepção de autores como Wanderley (2002), a qual é adotada por esta pesquisa, Alentejano (2003), Carneiro (1999), descritos na citação anterior, entende-se a realidade rural-urbana em face de suas transformações e relações, bem como, a manifestação destes elementos no contexto empírico deste trabalho.

Para tanto, destaca-se a noção de ruralidade e sua manifestação social no espaço, neste caso no espaço urbano, entendendo-a a partir da manutenção da identidade com o modo de vida rural inserida na cidade. Entende-se, então, que ruralidade é um modo de vida ligado intimamente ao campo e às práticas e hábitos

rurais, ou seja, dedicação, principalmente, às atividades socioprodutivas relacionadas ao trabalho na terra, onde a reprodução biológica e social das famílias é dada, principalmente pela presença da agricultura.

Cabe resaltar, que a ideia de ruralidade não é nova, na maioria das vezes é utilizada como referência nas discussões sobre as transformações que ocorrem no rural brasileiro enfocando temas como “nova ruralidade”, “novo rural” e “inovações do rural”. Entretanto, o significado da manifestação das “ruralidades” ganha outro sentido quando se trata de entendê-la no espaço urbano, ou seja, sobretudo, com o avanço dos perímetros urbanos sobre o rural, agregando novos elementos à noção do modo de vida rural.

A ruralidade na cidade, portanto, se encarrega de dar significado às relações entre o mundo rural e a vida urbana. O que ocorre de fato é que a discussão sobre a interligação cidade-campo parte, na maioria dos estudos, das relações entre o rural e o urbano sob o lócus da urbanização do rural. Destaca-se, então, que no caso da área de estudo, a mesma é constituída de elementos e dinâmicas com forte significado relativo ao rural e que a configuração e manifestação urbana desta área é resultado do crescimento dos limites físicos do perímetro urbano.

A dificuldade em conceituar o rural e o urbano de maneira clara acontece pela forma como o campo e a cidade, no caso do Brasil, se constituem. Tanto campo e cidade, em suas formas materiais de representação se configuram por interpretações diversas. Cada país designa, por intermédio de critérios pré-definidos, a maneira como estabelece o entendimento, sobre, por exemplo, a população urbana ou rural.

O debate a respeito da normatização brasileira, nos últimos anos, ganha significado quando da emergência de estudos no âmbito das ciências sociais e humanas, sobretudo a partir da década de 1990, os quais tomam a direção de uma interpretação não mais no sentido dicotômico. Em suma, alguns critérios, no caso do Brasil, são apresentados por Abramovay (2003) da seguinte forma:

- O rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, nos quais as consequências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais;
- Desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distritos com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”; e
- O rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista. (ABRAMOVAY, 2003, p. 22)

Não existe no Brasil nenhuma sede de município, independente do seu tamanho populacional, segundo definições do IBGE, classificada como rural. É evidente que a população urbana é crescente nas últimas décadas e este fato está ligado a uma indiscutível tendência mundial, no entanto, observa-se a existência, no caso do Brasil, de situações como a descrita por Veiga³⁸ (2003):

O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município de União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 habitantes, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas residentes em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000. (VEIGA, 2003, p. 32)

Abramovay (2003) salienta que o critério populacional, destacando o caso de alguns países como a França, Argentina e México, é usado para definir a população rural e o número utilizado para tal definição é inferior a 2,5 mil habitantes. O mesmo autor também ressalta que este critério é o menos inadequado para evitar assimilar como urbana uma determinada população rural. Assim, caso fosse adotado no Brasil, evitaria reconhecer determinados municípios com características urbanas,

³⁸ A hipótese de José Eli da Veiga, apresentada no livro intitulado *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, publicado em 2002, é rebatida pela autora Ana Fani Carlos (2004). O principal ponto de discussão do livro “*Cidades Imaginárias*” é o Decreto-Lei Nº 311/1938 que passou a regulamentar as unidades territoriais administrativas e leva a entender como urbano municípios em que o urbano de fato não existe. Segundo o autor, esse critério ultrapassado que o Brasil adota, supervaloriza a urbanização e leva esse critério a contabilizar uma população de mais de 80% vivendo em cidades, muitas nas quais possuem menos de 500 habitantes. No entanto para Carlos (2004) A simples delimitação espacial do que se acredita ser o urbano ou rural, nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. Em primeiro lugar porque não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica.

particularmente, na contagem dos seus habitantes, os quais não possuem identificação com o fenômeno da urbanização *stricto sensu*. Ou seja, “A adoção do limite de 20 mil habitantes – parâmetro frequente em organizações internacionais e proposta pelo sociólogo Henri Mendras (1995) – ampliaria de 22% para 33% a população rural brasileira”. (ABRAMOVAY, 2003, p. 23)

Entende-se que, diante da aproximação dos termos rural e urbano, estas classificações ganham um sentido secundário para as análises em que as inter-relações são necessárias, porém, ao mesmo tempo é importante destacar que existe uma definição formal para ambos os termos e que, em muitos casos, sobretudo no Brasil, tal perspectiva pode ser interpretada de forma errônea para o reconhecimento do que é rural ou urbano, a partir da definição de cidade e campo utilizada no país.

Suzuki (2007, p.46) refere que não é possível aceitar que toda a população reconhecida como rural de fato o seja, “sobretudo, aquela que vive em conjuntos habitacionais, construídos para além do perímetro urbano” embora contabilizada, para fins de levantamento, como população rural. Finalizando, nas palavras do mesmo autor, o entendimento das relações, do ponto de vista sociocultural, não descarta o fato de se discutir determinadas situações que ocorrem e são permitidas pelo Decreto de Lei 311 de 1938. Assim, entende-se que:

Seguindo o mesmo raciocínio, não é urbana a população inserida no interior do perímetro urbano, mas marcada por práticas sociais rurais, tais como os pequenos olericultores de fundos de quintal, ou de fundos de vales, ou, ainda, cujos cultivos estejam sob os linhões de alta tensão que cortam muitas das grandes aglomerações urbanas brasileiras. População cujas práticas culturais recuperam muitas das tradições das populações camponesas, tal qual foi descrito por Margarida Maria Moura (1986): a religiosidade, o compadrio, o predomínio do direito consuetudinário em relação ao direito positivo (particularmente em relação à herança e à divisão da riqueza produzida pela família em muitos casos, extensa). Ou seja, não é urbana a população agrícola que só reside na cidade, pois tal população não vive as dimensões da sociabilidade urbana. A cidade é o local de residência ou, como afirmam Milton Santos e Maria Laura Silveira, um “reservatório de mão de obra”. (SUZUKI, 2007, p. 46).

3.2. O emprego não agrícola e a industrialização do rural brasileiro

O espaço rural e agrário/agrícola³⁹ brasileiro sempre ocupou lugar de importância na formação socioeconômica do país, as transformações, como a

³⁹ Segundo Diniz (1984), há sempre alguma confusão entre estes conceitos. Para alguns autores são sinônimos, embora se acredite conveniente uma distinção. O espaço agrícola é mais restrito, fundamentalmente econômico, resultado das configurações espaciais criadas pelas atividades

modernização da agricultura, ou, cada vez mais, a industrialização de áreas não urbanas, passam a dar destaque para mudanças ocorridas tanto na cidade e nos processos de urbanização, quanto no campo e na constituição do rural contemporâneo. Assim, quando se discute a respeito das categorias rural e urbano é necessário relacionar como marco histórico o processo de modernização da agricultura, intensificado no Brasil a partir da década de 1960, momento em que as relações entre cidade e campo são intensificadas, tanto no que diz respeito às atividades econômicas estabelecidas, quanto às relações sociais desenvolvidas. Rosa e Ferreira afirmam que:

Especialmente no estado de São Paulo, sabe-se que antes da modernização da agricultura e da instalação dos Complexos Agroindustriais (CAI's) cada espaço – campo e cidade – tinha funções, paisagens e relações bem definidas. Porém, com a intensificação das atividades capitalistas e com uma maior integração entre esses espaços, a articulação e os fluxos passaram a ser cada vez mais frequentes e ícones do urbano e do rural, a indústria e o trabalhador rural, respectivamente, tornam-se presenças marcantes no campo e na cidade (ROSA; FERREIRA, 2006, p. 18).

Suzuki (2007) atribui à modernização o papel de reelaborar a base técnica e para ele a modernização ocorre a partir do momento em que o homem domina o sistema de cultivo e de criação⁴⁰. Em suas palavras, a “Modernização entendida, em sua dimensão produtiva, como introdução de ingredientes técnicos, bem como alterações nas relações de submissão do trabalho” (SUZUKI, 2007, p. 85).

Toma-se como referência, então, o período histórico do pós II Guerra Mundial para o entendimento das modificações técnicas ocorridas no campo. O Brasil, como grande produtor agrícola, observa novas variedades e técnicas de cultivo sendo introduzidas na agricultura, porém como exalta Suzuki (2007), a transformação mais marcante acontece com o surgimento do pacote tecnológico da Revolução Verde “[...] em que se salienta o significado das grandes empresas transnacionais na

agrícolas (cultivos e criatório animal). O espaço agrário envolve as dimensões históricas e sociais relacionadas à agricultura. E, o espaço rural, estudado pela geografia rural para Diniz trata “também das formas de ocupação não agrícola da terra rural e dos seus conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e de seus problemas.” (DINIZ, 1984, p.31)

⁴⁰ A modernização da agricultura existe desde que o homem iniciou a prática dos cultivos e domesticou os animais. No entanto, tal modernização inseriu-se em outro contexto na transição do feudalismo para o capitalismo e na sua expansão; definindo-se pela presença do moderno e da modernidade *de plus en plus*. (SUZUKI, 2007, p. 93).

transformação dos sistemas de cultivo e dos sistemas criatórios.” (SUZUKI, 2007, p. 92).

A presença da indústria na agricultura e a constituição dos complexos agroindustriais- CAI'S passam a caracterizar o rural brasileiro não mais, exclusivamente pela presença da agricultura, mas também, de inúmeras outras atividades relacionadas ao processamento industrial de matérias primas, serviços, comercialização e circulação de produtos de origem urbano-industrial. Além disso, este fenômeno também foi responsável pelo movimento migratório e excludente de milhões de trabalhadores rurais para áreas urbanas, urbanizando uma expressiva força de trabalho antes ocupada na agricultura. Graziano da Silva (1997) explica que:

O comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas — tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria — que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. (GRAZIANO da SILVA, 1997, p. 106).

As atividades de cunho não agrícola representam, para muitos, a tendência de urbanização do rural, contudo, é errôneo pensar que estes fatores determinam estritamente as relações entre o rural e o urbano. As atividades que surgem no campo, e que não estão ligadas diretamente à produção de agrícola, surgem, também, pela necessidade de geração de emprego e renda para as famílias, agregando ao rural novas funções (multifuncionalidade), sem com isso, representar o fim do rural.

Tal análise é feita por Graziano da Silva (1997) com base em estudos realizados, sobretudo, no estado de São Paulo para fins do Projeto Rurbano⁴¹ e serve como referência para grande parte das pesquisas sobre o tema no Brasil. Obviamente entende-se a importância da contribuição destes estudos, mas, ao mesmo tempo destaca-se que este processo não ocorre de forma uniforme em todo o território brasileiro. O autor, por meio do referido projeto, salienta que o *continuum* rural-urbano expressa a aproximação entre estas categorias analíticas, entretanto,

⁴¹ O Projeto Rurbano começou em 1997, com o objetivo de reconstruir séries históricas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para caracterizar as mudanças que ocorriam, de acordo com a definição do projeto, no rural brasileiro.

como salientado anteriormente, não se deve pensar que as relações rural-urbano partem, exclusivamente, da dinâmica do *continuum*.

3.3. “Rurbano” e “Rururbano”: Conceitos-chave na constituição de uma categoria híbrida

Um ponto importante desta pesquisa, como conhecimento empírico, é a área definida pelo III Plano Diretor Municipal como Rururbano, lugar caracterizado pela manifestação da ruralidade por meio de expressões da agricultura no espaço urbano de Pelotas.

Para fins de esclarecimento, evitando confundir os termos “rurbano” e “rururbano” faz-se necessário tratar o tema de forma comparativa, ou seja, analisando os estudos realizados pelo Projeto Rurbano e as características do Rururbano como categoria normativa.

Sobre o Rurbano, é possível dizer que o conceito foi elaborado a partir de um projeto amplo com finalidade de compreender a dinâmica das transformações que ocorriam no “novo rural brasileiro”. O Projeto Rurbano⁴² traz para a discussão a urbanização do rural no Brasil, ligando este fato com o dinamismo das “novas” relações entre o rural e o urbano.

No caso do conceito normativo Rururbano, é necessário entendê-lo a luz da constituição dos Planos Diretores do município de Pelotas. O primeiro Plano Diretor Municipal foi elaborado em 1963 e o segundo somente em 1980. No entanto, em 2008, é promulgada a Lei Municipal Nº 5.502 que estabelece o III Plano Diretor Municipal Integrado. Sendo assim, de acordo com o artigo II da referida Lei:

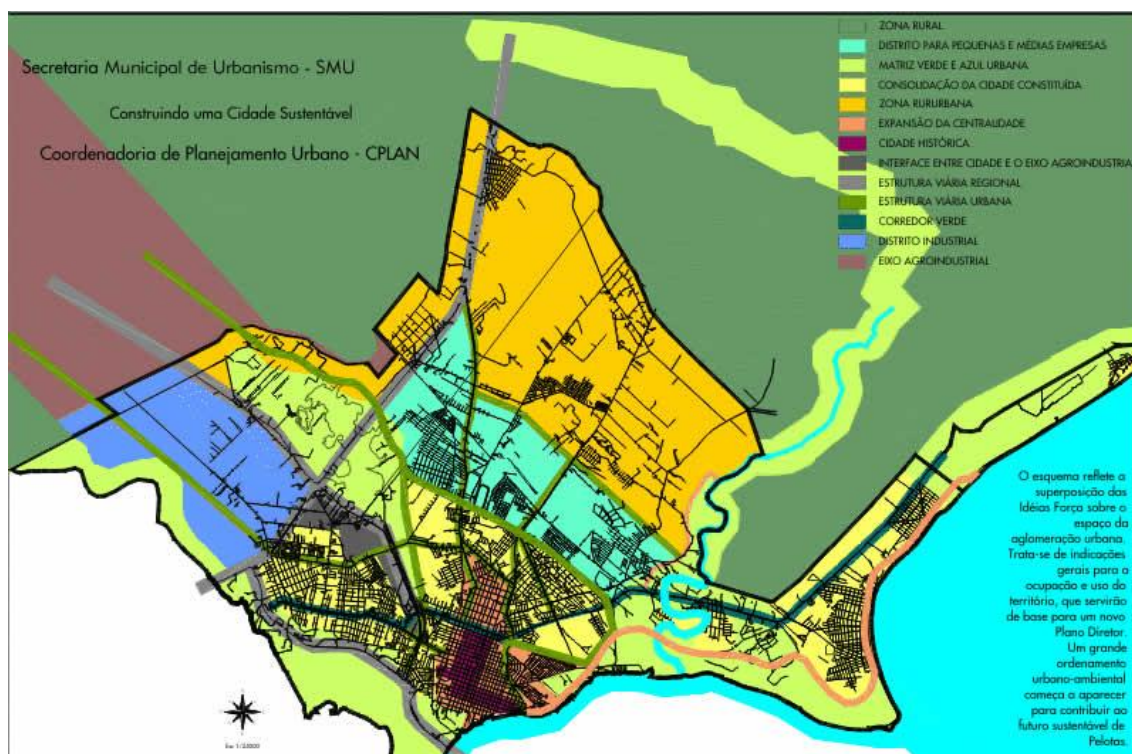
O Plano Diretor Municipal de Pelotas é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, abrangendo os aspectos físicos, sociais, econômicos e administrativos do crescimento da cidade, visando a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como ao atendimento das necessidades da comunidade, sendo a principal referência normativa para as relações entre o cidadão, as instituições e o espaço físico municipal. (PELOTAS, 2008, p. 1)

A Lei Municipal estabelece, ainda, que a elaboração do III Plano Diretor de Pelotas deverá adequar os espaços da cidade às funções que a mesma pode exercer, sendo fundamental para seu desenvolvimento. Assim, o Modelo Urbano

⁴² Ver mais a respeito em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%ADcola/>

Geral (figura 10) é elaborado a partir das funções econômicas e sociais, como a habitação e produção de bens econômicos no perímetro urbano.

Figura 10: Mapa do Distrito Sede do Município de Pelotas com o Modelo Urbano Geral



Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, III Plano Diretor Municipal Integrado, 2008.

Busca-se, então, com o estabelecido pelo III Plano Diretor e pelo Modelo Urbano, analisar uma área em particular definida como Área Rururbana, região do perímetro urbano compreendida pela caracterização e composição de elementos ligados a ruralidade, produção agrícola e pelas relações entre a cidade e o campo. É possível compreender que a atual configuração do perímetro urbano do município acompanhou os vetores do crescimento físico da cidade⁴³. No entanto, a existência de “vazios urbanos”, passíveis de ocupação do solo para fins residenciais, apresenta

⁴³ O crescimento físico da cidade de Pelotas acompanhou vetores de crescimento em que as limitações físicas da geografia do município moldassem a forma atual. A presença de alguns fatores impede este crescimento em algumas direções, como a Zona Sul, onde o Canal São Gonçalo é o agente natural que bloqueia a expansão da malha urbana do município.

um fator conflitante neste sentido, sobretudo na Zona Norte da cidade, pois, nesta região encontram-se as propriedades rurais⁴⁴. (PINTO, 2012).

Portanto, o Rururbano, neste caso, aparece como uma categoria normativa definida pelo III Plano Diretor Municipal de Pelotas para caracterizar uma determinada área do perímetro urbano, que faz parte do projeto de expansão física da cidade de Pelotas sobre o rural. Diferente, portanto, da definição de “Rurbano” que se refere à urbanização dos espaços rurais, proposto no Projeto Rurbano, coordenado por Jose Graziado da Silva, sobre as dinâmicas do “Novo Rural Brasileiro”. Enfim, o rururbano pelotense é uma definição normativa da câmara municipal e o rurbano é uma análise ampla do processo de industrialização do rural em forma de projeto de pesquisa.

O avanço do perímetro urbano, no caso do município de Pelotas, como observado antes, possibilitou a constituição de uma área com características e funções relacionadas ao modo de vida rural em meio à definição de um espaço urbano. Os limites entre o campo e a cidade muitas vezes se confundem, a cidade, em seu processo de expansão, adentra o que antes se entendia por campo, dedicado a atividades prioritariamente de caráter agrícola. Para Sposito (2006),

Aqui a unidade espacial urbana, como marca das cidades, no decorrer do longo processo de urbanização, cedeu lugar ao binômio urbano/rural resultado, também, da incapacidade, no período atual, de distinguir onde começa ou acaba a cidade e começa o campo. As formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos. (SPOSITO, 2006, p. 122)

A mesma autora ainda contribui afirmando que:

Essas imprecisões criam, então, condições favoráveis a se pensar numa nova unidade espacial que contém, contraditoriamente, os dois espaços – o urbano e o rural – superpostos, amalgamados e intrinsecamente relacionados, razão pela qual são agora espaços **urbanos/rurais**. (SPOSITO, 2006, p. 122) [**grifo do autor**].

A interpretação da autora, a respeito deste novo espaço criado a partir das relações estabelecidas entre o rural e o urbano, ou vice e versa, representa um lugar em transição ou um espaço que pode ser entendido como “híbrido”, onde são

⁴⁴ A existência de lotes produtores de alimentos no espaço urbano de Pelotas aparece como consequência da expansão do perímetro urbano da cidade sobre áreas rurais abarcando uma população com características ligadas a ruralidade.

encontrados elementos e características tanto do rural quanto do urbano, como mostra a Figura 11.

Figura 11: Modelo Analítico representando o espaço em confluência entre cidade e campo



Fonte: Organizado pelo autor, 2013.

A expansão do urbano, neste sentido, acontece com a implementação de loteamentos incentivados pela especulação imobiliária, pela ocupação por indivíduos de baixa renda ou pela ocupação irregular do solo urbano (PINTO, 2012), fazendo crescer a cidade com a construção de equipamentos industriais, comerciais e de serviços de grande porte. Sposito (2006) explica:

Os processos de suburbanização transformam, paulatinamente, os arrabaldes da cidade, inicialmente ocupados por atividades rurais, em espaços que iam se tornando suburbanos para, com o decorrer do tempo, virem a ser, de fato, urbanos. Esse processo relativamente lento resultava da somatória de pequenas iniciativas individuais, não articuladas entre si, referentes à mudança do uso de uma parcela da terra rural para o uso urbano, referentes à mudança e/ou de desmembramento de uma parte dela para fins residenciais (...). (SPOSITO, 2006, p. 122)

Além de não existir um consenso entre os estudiosos a respeito do que é ou pode ser considerado um espaço urbano ou rural, o fato é que cada vez mais acontece uma proximidade entre as duas categorias de análise.

Ao tratar do contexto empírico desta pesquisa, entende-se o espaço em confluência – Rururbano – como uma unidade específica de análise, independente de sua normatização nos moldes do modelo econômico ou de uma regionalização estabelecida pelo III Plano Diretor Municipal. Assim, este espaço se constitui pela

presença de elementos ligados à ruralidade e por características urbanas que assume, após o avanço de perímetro urbano, a função híbrida que engloba aspectos múltiplos na configuração da sua espacialidade. Aspectos de ordem econômica, social, cultural, entre outros.

Portanto, se há o surgimento de um rural cada vez mais urbanizado, nos moldes do rural paulista, encontra-se, também, a emergência de um espaço com características híbridas, conformando uma nova percepção das relações entre o rural e o urbano, e das expressões das ruralidades e urbanidades.

4. A DINÂMICA DA AGRICULTURA NO ESPAÇO RURURBANO DE PELOTAS

Este capítulo caracteriza a agricultura presente no espaço urbano de Pelotas, mais especificamente no denominado rururbano, definido pelo III Plano Diretor do município. Retomam-se, assim, as inter-relações entre a cidade e o campo, na perspectiva da importância econômica e social da agricultura. Nesse caso, referindo-se a presença do autoconsumo⁴⁵ e da comercialização da produção agrícola, bem como, aos elementos sociais e culturais, do ponto de vista da manutenção da ruralidade no referido espaço. A pesquisa de campo (apêndice 01) é a ferramenta necessária para o conhecimento da realidade empírica e, por meio dela, conhecer os aspectos que caracterizam o universo de análise.

Faz-se necessário entender a dinâmica da agricultura para conhecer as especificidades da mesma em espaços urbanos. No caso de Pelotas, a agricultura demonstra a emergência de se pensar a importância que esta prática possui na organização espacial da cidade, pois a agricultura sempre desempenhou papel central na vida social e econômica e no desenvolvimento de todo e qualquer lugar.

Conforme escreve (DINIZ, 1984. p.15), “O estudo da agricultura é de fundamental importância para a humanidade”, dessa forma, a análise da produção agrícola presente no espaço urbano do município de Pelotas permite entender a maneira como as famílias garantem sua reprodução social e territorial nestes lugares, mesmo diante da expansão do processo de urbanização. Diniz (1984) acrescenta que:

⁴⁵ O autoconsumo é caracterizado pela autonomia produtiva e reprodutiva do grupo familiar, em que o autoprovisionamento está inserido na lógica da produção agrícola e é importante para abastecimento interno da propriedade, gerando assim, uma menor dependência de consumo de produtos externos. Embora essa produção não gere renda monetária ela contribui para economizar os rendimentos familiares.

É importante esclarecer que a agricultura é uma das atividades mais complexas na superfície terrestre, e o homem, apesar de com ela conviver a milhares de anos, ainda não conseguiu controlá-la inteiramente. Inegavelmente, um estudo de caráter espacial pode contribuir enormemente para decifrar seus enigmas, pois não resta dúvida que variáveis essencialmente espaciais, como distância, padrão, forma etc., integram o complexo agrário. (DINIZ, 1984, p. 15)

O conhecimento da realidade do espaço pesquisado confirma a presença de propriedades onde a fonte de renda principal advém da agricultura e, o trabalho familiar aparece como base da organização da produção. Assim, a pesquisa de campo revelou que em todas as propriedades visitadas a estrutura produtiva associa família, produção e trabalho.

4.1. A caracterização da agricultura no espaço rururbano de Pelotas

Para a caracterização da agricultura no interior do perímetro urbano de Pelotas e entendendo esta atividade como uma *função* do espaço pesquisado, justifica-se a escolha da área de estudo dada a presença significativa das atividades agrícolas no espaço denominado de Rururbano. Para tanto, optou-se como ferramenta de pesquisa a figura do informante qualificado, o qual, para que reconhecimento das informações obtidas correspondesse com a proposta de conceituação desta pesquisa, o entrevistado deveria ter relações históricas com o espaço e com a atividade da agricultura⁴⁶.

As entrevistas com informantes qualificados permitem avançar na compreensão de temas ausentes ou não revelados com a aplicação de outras técnicas, em especial o sentimento coletivo, percepções e estratégias comuns ao grupo de agentes envolvidos. Informantes qualificados são entendidos como aqueles que têm uma qualificação específica, seja pela vivência, seja pelo conhecimento sobre a temática. (BEGNIS, 2007, p. 315)

Assim, também foi possível observar a existência de uma grande variedade de produtos agrícolas que são, sobretudo, responsáveis por compor a renda familiar, bem como, questões relacionadas ao autoconsumo e a comercialização da produção.

O entendimento do processo histórico da ocupação do solo para fins urbanos possibilita a observação de que a atual delimitação do perímetro urbano em Pelotas

⁴⁶ Considera-se, para fins deste trabalho, que os entrevistados deveriam ter relações históricas em relação ao processo de constituição das propriedades, como é o caso do processo sucessório, e com a prática da agricultura, no que se refere a manutenção das tradições agrícolas herdadas dos seus antepassados, correspondendo assim com as questões conceituais sobre a agricultura familiar.

incorporou propriedades rurais que, por decisões normativas da Câmara Municipal, atualmente fazem parte da área urbana do município. Assim, o denominado Rururbano se insere no contexto da organização territorial da cidade de Pelotas e, nesse sentido, essa área apresenta uma densidade demográfica menor, marcada pela presença de vazios urbanos, possibilitando a permanência de lotes com finalidade de produção agrícola dentro dos limites da cidade.

Dentro das questões levantadas no roteiro de campo, procurou-se obedecer aos critérios metodológicos referentes ao sistema da agricultura⁴⁷ (DINIZ, 1984). De acordo com essa orientação teórico-metodológica, o conjunto de subsistemas que conformam o sistema da agricultura permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização socioprodutiva com os elementos de ordem técnica.

Portanto, segundo Diniz (1984), na definição do sistema da agricultura, o subsistema social responde o questionamento: quem é o produtor? Os aspectos analisados estão relacionados à propriedade da terra, ou seja, qual o tipo de propriedade, quem é o proprietário e a estrutura física da propriedade.

De acordo com Diniz (1984), dentre os elementos internos da agricultura o subsistema de produção responde a três tipos de questões: o que é produzido?, quanto é produzido? E para quem é produzido? Estas perguntas são respondidas por meio da análise da produtividade da terra e do trabalho, da orientação da agricultura e a especialização agrícola das propriedades.

Por fim, o subsistema técnico responde ao questionamento sobre como é produzido? Assim, os elementos relacionados aos diferentes sistemas de cultivo e as técnicas agrícolas utilizadas, a intensidade da agricultura por meio da aplicação de capital e tecnologia sobre a terra (DINIZ, 1984).

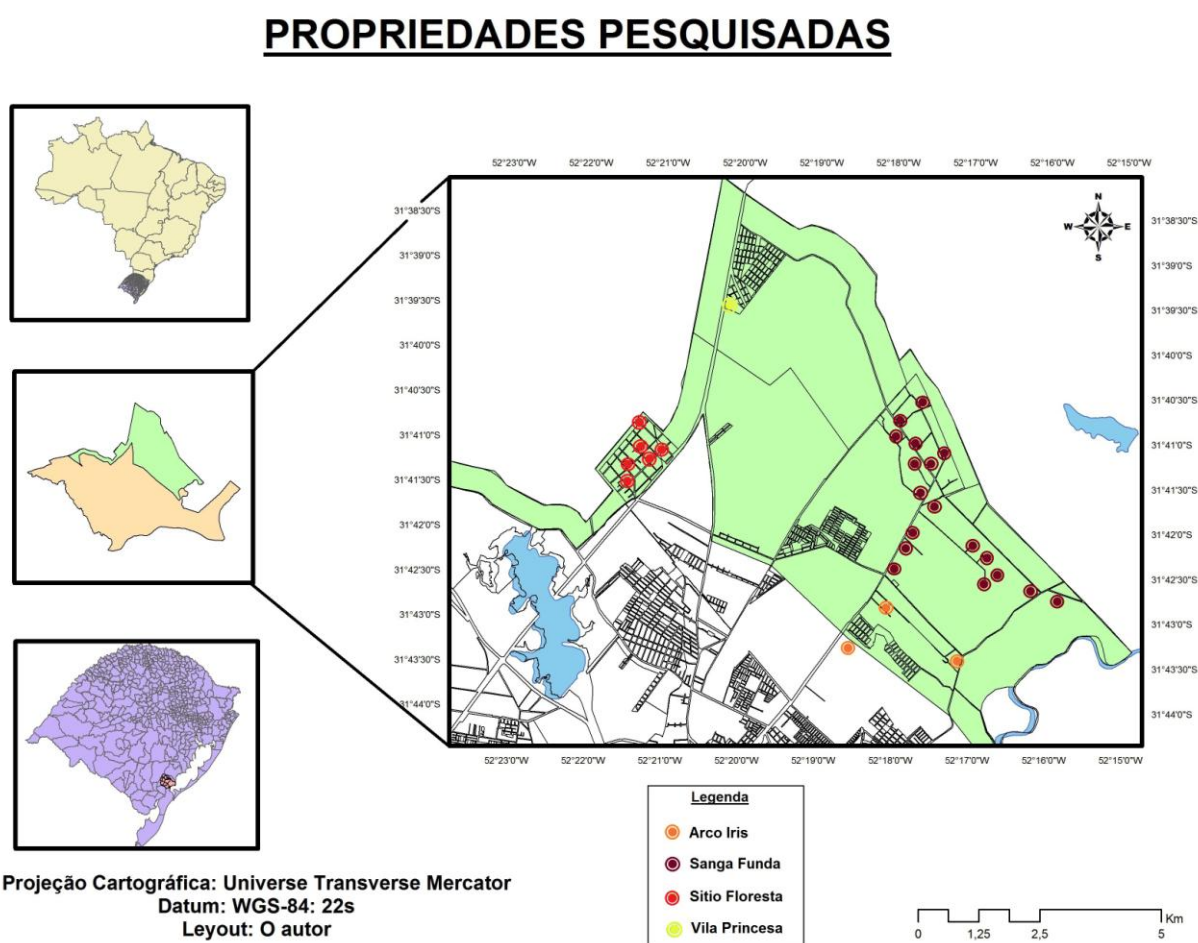
Foram entrevistados vinte e oito (28) proprietários que possuem seus lotes nas localidades⁴⁸ do Arco Iris, Sanga Funda, Sítio Floresta e Vila Princesa (Figura

⁴⁷ As questões levantadas na pesquisa de campo de acordo com os subsistemas encontram-se neste e no capítulo subsequente.

⁴⁸ O Plano Diretor Municipal de Pelotas não utiliza a terminologia “Bairro” e a divisão do Distrito Sede é feita em Regiões Administrativas. Nas Regiões administrativas, que correspondem a sete (07) (Areal, Barragem, Centro, Fragata, Laranjal São Gonçalo e Três Vendas), existem locais que estão descritos com diferentes denominações tais como: vilas, conjuntos habitacionais, loteamentos e parques residenciais, entre outros. Entretanto, para fins desta pesquisa será utilizado o termo localidade para referenciar as áreas de estudo. É conveniente salientar que o III Plano Diretor estabelece uma hierarquia na análise da estrutura interna da cidade, além de macro-regiões, possui as Meso-regiões (Regiões de Planejamento) e Micro-regiões (Sistema de Informações).

12), todas localizadas no Rururbano pelotense. Com base no levantamento dos dados de campo, foi constatado que o tamanho dos lotes varia bastante. As propriedades visitadas apresentaram dimensões físicas de 3 a 25 hectares (Tabela 03), cabe ressaltar, que os lotes de maior dimensão encontravam-se mais distantes do centro da cidade, e, por consequência, mais próximos dos limites com o rural. No entanto, isso não se caracteriza como regra geral.

Figura 12: Disposição espacial das entrevistas realizadas no Rururbano



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014;

Tabela 03: Tamanho das propriedades nas localidades pesquisadas

Tamanho (ha)	Numero de propriedades
1 - 3	11
4 - 7	8
8 - 15	5
16 - 20	6
21 - 25	5
Total:	28

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As estratégias produtivas e de comercialização ocorrem de acordo com as necessidades de cada família e as condições de produção de cada propriedade. Famílias com lotes de menor área física produzem menos, portanto, a renda é menor do que as que possuem lotes maiores. Em casos assim, onde o tamanho do lote determina a quantidade produzida, destaca-se a adoção de alternativas para ampliar a renda familiar, como a confecção e venda de artigos de artesanato ou a realização de outros tipos de atividades laborais, principalmente de caráter não agrícola⁴⁹. Como explica Wanderley (2009).

Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes. (WANDERLEY, 2009, p. 160)

No que concerne à diversidade na produção agrícola, é possível notar que entre os principais produtos cultivados para a comercialização destaca-se a

⁴⁹ Nesse caso trata-se da pluriatividade, a qual representa “um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90 - 91).

produção de tomate, cebola, batata, alface, couve, beterraba, cenoura, milho e agrião, além da produção de leite e ovos (figuras 13, 14 e 15). A fruticultura também serve como fonte de renda, e alimentos como o morango, abacaxi, melancia, laranja limão e pêsego são comuns em boa parte dos lotes pesquisados. A criação de animais⁵⁰ também é bastante diversificada, podendo ser encontrada a presença de bovinos, aves, equinos e suínos.

Figura 13: Produção de alface na localidade Sítio Floresta



Fonte: Acervo do autor, 2014.

⁵⁰ **Art. 247** – Os empreendimentos, definidos na presente Lei, potencialmente causadores de grandes impactos urbanísticos e ambientais, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, exigido adicionalmente ao cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, cujos requisitos serão apreciados pelos órgãos municipais competentes. (**Lei 5.502** de 11 de setembro de 2008).

Figura 14: Diversificação no uso da terra na localidade Sanga Funda



Fonte: Acervo do autor, 2013.

Figura 15: Produção de milho na localidade do Sitio Floresta



Fonte: Acervo do autor, 2014.

Foi constatado, ainda, que apenas 30% dos proprietários entrevistados possuem maquinários, como por exemplo, tratores (figura 16) cabendo salientar que alguns prestam serviços para as demais propriedades com o aluguel dos maquinários para a atividade de aração das terras a serem cultivadas. Também, se observou a presença de carroças, plantadeiras, arados e caminhões (figura 17) de pequeno e grande porte, em quase todas as propriedades visitadas e que estes são utilizados, principalmente, para o transporte da produção agrícola ao mercado consumidor.

Figura 15: Trator utilizado em uma propriedade na localidade da Sanga Funda



Fonte: Acervo do autor, 2014.

Figura 16: Caminhão utilizado em uma das propriedades na localidade da Sanga Funda



Fonte: Acervo do autor, 2014.

Em relação aos sistemas de cultivo e às técnicas empregadas na produção, foi constatada a prática da rotação de cultivos e pousio e a rotação de cultivos sem pousio, esta última acontece, principalmente, quando a intensidade na produção é maior e ocorre a aplicação de insumos químicos. As relações técnicas de produção aparecem ligadas a força mecânica, nas propriedades de maior dimensão, e, no restante delas se observa a utilização da força animal e do aluguel de maquinário, como é o caso do trator.

A criação de outros tipos de animais como aves e equinos (figuras 18 e 19) é, basicamente, para a utilização na propriedade, onde o cavalo serve como meio de transporte e como tração animal e, as aves e a produção de ovos servem tanto para a comercialização quanto para o consumo familiar.

Figura 17: Criação de aves em propriedade pesquisada na localidade do Sitio Floresta



Fonte: Acervo do autor, 2014.

Figura 18: Criação de equinos em propriedade pesquisada na localidade da Sanga Funda



Fonte: Acervo do autor, 2014.

Sobre a assistência técnica e as políticas de crédito destinadas à agricultura familiar, os relatos demonstram que estes agricultores não estão amparados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.326/2006) e, tampouco, possuem acesso às linhas de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este fato corrobora a importância de se discutir a inclusão da agricultura familiar em espaços urbanos nas políticas públicas.

4.2. O futuro da agricultura de caráter familiar na cidade de Pelotas

Baseando-se nos aportes teóricos confrontados com a pesquisa de campo, foi possível identificar que a organização da agricultura na área pesquisada corresponde à diversidade de formas sociais da produção familiar. Faz-se necessário destacar que a pesquisa de campo foi o instrumento que permitiu a confirmação desta assertiva, muito embora, a presença de propriedades familiares não sejam as únicas ligadas à produção agrícola presente no Rururbano. Pois, observou-se, também, um número expressivo de lotes em que a organização socioprodutiva remete ao modelo patronal⁵¹ de agricultura.

Por outro lado, o reconhecimento normativo sobre a agricultura familiar e, neste caso, sobre a agricultura familiar em espaços urbanos, é feito com base no Projeto de Lei 3446/12 que prevê o reconhecimento da agricultura realizada por agricultores familiares urbanos, alterando a atual Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326)⁵² que apenas reconhece essa categoria em espaços rurais. Desta forma, para a presente pesquisa, foram adotados os critérios do ponto de vista normativo para a escolha dos agricultores entrevistados, os quais deveriam atender aos seguintes requisitos: a propriedade/lote deveria estar localizada dentro dos limites do perímetro urbano do Município de Pelotas e dentro dos limites do que é reconhecido por Rururbano⁵³; a propriedade deveria ter até quatro módulos fiscais⁵⁴; os

⁵¹ De acordo com o relatório da FAO/INCRA (1994), a agricultura patronal possui uma organização centralizada, produz grande concentração de renda, tem ênfase na especialização, trabalho assalariado como mão de obra predominante e, principalmente, o emprego de tecnologias modernas.

⁵² No Brasil, a agricultura familiar foi assim definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 sendo definida como aquela praticada em estabelecimento dirigido pela família, que tenha renda predominantemente oriunda deste, cuja área não exceda quatro módulos fiscais, utilizando mão de obra predominantemente familiar.

⁵³ Embora se reconheça a existência da atividade agrícola no perímetro urbano de Pelotas em outras áreas, não compreendidas pelo Rururbano, optou-se por pesquisar somente propriedades que fossem localizadas nesta área. Desse modo, a presença da agricultura no referido espaço converge

proprietários deveriam possuir renda proveniente de atividades vinculadas à propriedade familiar, não possuir mão de obra assalariada; e, por último, a propriedade deveria ser administrada pelo proprietário e/ou gerenciado pela família. Os critérios destacados foram baseados na LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

O entendimento sobre a dimensão conceitual da agricultura familiar em espaços urbanos pode contribuir para a construção desta categoria analítica. Partindo deste ponto de vista, o roteiro de campo procurou abranger além das dimensões sociais, produtivas e técnicas que constituem o sistema da agricultura, outras questões que dessem conta de entender o processo de constituição histórica da propriedade e das expressões da ruralidade nesse espaço.

Levou-se em conta, também, para a caracterização da propriedade como familiar, a autoidentificação do agricultor como familiar ou não. A partir disso, as respostas foram aceitas como critérios para a escolha da propriedade na realização das entrevistas.

A partir da análise sobre a formação das propriedades, observaram-se como os lotes foram constituídos, sendo que a maioria dos proprietários recebeu a terra pelo processo de sucessão hereditária (figura 20).

para o entendimento contido no III Plano Diretor Municipal, como sendo essa área destinada para o desenvolvimento deste tipo de atividade econômica na área urbana do município.

⁵⁴ O número de hectares estabelecidos para o módulo fiscal no município de Pelotas é de 16 ha.

Figura 19: Forma como as propriedades foram adquiridas

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O número expressivo, correspondente a 48% das vinte e oito propriedades visitadas, demonstra que a sucessão do imóvel caracteriza a continuidade e a reprodução da família que trabalha com a agricultura. Tendo em vista presença da propriedade individual, cuja terra pertence a um único proprietário, de acordo com (DINIZ, 1984, p. 59), “em grande parte dos casos, a propriedade individual está associada a um tamanho pequeno e ao trabalho familiar.” No caso da área pesquisada, o levantamento de campo constatou que esta é a condição legal da terra, a qual foi obtida por meio de compra ou herança.

Quanto à caracterização do proprietário, Diniz (1984) afirma que este está intimamente ligado ao tipo de propriedade a ele se insere. A quantidade de pessoas do grupo familiar, que desempenham atividades fora da propriedade para complementar à renda da família é comum entre os filhos, sobretudo os mais velhos.

As mulheres, na maioria das vezes, ajudam na administração da propriedade e em poucos casos elas são chefes da família⁵⁵.

O parcelamento da terra ocorreu, principalmente, em lotes onde o processo de sucessão hereditária diminuiu o tamanho físico das propriedades. Nesse sentido, a propriedade torna-se passível a ocupação urbana com fins imobiliários, casos como estes são mais comuns na localidade do Arco Iris, por apresentar uma localização relativamente mais próxima aos interesses de expansão urbana, correspondendo assim. Nesse caso, pode ocorrer a presença de pequenas propriedades onde a dimensão física é tão pequena que ocasiona o excedente da mão de obra, fazendo com que alguns membros da família procurem outras ocupações fora das propriedades.

Sabe-se a respeito da existência de propriedades onde o proprietário não está ligado diretamente à produção agrícola, entende-se assim que a produção é apenas administrada por este, em associação à existência de assalariados, confirmando um modelo de agricultura patronal, voltado somente para a comercialização, mesmo quando o tamanho do lote não represente uma grande área física. Estas propriedades, por não configurarem a agricultura familiar e por não atender aos critérios estabelecidos por esta pesquisa, foram excluídas, embora representem economicamente uma das formas de expressão de agricultura presente no Rururbano pelotense.

Entre as famílias entrevistadas, com relação à quantidade de componentes, ficou evidente que o número de filhos não é significativo, inclusive, em três propriedades verificou-se a ausência de filhos entre o casal, em outras variam entre um a quatro filhos no máximo⁵⁶. Houve também casos em que casais trabalhavam sem a ajuda dos filhos por motivos diversos. A preocupação a respeito disso é a manutenção da agricultura e a reprodução social das famílias, não necessariamente pelo risco da expansão urbana, mas sim pela falta de herdeiros nas propriedades que se dediquem a realização do trabalho agrícola. A respeito disso:

⁵⁵ Em dois casos observou-se a presença da mulher como proprietárias dos lotes, em ambos os casos as mulheres eram viúvas e administravam a propriedade e trabalhavam com o auxílio dos filhos.

⁵⁶ Esta observação toma como base os filhos que ainda residem na propriedade.

Mais do que um momento, a sucessão é um processo formado por três componentes. A transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio. Mais importante em que se faz a transferência jurídica de bens é a gradual passagem da responsabilidade de uma geração para a outra. (ABRAMOVAY; SILVESTRO, 2001, p. 27)

A proximidade com os centros de ensino, tanto médio, técnico ou superior facilitam a permanência dos filhos mais jovens na propriedade e também, pelo fato de não precisar se deslocar a outras cidades para realizar seus estudos. Muitos destes filhos optam por estudar no Instituto Federal Sul Rio-grandense –IFSul – Campus do Centro Agro técnico Visconde da Graça- CAVG.

No sentido de pensar a existência de ruralidades no urbano, nesse caso relacionados aos processos de autoidentificação dos agricultores, foram consideradas não somente a suas atividades produtivas, mas também, as diversas formas de sociabilidade e ao modo de vida. Quanto a este último aspecto, percebeu-se que o modo de vida presente no rururbano conforma uma relação mais próxima com a natureza, a partir da qual as atividades agrícolas são desenhadas segundo ritmos, hábitos e práticas sociais marcadas pelo que se pode chamar de “expressões” do rural.

Por outro lado, conforme alerta Paula (2005, p.244), não se trata de pensar em um processo “homogêneo e sistemático de ruralização do urbano”, segundo palavras da autora,

O que está na mira são alguns cenários da vida de cidade em que a natureza e a agricultura são convocadas não apenas para a consecução de atividades urbanas, mas, sobretudo, para o equacionamento de soluções para questões e dilemas advindos da própria vida urbana.(PAULA, 2005,p.244)

Ressalta a necessidade de compreender que houve uma incorporação de valores urbanos na vida rural, mas que o modo de vida permanece, com significados intrínsecos ao rural, entretanto, integrados à lógica rural-urbana. Isso reflete as interfaces que vêm sendo construídas a partir das relações estabelecidas entre a agricultura e a cidade.

Em termos de autoidentificação dos entrevistados, a questão da proximidade com os hábitos e práticas relacionadas ao rural é expressiva, bem como, as atividades relacionadas à sociabilidade das famílias. Essa última é comprovada com

a participação de filhos de agricultores urbanos na equipe de futebol da Associação dos Moradores da Sanga Funda, a qual participa do campeonato colonial.⁵⁷ Isso demonstra que as expressões de ruralidade aproximam os moradores das localidades urbanas com o rural de Pelotas.

Por outro lado, essas localidades do rururbano têm enfrentado, ao mesmo tempo, o desafio de preservar suas características rurais e de acomodar as novas funções urbanas.

Cabe ressaltar, ainda, que o contexto de interação rural-urbana pode estimular as áreas rurais através do fluxo de nova população residente e de população não agrícola e da perda de poder local no processo de decisão quanto ao uso da terra. As percepções do campo de base exclusivamente urbana também podem originar confrontos entre valores culturais e estilos de vida diferentes e pressões competitivas sobre o uso da terra. (MACHADO, 2014, p.209)

Por se tratar de uma área em transição entre o campo e a cidade, a questão da especulação imobiliária é uma realidade presente na área pesquisada. Quanto às perspectivas, segundo alguns agricultores, sobre a permanência e a continuidade da agricultura nestes espaços existem estratégias para a manutenção das propriedades, entretanto, há o risco de sucumbir frente às crescentes pressões do mercado imobiliário pela venda dos lotes. Esta situação pode ser entendida da seguinte forma:

Todavia, o processo de expansão urbana não está ausente de contradições. A valorização de terras é uma delas. Se de um lado, áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização torna-se um fator de expulsão dos proprietários dessas áreas. (BAGLI, 2009, p. 100).

Foi possível observar na área de estudo a construção de infraestrutura (figuras 20 e 21) para a implantação de empreendimentos imobiliários, com destaque para o grande número de condomínios⁵⁸ que estão sendo construídos próximo à área pesquisada.

⁵⁷ A organização é feita por equipes dos distritos rurais de Pelotas sendo incluída, por questões de identificação e proximidade das relações sociais, a equipe da cidade.

⁵⁸ Buscou-se saber, junto à Secretaria de Planejamento Urbano de Pelotas, para fins de entendimento sobre o impacto ambiental causado pela implementação de empreendimentos imobiliários na região, se todos os condomínios possuíam situação regularizada para a construção e adaptação da área para tais funções. Constatou-se que todas as construtoras possuem autorização para a construção e segundo a Prefeitura Municipal de Pelotas, a área em que ocorre tal situação é entendida pelo III Plano Diretor Municipal como passível à ocupação urbana, portanto não agride a nenhum interesse ambiental.

Figura 20: Implantação de condomínios residenciais próximo ao Rururbano



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

Figura 21: Demonstração do crescimento da área ocupada por condomínios residências próxima ao Rururbano



Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A venda da propriedade, em alguns casos, é interesse da família (figura 23) e em outros, a especulação imobiliária não é motivo para ter que deixar a propriedade, inclusive em áreas que possuem forte interesse na implementação de condomínios. Entende-se, a partir desta constatação, que os enclaves rurais vêm perdendo espaço diante da pressão exercida sobre o proprietário da terra, por fatores como: a especulação (valorização do imóvel) e a cobrança do IPTU⁵⁹, que em virtude do tamanho das propriedades é relativamente mais caro que o ITR, situação que resume, em grande parte, o interesse das prefeituras municipais em converter áreas rurais em perímetro urbano.

E, assim o urbano se expande levando consigo as perversidades. Nesse sentido, os enclaves rurais, aos poucos, vão sendo incorporados à dinâmica urbana com a expulsão de seus moradores. Espaços que deixam de se constituir como realidade rural e que passam a incorporar a lógica urbana, seja mediante o processo especulativo, com a constituição de vazios urbanos (áreas que aguardam a valorização), ou mediante a ocupação efetiva, com a construção de casas, lojas, prédios, restaurantes, bancos etc. (BAGLI, 2009, p. 100).

⁵⁹ Num primeiro momento, as propriedades rurais situadas nessas áreas de expansão urbana recebem tratamento específico. Embora situadas dentro do perímetro, pagam ITR (Imposto territorial Rural). Entretanto essa realidade não perdura por muito tempo. O processo especulativo, que se intensifica com a valorização, exerce pressão sobre tais áreas, juntamente com os interesses municipais em aumentar a arrecadação. (BAGLI, 2009, p. 100).

Em referência à citação acima, Procurou-se saber a situação das propriedades visitadas, no qual foi constatado que, no caso de Pelotas, este processo não ocorreu dessa forma, tendo em vista que a atual situação (localização das propriedades dentro do perímetro urbano) é a mesma desde a década de 1980 e a cobrança do imposto continua sendo o ITR.

Figura 22: Propriedade à venda na localidade da Sanga Funda



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

Quando perguntado sobre os projetos para o futuro, os agricultores com pretensão de vender suas propriedades no rururbano, a resposta mais comum foi o desejo de residirem na área rural, pois consideram que no espaço urbano, mesmo com a facilidade da comercialização dos seus produtos, há limitações físicas para o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas. Embora, na maioria dos casos, os entrevistados não se questionam sobre se estão satisfeitos ou não com o lugar em que vivem desde que possam garantir a estabilidade financeira e permanência das futuras gerações (filhos e netos) na propriedade, consideram que o futuro ainda tem como horizonte a manutenção das atividades agrícolas.

As rápidas mudanças espaciais no rururbano pelotense, embora não representam um processo uniforme e homogêneo, apontam para as seguintes características: mudanças constantes no padrão de ocupação da terra, expansão residencial, permanência das propriedades familiares responsáveis pelo fornecimento de alimentos e de serviços e crescimento especulativo sobre as áreas de agricultura. No limite, se constitui em um espaço de transição entre os usos rural e urbano, que apresenta uma paisagem mista e de grande diversidade na organização espacial.

5. A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA ANALÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ESPAÇOS URBANOS

O conceito de agricultura familiar é frequentemente discutido pelo meio acadêmico, uma vez que esse segmento social tem demonstrado, ao longo do tempo, significativa atuação frente às transformações que ocorrem no espaço rural. Entretanto, entende-se nesse trabalho que a agricultura familiar não pode ser identificada somente com o espaço agrário, e propõe a ressignificação do conceito ao associar o tema da agricultura aos espaços urbanos, onde a prática social da agricultura é o elo de conexão entre o rural e o urbano.

Na delimitação conceitual da agricultura familiar é possível identificar diversas vertentes teóricas, entre as quais se destacam duas: a que considera que a agricultura familiar hoje, consolidada pela modernização, é uma nova categoria social, ocasionada pelas transformações da sociedade capitalista. E a outra, que entende a agricultura familiar brasileira a partir da diversidade de expressões empíricas, assumindo inúmeras formas e adotando diferentes estratégias de reprodução social no tempo e no espaço, porém, com significativas raízes históricas.

Para tal debate é importante que se faça um estudo da condição camponesa ao longo da sua trajetória histórica, juntamente com os fatores que possibilitaram o avanço do urbano sobre o rural, da cidade sobre o campo. As discussões apresentadas neste capítulo referem-se à busca e o reconhecimento da identidade familiar na produção agrícola realizada no espaço urbano do município de Pelotas.

5.1. Abordagens clássicas e contemporâneas sobre a agricultura familiar

Para compreender as características da produção familiar entende-se que as principais referências teóricas discutem o segmento da agricultura familiar contemporaneamente, na busca pelos elementos que conformam sua essência, cujas raízes históricas são as formas e expressões do campesinato.

Antes de abordar o segmento social da agricultura familiar no âmbito da sua expressão e representação no contexto urbano, apresentado nesta pesquisa, é importante destacar alguns estudos, sobretudo os que tratam da história, formação e desenvolvimento do campesinato clássico até chegar-se ao que se compreende por agricultura familiar na contemporaneidade.

A respeito dos estudos clássicos, com destaque para Karl Marx, observa-se que o processo capitalista de produção e sua rápida expansão na Inglaterra do século XIX seriam os motivos do desaparecimento do modo de vida camponês, por meio da “invasão” da industrialização no espaço rural, levando a uma “urbanização completa” da sociedade⁶⁰ e sucumbindo, assim, a organização camponesa. Röhneilt (2011) acrescenta que Marx:

[...] considerava o campesinato como uma classe social de baixa classicidade, pois não representa uma “classe em si”, mas, uma “classe para si”, sendo assim, não teria como enfrentar determinada situação de inserção do capital, por meio da industrialização das atividades agrícolas. Assim, esses camponeses tornavam-se vulneráveis por não ter uma representação social e política, sendo comparados a um “saco de batatas”, pois estavam todos juntos, porém organizados apenas dentro da sua unidade produtiva, sem uma coesão social, sem uma representatividade política, o que os levaria fatalmente à eliminação social. (RÖHNEILT, 2011, p. 52)

Ainda nos estudos rurais clássicos, outros autores que compartilharam das teorias de Marx sobre o campesinato são Lênin e Kautsky. Lênin tem sua incursão crítica sobre as teses dos populistas russos e dispendo dos censos agrícolas realizados pelos *zemstvos*⁶¹ passa a formular sua teoria sobre o desenvolvimento rural. “Apoiado em concepção marxista faz uma reflexão minuciosa sobre alguns trabalhos da época e projeta as contradições sobre a posição do campesinato no capitalismo”. (REDIN e SILVEIRA, 2010, p. 3)

Lenin adverte que a população camponesa estaria marcada pela sua extinção, propondo ainda que a população rural dividir-se-ia entre a burguesia rural e o proletariado rural.

⁶⁰ Outro autor que compartilha desta ideia é Henry Lefebvre (1999), ao afirmar que a urbanização da sociedade se daria de forma completa de tal sorte em que o rural e seu modo de vida desapareceriam na medida em que o modo de vida urbano se desenvolvesse.

⁶¹ Forma autárquica local sob a égide da nobreza, introduzido em 1864, por uma das reformas do Czar Alexandre II da Rússia. (ENCYCLOPÉDIA BRITANNICA, 2000)

Nesta perspectiva, a diferenciação social no campo deve levar o camponês a se transformar em um burguês, detentor dos meios de produção e acumulando capital; ou empobrecendo, ficar despossuído dos meios de produção e tendo que vender sua força de trabalho, tornando-se um proletário rural. (REDIN; SILVEIRA, 2010, p.3)

Seguindo, ainda, a linha de pensamento marxista, o autor alemão Karl Kautsky, por meio de sua obra “A Questão Agrária”⁶², aborda o processo capitalista de produção, no contexto da Alemanha do século XIX. O autor faz uma leitura distinta da de Lênin sobre o processo de desenvolvimento da agricultura. Redin e Silveira (2010) acrescentam que:

Para o autor, o modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente na sociedade da época, ou seja, na sua ótica ainda restavam traços do sistema pré-capitalista. Mas, para o autor, a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho agrícola (entendida com divisão do trabalho e adoção de máquinas e equipamentos que aumentavam a produtividade do trabalho) modificam e modificarão ainda mais no futuro, as relações do camponês com o mercado; anteriormente, a família era totalmente independente, construía, produzia, colhia e se protegia com o resultado de seu próprio trabalho. (REDIN; SILVEIRA, 2010, p. 5)

Na sua reflexão, Kautsky entende que o camponês sofre um processo de transformação na sua racionalidade de produção, sobretudo, pela observação da passagem histórica de um modelo de subsistência para o processo de acumulação de capital. Afirma ainda, que em relação ao processo de proletarização dos camponeses, o dinheiro necessário faz com que os mesmos passem a vender o excedente do tempo de trabalho ao invés de venderem o excedente de seus produtos. Nesse processo, é possível perceber uma aproximação ainda maior da indústria com a agricultura, uma relação de subordinação da atividade agrícola ao grande capital industrial.

Ao traçar uma visão crítica a respeito dos clássicos, a análise de Abramovay (1992) adverte sobre a não existência de uma discussão específica sobre o campesinato e a questão agrária nas obras de cunho marxistas (de Marx, Lênin e Kautsky), porém, a partir destas análises é possível identificar a natureza e a origem dos rendimentos camponeses. Tanto para Abramovay (1992) quanto nas palavras de Redin e Silveira (2010, p. 7), [...] “a estrutura social da agricultura não corresponde à polarização prevista pelos marxistas, entre burguesia e proletariado rural, tão pouco possui traços básicos daquilo que pode se chamar de campesinato”.

⁶² Obra publicada originalmente em 1889.

Com os estudos de Chayanov (1974) é possível ter outro ponto de vista relacionado ao futuro do camponês tradicional e sua permanência na sociedade atual. Este autor elaborou suas análises no contexto russo, no final do século XIX, direcionando sua pesquisa para a lógica da organização e produção camponesa. Gerardi e Salamoni (1994) explicam que:

O modelo básico de Chayanov pode ser entendido como sendo uma análise microeconômica interna das unidades camponesas. Segundo ele, cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência de família, pressuposto que é de extrema importância para compreender o campesinato sob o ponto de vista de Chayanov. (GERARDI e SALAMONI, 1994, p. 199)

O campesinato é reconhecido por Chayanov como uma empresa familiar, justamente por possuir o caráter familiar em sua composição demográfica e pela racionalidade camponesa⁶³ presente na produção e no trabalho, diferentemente de uma empresa capitalista. O autor argumenta, ainda, que a excessiva presença de mão de obra relacionada a um pequeno espaço da propriedade, em que espaço disponível para a produção agrícola é relativamente pequeno, anula assim a força de trabalho excedente, cujo tamanho da propriedade não faz a absorção deste excedente.

As concepções de Chayanov se aplicam ao atual contexto em que a produção agrícola de caráter familiar se encontra. Explicando as potencialidades do trabalhador camponês na tentativa de se manter como segmento produtivo, sob a ótica do modo de produção capitalista. Nas palavras de Gerardi e Salamoni (1994):

Encontrou-se na teoria de Chayanov, a “chave” para desvendar o fenômeno da produção camponesa, a partir de elementos que permitem que se penetre na dimensão familiar das unidades produtivas, a fim de verificar as alterações ocorridas no nível interno das famílias camponesas, e de ver, na sua articulação externa, a própria capacidade de sobrevivência no sistema capitalista. (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 207)

Na formação histórica brasileira, desde o século XVI, a colonização portuguesa promoveu a implantação de uma economia agrícola monocultora, muito embora, sempre existiu, concomitantemente, uma produção de subsistência que representava o autoabastecimento da grande propriedade e dos núcleos urbanos em formação. Porém, essa forma de organização socioprodutiva não carregava um

⁶³ Wanderley (1988) se refere a essa lógica com a seguinte expressão: “Trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence.” (WANDERLEY, 1988, p.76).

status de importância para Portugal e, talvez, por isso se consolidou um relativo desinteresse, tanto por parte das pesquisas acadêmicas quanto do Estado, sobre esse segmento social no âmbito da agricultura brasileira.

Obviamente que a atividade da agricultura no Brasil esteve subordinada a impulsos externos de natureza mercantil, cabe resaltar que esta agricultura foi fundamental para o povoamento do interior do território acompanhado ao incremento demográfico ocorrido durante a colonização que se estendeu durante quatro séculos.

Linhares (2009) diz que o estudo da produção de subsistência sob a ótica da história da agricultura colonial brasileira refere-se a duas ordens de fatores: a) a situação colonial/mercantil, dentro da qual ocupa posição secundária; b) aqueles que lhe são peculiares, como a pequena produção realizada por lavradores, com ou sem terra, com base no trabalho familiar, embora os relacionando com a agricultura exportadora, com a evolução urbana e as condições internas da colônia (a situação colonial). Como uma atividade menor, em relação aos interesses coloniais, mesmo com uma relativa expansão e número de pessoas que ela ocupa, a agricultura de subsistência torna-se, assim, a base para uma atividade maior que é voltada para o comércio metropolitano.

Sampaio (2002) considera que o conceito de agricultura familiar engloba conceitos (e realidades) já existentes a respeito desta modalidade de produção agrícola, como explica Candioto, quando cita a autora:

[...] A autora considera que o conceito de agricultura familiar absorve conceitos anteriores como camponato e produtor familiar, pois a agricultura familiar engloba traços predominantes da agricultura camponesa que permanecem, como a organização do trabalho predominantemente familiar e a relação com a terra como meio de trabalho. (CANDIOTTO, 2011, p. 281)

Do ponto de vista atual, Wanderley (2003) afirma que é possível observar a existência de uma dificuldade, em teoria, em atribuir um conceito à categoria da agricultura familiar⁶⁴ no Brasil. Pois, observa-se que a definição operacional adotada pelo PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – a

⁶⁴ No Brasil, o termo agricultura familiar se fortalece, sobretudo, após a implementação de políticas públicas voltadas para esse segmento da agricultura, mais precisamente com o PRONAF em 1996, contudo, o termo Agricultura Familiar já era utilizado no relatório elaborado pela FAO/INCRA, em 1994, com vistas a traçar diretrizes de desenvolvimento rural que incluísse nas políticas públicas as especificidades desse segmento social.

qual propõe uma tipologia de beneficiários das políticas públicas, em função de sua capacidade de atendimento aos requisitos estabelecidos, vem se constituindo na denominada categoria normativa da agricultura familiar. Entretanto, considera-se que a utilização da categoria normativa pode reforçar o caráter excludente do conceito, ao não abarcar um número expressivo de agricultores que não atendem os critérios legais sobre o que se define como agricultura familiar no Brasil. Wanderley (2003) ainda acrescenta que:

Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. (WANDERLEY, 2003, p. 44)

Quando a autora se refere aos agricultores capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, estes considerados agricultores “consolidados” pode-se imaginar que existem outros tantos que adotaram outras estratégias para garantir sua permanência como agricultores no conjunto da sociedade.

Assim, procura-se identificar as características de um grupo social que se encontra marcado pela diversidade, mas que, em linhas gerais, compreende a inter-relação da gestão, da produção e do trabalho na propriedade da terra (propriedade legal ou não), em que a família constitui-se no eixo central. Ainda, tendo como horizonte o futuro das gerações por meio da manutenção do autoconsumo e do trabalho agrícola e não agrícola.

Em outro momento de sua análise, Wanderley (2009) acrescenta que o agricultor familiar é caracterizado como um ator social que atua na formação da sociedade, carregando características de rupturas e continuidades históricas desde o campesinato da Idade Média até a atual modernidade. Assim, o agricultor familiar constrói a sua história relacionando-se com a sociedade moderna, buscando a adaptação frente ao processo de modernização, mantendo-se ativo no contexto das transformações, sejam elas, sociais, políticas ou econômicas.

5.2. A agricultura familiar em espaços urbanos: uma proposta de conceituação

Ao trazer a questão da agricultura familiar em áreas urbanas e, nesse caso, ao abordar especialmente o caso de Pelotas, é necessário compreender o processo que resultou na atual organização do município, mais precisamente, do seu

perímetro urbano⁶⁵. Mas, é importante que se faça uma observação sobre a questão do reconhecimento do segmento da agricultura familiar nas políticas governamentais. Aliado a isso, a pretensão deste texto é apontar a existência de uma produção de caráter agrícola familiar fora do espaço rural, ou seja, dentro do perímetro urbano, como resultado de normatizações impostas pelas câmaras municipais.

Atualmente, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais estabelece que agricultores familiares e empreendedores rurais sejam todos aqueles que não possuem área superior a quatro módulos fiscais, utilize mão de obra da própria família, possua a renda familiar provinda de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento. Diante disso, é evidente que a lei em vigor reconhece como agricultor familiar aquele proprietário que possui sua terra em área rural.

Por outro lado, há uma lacuna nessas políticas públicas sobre como reconhecer a produção agrícola em espaços urbanos, realizada por estabelecimentos familiares. Atualmente, a Câmara dos Deputados Federais analisa o Projeto de Lei 3446/12 proposto pelo deputado João Paulo Cunha (PT- SP), que classifica como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades em imóvel rural. O objetivo da lei é proteger trabalhadores que residem e trabalham em áreas antes localizadas em espaços rurais, mas que por definição de Planos Diretores⁶⁶ passaram a ser consideradas urbanas. A proposta do Projeto de Lei altera a atual Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.326/06) por meio da reedição do texto original.

A atual lei determina que a propriedade do agricultor familiar deva estar necessariamente localizada em área rural. Fica claro que muitos municípios, sobretudo aqueles localizados em áreas metropolitanas, reduzem continuamente

⁶⁵ Trata-se aqui da caracterização da produção agrícola no interior da cidade de Pelotas e a compreensão desta produção por meio da análise da organização interna das unidades produtivas. Procurou-se abordar em pesquisas anteriores a produção agrícola presente no interior dos limites do perímetro urbano de Pelotas como Agricultura Urbana, devido à diversidade de situações encontradas neste espaço, muito embora seja reconhecida a presença de agricultores familiares.

⁶⁶ Quando é definido pelo Plano Diretor Municipal que uma determinada área considerada rural passa a ser destinada a funções urbanas, todos os agricultores que residem naquele espaço continuam sendo agricultores, porém, perdem o direito de acessar as políticas públicas voltadas ao fomento da agricultura familiar, por exemplo.

seus espaços agrícolas para aumentar a arrecadação municipal, mediante o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em detrimento do Imposto Territorial Rural (ITR). Apesar da mudança nos Planos Diretores, as atividades de caráter rural desenvolvidas no imóvel não são substituídas instantaneamente por funções de caráter urbano. Por isso, a necessidade de se estender as políticas públicas voltadas para a agricultura, também a estes agricultores urbanos. Assim, caso a lei tenha sua aprovação efetivada, as relações cada vez mais estreitas entre o campo e a cidade e o rural e o urbano passam a ter um novo ator evidente, o agricultor familiar urbano.

O tema tratado nesta pesquisa dialoga com a necessidade evidente de reconhecer a questão da agricultura familiar em áreas urbanas. Ao tentar impor barreiras entre o mundo urbano e o que está aparentemente fora dele, os marcos legais estabelecidos pelo Brasil – Decreto-Lei de 1938, normativa 311 e Lei nº 10.257/2001: Estatuto da Cidade – impedem, em teoria, a inter-relação de ambos os espaços, deixando claro o papel de subordinação exercido pelo rural.

É interessante observar que embora existam delimitações impostas pelos marcos legais brasileiros, a agricultura e a cidade estabelecem relações que vão além da subordinação imposta ao rural pelo urbano. Exemplos como o que ocorre em Pelotas ganha significado quando entendido como não sendo uma situação isolada. Estudos de caso, além do realizado por esta pesquisa, revelam situações semelhantes ao que é exposto aqui. Municípios como Lajeado⁶⁷ (FRANZ, 2012) e Porto Alegre (KOZENIESKI; MEDEIROS, 2009) no Rio Grande do Sul e Boa Vista em Roraima (PORTELA, 2009) foram submetidos ao mesmo processo de urbanização e avanço do limite do perímetro urbano, porém não eliminando em caráter imediato as expressões de ruralidade das áreas convertidas em espaço urbano.

Para a compreensão da realidade e a aproximação da agricultura estudada neste trabalho com a categoria analítica da agricultura familiar, tal como é entendida na sua concepção teórica ao longo das diferentes abordagens históricas, entende-se que o tema deve ser estudado, particularmente, a partir das formas de produção e reprodução desse segmento social. A partir dessas concepções, consideram-se a

⁶⁷ A pesquisa realizada no referido município aponta que a presença de famílias dedicadas a reprodução da agricultura no espaço urbano de Lajeado é caracterizada pela tentativa de garantir a permanência na terra, muito embora a imposição exercida pelo Plano Diretor, como uma resposta a inúmeras emancipações ocorridas em Lajeado, estabeleça aquele espaço como urbano por lei.

produção para o autoconsumo e para o mercado e as formas sociais de trabalho relacionadas à pluriatividade como elementos centrais na compreensão da agricultura familiar.

5.3. O autoconsumo e a comercialização da produção

A análise da produção agrícola, não só do ponto de vista econômico como fonte de renda familiar, mas também, sobre a dimensão que a produção para o autoconsumo possui para o segmento da agricultura familiar, principalmente, no que diz respeito à questão da autonomia⁶⁸ e da segurança alimentar. Sobre a autonomia (GAZOLLA, 2006. p. 74) diz que esta “é constituída por uma dupla lógica produtiva/reprodutiva, relacionada ao autoconsumo e ao grupo doméstico”. E, associado a isso o mesmo autor acrescenta que:

O autoconsumo familiar gera a autonomia produtiva e reprodutiva do grupo doméstico. A produção para o autoconsumo gera a autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva, uma das principais esferas responsáveis pela reprodução do grupo doméstico, ou seja, o autoconsumo, fazendo com que o grupo doméstico dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente. (GAZOLLA, 2006, p. 74)

Em termos gerais, o autoconsumo⁶⁹ ou “produção pro gasto” se refere à parcela da produção que possui a finalidade de atender as necessidades alimentares da família. Para os estudiosos do campesinato, destacando Chayanov (1974), esta é uma prática fundamental na organização produtiva e econômica dos camponeses, podendo até mesmo ser a principal. Grisa e Schneider (2006) reforçam a importância dos estudos sobre o autoconsumo:

Alguns estudos brasileiros também se dedicaram à temática, igualmente perseguindo entender a organização das unidades camponesas (HERÉDIA, 1979; GARCIA JR. 1983,1989; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; CÂNDIDO, 2001). Para estes, os camponeses organizam a unidade familiar e produtiva de modo a atender a sua subsistência. Os camponeses cultivam várias espécies de alimentos – mantém a horta, a produção de frutas, a

⁶⁸ Wanderley (2009) considera a autonomia como demográfica, social e econômica em que expressa a capacidade de promover a subsistência do grupo familiar. Porém, a autora considera também que esta autonomia é relativa, pois a necessidade de consumir produtos que não fazem parte do que é produzido no lote da família introduzem, no próprio modo de funcionamento da agricultura familiar camponesa, certos elementos externos a sua organização.

⁶⁹ É necessário salientar que o termo “autoconsumo” não deve ser entendido ou confundido com “subsistência”. Grisa & Shneider (2008) afirmam que enquanto o autoconsumo pressupõe somente o que é consumido pela família, subsistência envolve ainda a produção destinada à circulação mercantil, a partir da qual são adquiridos recursos igualmente importantes para a reprodução social.

lavoura, a produção de animais domésticos – caçam, pescam e ainda utilizam-se quando necessário de formas complementares à subsistência (a venda da força de trabalho, por exemplo). Neste escopo, o autoconsumo desenha-se uma estratégia central para a reprodução social dos camponeses. (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 486)

Outro fator a ser considerado é a relação existente entre as esferas consumo-venda (GRISA & SCHNEIDER, 2008), onde a produção que serve para o autoprovisionamento familiar também pode servir para a comercialização. Por isso, a escolha recai sobre produtos que possuam a característica da “alternatividade”⁷⁰ que, em outras palavras, é entendida por Gazolla (2004, p. 75-76.) como “[...] a possibilidade da produção para autoconsumo ser vendida ou consumida pelo grupo doméstico, dependendo das condições familiares”, ou seja, pelo número de trabalhadores e consumidores definidos por sexo e idade e também pelas condições sociais de reprodução em que o grupo familiar se encontra, além das condições de troca de produtos no mercado. Essa mesma lógica é explicada por Garcia Jr. (1983):

Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender a sua produção, guardando dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o agricultor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto ao autoconsumo destes produtos levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas. (GARCIA Jr., 1983, p. 129).

Diante deste ponto de vista, entende-se que os produtos priorizados pela alternatividade é um modo do agricultor familiar fazer frente à sazonalidade da produção. Porém, os principais fatores que vão determinar esta lógica na produção camponesa, produção-comercialização-consumo, é a composição a unidade familiar em números, ou seja, para Chayanov (1974) esta particularidade é explicada pela necessidade que a família possui em consumir associada à força de trabalho empregada na produção, resultando no balanço entre trabalho e consumo.

⁷⁰ [...] há uma esfera de consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos, São produtos que têm a marca da alternatividade. Alternatividade entre os produtos serem consumidos diretamente, e assim atender as necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc. (GARCIA JR. 1989, p. 117).

Levando em conta esse mecanismo interno de busca da proporcionalidade entre trabalho/consumo, a unidade econômica camponesa estabelece um ponto de equilíbrio onde a produção possui um limite, que é o da satisfação das necessidades da família, sendo desinteressante qualquer esforço maior. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.34).

É a partir da equação, trabalho/necessidade de consumo, que é feita a escolha por um determinado tipo de cultivo ou se existe a necessidade de comprar ou vender determinado produto. Ainda, leva-se em consideração que ao estar inserido em uma realidade que possui a lógica capitalista de produção, o agricultor não aspira mais somente atender à sua subsistência, ele quer também ser integrante da sociedade moderna e se tornar um consumidor de bens materiais e culturais. Este processo é entendido por Cândido (2001) da seguinte maneira:

Surgem assim (...) necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo sua autonomia e ligando-o estritamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do estado e do país, em contraste com a economia particular, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência. Doravante, ele compra cada vez mais, desde a roupa e os utensílios até alimentos e bugigangas de vários tipos; em consequência, precisa vender cada vez mais. (CÂNDIDO, 2001, p. 207).

Na área pesquisada na cidade de Pelotas, o autoconsumo aparece como uma estratégia de algumas famílias diante da necessidade de economia da renda familiar, evidenciado pelo abastecimento interno de alimentos considerados básicos (hortaliças, leite, frutas, ovos, etc.) e que são produzidos no próprio lote, tornando desnecessária a compra em estabelecimentos comerciais. Em outras palavras, o agricultor possui o domínio da produção do que lhe é necessário, podendo assim depender sua renda com outros tipos de produtos que não caracterizam a produção familiar ou até mesmo com bens de consumo (duráveis e não duráveis).

Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo demonstram que a prática da produção para o autoconsumo é recorrente em todas as propriedades visitadas e que esta possui importância fundamental para a agricultura familiar no espaço urbano de Pelotas. Contudo, alguns agricultores entrevistados evidenciam uma diminuição no grau de importância da produção “pro gasto” e consideram o processo de modernização e da especialização produtiva os fatores que causaram a fragilização do autoconsumo entre os agricultores familiares, como explica um dos entrevistados:

[...] no tempo do meu pai (refere-se à quando o mesmo administrava a propriedade) se plantava mais as coisas que a gente consumia em casa, tinha roça de tudo quanto é tipo, mas hoje a mentalidade nossa é outra, e tu pode ver aqui, tenho meia dúzia de verdura plantada, o que até ajuda, mas não é o suficiente. As galinhas dão bastante ovos, então a gente nem precisa comprar mas o “carro-chefe” mesmo é o leite. (Agricultor familiar, pesquisa de campo, 2014).

É possível observar, por meio da fala do entrevistado, que a mudança na racionalidade da produção acontece e é marcada pela especialização⁷¹ da produção para atender às necessidades do mercado. No caso da propriedade visitada, o agricultor é integrado à agroindústria do leite⁷² (figura 23). Corroborando este entendimento, Gazolla e Schneider (2007) acrescentam, em referência a Eric Wolf (1976), que o autor mencionado:

[...] também reconhece o papel da moderna agricultura e do mercado na desagregação do “mundo” camponês. Para o mesmo, o campesinato tende a deixar de lado a produção do mínimo calórico assim que a sociedade evolui e ocorre a consolidação das técnicas modernas de cultivo e criação, bem como o camponês começa a substituir os cultivos plantando os destinados à venda e ao lucro, pois nas sociedades complexas o lucro é que equivale aos diversos fundos em que o camponês tradicionalmente subsistia. Portanto, pudesse inferir daí que a produção de fundos no campesinato, segundo Wolf (1976), é um traço marcante e fundante do camponês, pois sem os diversos fundos não existiria camponês enquanto tal. (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 5)

⁷¹ É importante deixar claro que a especialização na produção é entendida como alternativa diante dos efeitos que sofre a agricultura com o processo de modernização e que esta mudança na lógica de produção não se configura como monocultura (o que descaracteriza o segmento da agricultura familiar), tendo em vista que em todas as propriedades visitadas, as quais possuíam algum tipo de atividade agrícola especializada, também foi possível encontrar o cultivo para o autoabastecimento, mesmo que em alguns casos não correspondia 100% da necessidade interna do grupo doméstico.

⁷² A integração às agroindústrias e aos Complexos Agroindustriais (CAIs) representam a diminuição da autonomia da produção que o agricultor possuía antes. Porém esta diminuição pode ser entendida como parcial, pois o agricultor possui o “saber fazer” e quando achar necessário pode desconsiderar a padronização imposta pela indústria.

Figura 23: Criação de gado para a produção de leite na localidade da Sanga Funda



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

Com relação à comercialização dos produtos agrícolas produzidos no espaço rururbano de Pelotas, percebe-se que a comercialização de legumes, frutas e hortaliças é realizada em feiras livres, localizadas em diferentes pontos da cidade, em supermercados e também diretamente com o CEASA. Considera-se que o acesso até os pontos de venda é facilitado, pois a produção e comercialização se encontram em um espaço próximo. Essa proximidade facilita a redução do custo final do produto e as condições do mesmo, no que diz respeito à qualidade dos alimentos perecíveis. Há casos em que a comercialização é feita no próprio lote (figura 24).

Figura 24: Comercialização de frutas em lote na localidade da Sanga Funda



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

Entretanto, a comercialização da produção animal é submetida aos Complexos Agroindustriais – CAI's, os suínos são vendidos diretamente a dois frigoríficos instalados na localidade da Sanga Funda. Nessa produção os agricultores seguem determinadas regras estabelecidas pela indústria. O mesmo acontece com a comercialização do leite. A criação de bovinos aparece em duas propriedades de forma especializada, ou seja, tem como orientação produtiva a pecuária leiteira. A alimentação dos animais em uma das propriedades é, basicamente, pelo uso de ração, de acordo com orientação da indústria. Em outra propriedade existe o cultivo de outros alimentos, tanto para o abastecimento interno quanto para a alimentação do gado, o que demonstra a questão da autonomia relativa na produção.

Isso também demonstra que mesmo estejam localizadas bem próximas umas das outras, cada propriedade tem sua forma diferenciada de gestão e produção. A comercialização do leite é feita junto a empresas de laticínios da região de Pelotas.

5.4. O panorama das atividades não agrícolas e a multifuncionalidade do espaço

Entre algumas assertivas desenvolvidas por Chayanov (1974) sobre a lógica da agricultura camponesa, está a de que o objetivo final deste segmento social é o

bem estar do grupo doméstico, ou como escrevem Gazolla e Schneider (2007), ao fazer referência ao mesmo autor:

[...] desenvolve a tese do equilíbrio ótimo entre consumo e trabalho visando explicar que as estratégias postas em prática pelos membros do grupo doméstico objetivam em última instância, a obtenção do consumo que é um pré-requisito fundamental para o bem estar de todo o grupo familiar.(GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p 05.)

Paulino e Almeida (2010) concluem ainda que o equilíbrio, no seu princípio básico, é o reflexo da harmonia entre três elementos, terra, trabalho e capital, quando assim ocorre, é caracterizado por ser uma situação ótima. No momento em que não existe o equilíbrio esperado entre estes elementos, ou a insuficiência de, por exemplo, terra, esse fator passa a ter função limitante no volume da atividade agrícola, configurando assim, a necessidade de buscar ganhos externos pela mão de obra familiar.

Por meio deste entendimento, sabe-se que a associação de atividades agrícola e não agrícola – pluriatividade – é a alternativa encontrada pelo grupo familiar frente ao equilíbrio interno que não foi alcançado. Portanto, as atividades que são desempenhadas por membros da família, no interior do lote ou fora dele, representa a possibilidade na reprodução do grupo doméstico.

Ao tecer sua análise sobre a pluriatividade das famílias agrícolas, Wanderley (2004) reconhece que para alguns autores a pluriatividade corresponde a um processo gradual, em que o resultado será a extinção das atividades agrícolas ou a perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias e ainda conversão, também gradual, rural para o urbano. Mas, no seu entendimento:

[...] tal desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido num sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família. (WANDERLEY, 2004, p. 52)

Ao trazer o tema da pluriatividade para este trabalho, fez-se necessário levar em conta o ambiente em que a agricultura analisada está inserida e a relevância do papel econômico e social que ela desempenha na área de estudo. Associar atividade agrícola e emprego não agrícola é comum quando se explica este processo por meio da modernização da agricultura. Nesta pesquisa a análise recai

sobre o processo de urbanização, que não configura o processo de modernização ocorrido no rural mas a alteração de uma parcela rural em área urbana, alterando significadamente, mesmo que não em imediato, a vida dos agricultores que ali se encontram.

Para entender melhor esse processo, questionou-se como era formada a renda nas vinte e oito propriedades pesquisadas e quais os tipos de trabalho desempenhados em cada uma delas. Assim, estabeleceram-se alguns elementos para formular a ideia sobre até que ponto a pluriatividade é importante para a composição da renda familiar. (Tabela 04).

Tabela 04: Qual é a principal fonte de renda da propriedade?

Atividade	%
Venda de produtos de origem vegetal	29
Venda de produção pecuária (e derivados)	31
Venda de produtos artesanais	1
Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)	10
Aposentadoria/pensão.	7
Aluguéis/arrendamentos	2
Atividades não agrícolas/serviços realizados fora da propriedade.	18

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A guisa de exemplo, nas propriedades pesquisadas, ficou demonstrada a importância econômica do trabalho realizado fora da propriedade, sendo agrícola ou não, representando a principal fonte de renda de aproximadamente 30% dos estabelecimentos agrícolas no rururbano pelotense.

Quando a pluriatividade aparece⁷³, o emprego não agrícola é a alternativa mais comum buscada por membros das famílias entrevistadas. A proximidade com o

⁷³ Em quatro propriedades entrevistadas a pluriatividade não era praticada por nenhum membro da família.

“mundo urbano” e as atividades que nele são desempenhadas representa a alternativa mais comum, sobretudo, pelos mais jovens que buscam trabalho fora da propriedade.

Por outro lado, a multifuncionalidade, comumente associada ao rural, é um conceito que pode ser considerado como uma perspectiva para analisar os fenômenos que vêm se desenhando nas interfaces do rural com o urbano, através do reconhecimento da existência de outras funções além da agricultura. Pela perspectiva da multifuncionalidade associada ao rural e sobre as “novas” funções descritas a este espaço, debatem-se sobre quais seriam realmente às funções e/ou as “novas” funções da agricultura. O que na percepção de Carneiro corresponde à:

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO, 2003, p. 19)

Assim, Carneiro (2003) analisa as funções da agricultura familiar centrados, principalmente, em quatro dimensões básicas da multifuncionalidade: a reprodução socioeconômica das famílias, onde analisa as fontes geradoras de renda, as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade; a promoção da segurança alimentar das famílias, abrangendo a produção para o autoconsumo e para a comercialização; a manutenção do tecido sócio cultural, em que se refere às condições de vida e da reprodução das culturas locais; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, aqui entendido como referência ao uso de recursos e sua preservação.

Mesmo sob a ótica da multifuncionalidade, a agricultura familiar em espaços urbanos se torna responsável pela promoção das demais funções que vai além da produção, podendo ser traduzida em atividades não agrícolas, como a agroindústria familiar (figura 25).

Figura 25: Agroindústria como exemplo de multifuncionalidade no espaço rururbano



Fonte: Acervo do Autor, 2014.

A agricultura familiar e os elementos referentes à pluriatividade e a multifuncionalidade encontrados na área de estudo desta pesquisa representam fatores que, concomitantemente, podem ser associados às dinâmicas presentes no rural contemporâneo. No entanto, são características marcantes na lógica de reprodução das unidades produtivas familiares localizadas no espaço urbano de Pelotas.

Cabe ressaltar, quando se trata de entender a produção agrícola em áreas urbanas, esta situação demonstra que as estratégias dos agricultores familiares urbanos para a manutenção da unidade produtiva não são diferentes daquelas realizadas por produtores familiares rurais, rompendo mais uma vez com os limites impostos pelas concepções legais que definem distintamente o rural do urbano.

Entende-se que essas estratégias são resultado de um processo histórico e, também normativo de configuração do perímetro urbano, que por sua vez, possibilitou que em sua organização espacial mantivesse características – formas e funções – relacionadas ao espaço rural. E, garantindo aos moradores dessas áreas, tanto pelos cultivos agrícolas quanto pela criação de animais, a produção agrícola

para o autoconsumo e, ainda, a geração de renda familiar com a comercialização dos produtos agrícolas e com as ocupações no trabalho não agrícola.

Ao se discutir a reestruturação do urbano, na interface rural-urbana e no contexto de urbanização de novas áreas, questiona-se o grau de transformação da agricultura, buscando entender como as áreas que constituem o urbano se transformam num espaço multifuncional, ou seja, num espaço rural com diversidade de usos e funções. Ou como são mantidas áreas agrícolas com novas características produtivas e socioeconômicas, constituindo um quadro diversificado de bens e produtos, voltados ao atendimento do mercado urbano local.

Assim, a interface rural-urbana também possibilita o entendimento de que as atividades agrícolas, além de uma produção intensiva para o mercado urbano próximo, pode propiciar a conciliação entre a agricultura e as funções e usos urbanos do solo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de investigação no campo da ciência geográfica implica ao investigador um exercício de reflexão sobre a realidade social, econômica, ambiental e cultural na qual o seu objeto de estudo está inserido. A Geografia, dentre suas inúmeras análises, se configura pela busca, significativa, de métodos e técnicas que permitam ao pesquisador, de forma mais ampla, identificar situações referentes a um aspecto particular do mundo (objeto de estudo).

À vista disso, a proposta apresentada por esta dissertação buscou compreender questões pertinentes sobre o tema proposto, como a compreensão de categorias analíticas e normativas que permitem o entendimento de fenômenos relacionados ao rural e ao urbano, bem como, a dinâmica das transformações que ocorrem nestes espaços, buscando associar questões que envolvem o mundo rural e a sociedade urbana. Para tanto, o estudo apresentou uma compreensão teórica e empírica a respeito do que ocorre com a realidade no Brasil e, especificamente, no contexto da organização espacial urbana do município de Pelotas.

Para tal discussão, procurou-se entender como o rural e o urbano são compreendidos no âmbito das suas relações e das concepções analíticas e normativas. E, na raiz do problema, está o Decreto de Lei 311 de 1938, elaborado no governo de Getúlio Vargas, que estabelece o conceito normativo do que é urbano no Brasil. Assim, a delimitação do perímetro urbano passa a ser definida pelas Câmaras Municipais, e, por meio do Plano Diretor Municipal, as prefeituras atuam no processo de ordenamento territorial da cidade.

Seguindo a normatização estabelecida pelo referido Decreto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas adota essa concepção na metodologia que identifica a localização dos domicílios no território. Assim, ao contabilizar a população brasileira, registra o crescimento significativo do número de pessoas consideradas como moradores urbanos, por outro lado, o Brasil rural corresponde, de acordo com o mais recente Censo Demográfico realizado em 2010, a cerca de 15% da população do país, representando aproximadamente 30 milhões de pessoas. Ao contrário, com a utilização dessa metodologia, os habitantes urbanos vêm crescendo ano a ano.

A complexidade de tal debate parte da imposição metodológica utilizada pelo IBGE e as consequências geradas por esta abordagem normativa. Sabe-se que o crescimento generalizado das cidades foi reflexo das transformações que ocorreram no meio rural brasileiro e que o êxodo rural é a consequência de diversos fatores associados, sobretudo, à modernização e industrialização do país, a situação econômica, com falta de empregos no campo, o avanço da agricultura mecanizada e da monocultura, como também os atrativos culturais das cidades. Por meio desta observação, alguns estudos acadêmicos apontam a subordinação do campo à cidade, estabelecendo a ideia do *continuum* rural-urbano.

Nesse sentido, o “novo rural” brasileiro, na visão de Graziano da Silva (1999), é entendido a partir do avanço da modernização/urbanização sobre o espaço rural e pelo crescimento de atividades de cunho não agrícolas, explicando, assim, em parte as transformações do mundo rural contemporâneo. Essa ideia encontra-se fundamentada na expressão do *continuum* entre o rural e o urbano. No mesmo sentido, o desenvolvimento intensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização da sociedade e dos seus espaços.

Por outro lado, a cidade e o campo encontram-se em meio à outra situação de aproximação, caracterizada pelo avanço dos perímetros urbanos sobre as áreas rurais. Isso pode ocorrer como estratégia de ordenamento territorial adotada pelos municípios que recebem um significativo contingente populacional, refletindo mudanças nas formas, funções, estruturas e processos de produção e reprodução da cidade. Assim, tem-se a transformação de áreas essencialmente rurais em perímetros urbanos com a finalidade de arrecadação de tributos do IPTU, potencializando a representação percentual da população urbana brasileira.

Os impactos resultantes deste crescimento conduzem a importantes mudanças na expansão física das cidades e faz com que atividades consideradas essencialmente rurais no passado, passem a ter papel fundamental e função econômica e social em espaços urbanos. Nesse caso, a agricultura, então, ultrapassa os limites entre a cidade e o campo e exerce um importante papel na geração de emprego e renda para inúmeras famílias.

Na tentativa de compreender este espaço, híbrido ou em transição, na dinâmica sociocultural e econômica da cidade, onde elementos relacionados à ruralidade se fazem presentes, toma-se a agricultura familiar, como categoria analítica, que integra o rural e urbano em um mesmo espaço, rompendo assim a visão dualista dos processos espaciais.

Assim, a reprodução da agricultura familiar no espaço urbano do município de Pelotas é entendida como o resultado do processo histórico pelo qual passou o espaço em análise. Ao mesmo tempo, não representa a ruptura total com as expressões e formas da ruralidade, demonstrando a capacidade do segmento familiar na agricultura em estabelecer estratégias de reprodução social e territorial que garantem sua permanência no contexto atual da cidade, apesar de toda a ordem de restrições às quais se encontra submetida.

Quanto à problemática conceitual apresentada por este estudo, considera-se fundamental repensar os critérios metodológicos utilizados para a normatização da agricultura familiar no Brasil, pois, além de ser uma forma de organização social da produção, a agricultura é um modo de vida e que, por sua vez, necessita ser reconhecida pelas políticas públicas. Não obstante, o processo de urbanização e as normatizações impostas na constituição da cidade não têm levado em consideração as expressões históricas da ruralidade e, conseqüentemente, as manifestações de agricultura familiar no espaço urbano.

Portanto, diante do panorama traçado, a predominância do fenômeno da urbanização no Brasil é inegável, mas ao mesmo tempo é contraditório e combinado com as manifestações do rural. Os resultados desta pesquisa reposicionam o olhar sobre as interfaces entre o rural e o urbano e a emergência da reflexão mais abrangente sobre a presença da agricultura em áreas urbanas. Outrossim, o reconhecimento da existência da produção agrícola familiar na cidade de Pelotas evidencia a necessidade de adotar categorias analíticas que permitam entender as aproximações entre o mundo rural e o urbano no Brasil. Frente aos elementos teóricos e empíricos apontados por esta pesquisa, é possível observar as inúmeras dificuldades e inconsistências das diferentes abordagens sobre a problemática rural-urbana, as quais podem ser superadas com o estabelecimento de relações que ultrapassam os marcos legais impostos a definição de campo e cidade.

Conclui-se que, na medida em que a dicotomia entre o rural e o urbano é desconstruída surgem elementos que configuram uma nova realidade fundamental para a identificação dos grupos sociais envolvidos no processo de constituição do espaço híbrido entre a cidade e o campo, nessa pesquisa representado pelo rururbano pelotense.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N.; TESTA, V. M. ; FERRARI, D. **Juventude e agricultura familiar**. Brasília: Edições da UNESCO, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALBA, J. M. F. **Trabalhos Acadêmicos de geoprocessamento desenvolvidos no laboratório de planejamento ambiental em 2007**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2008.
- ARRIADA, E. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- BAGLI, P.. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81 – 109.
- BEAUJEU-GARNIER, J.. **Geografia Urbana**. Lisboa: Caloreste Gulbenkian, 1997.
- BEGNIS, H. S. M. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gest. Prod**, São Carlos, v. 14, n. 2. 2007. p. 311-322.
- BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. **Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, São Paulo, 2008.
- BISPO, C. L. de S.; MENDES, E. de P. P.; RURAL/URBANO E CAMPO/CIDADE: CARACTERÍSTICAS E DIFERENCIAÇÕES EM DEBATE. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia, 2012.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 311 de 02 de março de 1938**. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes>>. Acesso em: 28 abr. de 2013.
- CALDEIRA, J. **A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil (em português)**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. 376 p.
- CANDIOTTO, I. Z. P.; CORREA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev., 2008.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula”? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. p. 129-136.

CARIONI, J., C.; LOPES, G. B. Di B.; VAZ, N. P. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA NO BRASIL: O papel do poder público, dos movimentos sociais e das comunidades locais frente os conflitos socioambientais do porto da barra em Florianópolis. **Anais do 14º Encontro de geógrafos de América Latina**. Lima, 2013.

CARNEIRO, M. J. T. Do rural e do urbano: Uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. **Anais do II Seminário sobre o novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, out. 2001.

_____, M. J. T. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. **Mundo rural e política**. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CONCEIÇÃO, J. Á. da. *et al* Espaço e Tempo na Formação Urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Anais do 12º Encontro de geógrafos de América Latina**. Montevideu, 2009.

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J; MARAFON, G. (Org.). Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2011.

CAZELLA, A. *et al*. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o desenvolvimento da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Agricultura Familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CORREA, R. L. A. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, p. 279-319.

COSTA, E. B. da. **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já editores, 1998.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

ENCYCLOPÉDIA BRITANNICA. **Zemstvo**. London, 23 mar. 2000. Especiais. Acessado em 23 ago. 2013. Online. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/656413/zemstvo>>

ENDLISH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão, WHITACKER, Artur Margon. (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.

FEE, Fundação de Economia e Estatísticas do Estado do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2011.

FRANZ, J. C.; SALAMONI, G. Os reflexos do processo de urbanização sobre a agricultura familiar no município de Lajeado-RS. **Anais do XXXI Encontro Estadual de Geografia**, Rio Grande/ Porto Alegre: Editora da AGB, 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GARCIA JR, A. R. **Sul o Caminho do Roçado**: estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; MCT – CNPq, 1989.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: Schneider S.. (Org.). **A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2006, v. 1, p. 82-103.

_____, M. ; Schneider, S. . **A produção da autonomia**: os papéis da produção para autoconsumo na agricultura familiar. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.

GERARDI, L. H. de O. ; SALAMONI, G. Para Entender o Campesinato: A contribuição de A. V. Chayanov. **Geografia**, Rio Claro, v.19. n.2, p. 197-208, outubro 1994.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira** - alguns temas sobre o rural brasileiro. Boletim Regional, v. 9, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Coleção Pesquisa, 1999.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, 2008, vol.46, n.2, p. 481-515, 2008.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro; COSTA, Benhur; PIRES, Cláudia; UEDA, Vanda. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico - 2000**: Primeiros Resultados da Amostra. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_prim_resultados.shtm> Acesso em: 23 ago. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico - 2010**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>

Acesso em: 23 ago. 2012.

INCRA/FAO. **Análise e Diagnóstico de Sistemas agrários – Guia metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, s.d.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KOZENIESKI, E. de M.; MEDEIROS, R. M. V.. A Manutenção De Espaços Rurais Em Porto Alegre/RS: Uma Análise Preliminar. **Geografia-Ensino & Pesquisa (UFSM)**, v. 13, p. 33-41, 2009.

LEFEBVRE, H. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. 121p.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura Urbana**. Planaltina, DF: EMBRAPA CERRADOS, 2002.

MACHADO, F. da S. Agricultura e reestruturação espacial na interface rural-urbana: questões teórico-metodológicas centrais à pesquisa. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.9, n.17, p.194-229, abr.2014.

MAGALHÃES, M. O. **História do Rio Grande do Sul (1626-1930)**. Pelotas: Armazém Literário, 2002.

_____. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, 1981.

_____. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Livraria Mundial/Ed.UFPel, 1993.

_____. **Os passeios da Cidade Antiga: Guia histórico das ruas de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

MARAFON, G. J; PESSÔA, V. L. S. (Orgs). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisas no rural e no urbano**. Uberlândia: Assis Editor, 2008.

_____, G. J. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para investigadores em Geografia Agrária. **Revista Geográfica de America Central (online)**, v. 2, p. 1-13, 2011.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 95-112, ano 18, 2002.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 138 p.

MORAES, V. S. de. **Industrialização brasileira: de Vargas a FHC**. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/industrializacao/industrializacao-brasileira-de-vargas-ao-periodo-neoliberal.html>> Acesso em: 17 de mai. 2014.

MOREIRA, R. J. (Orgs.) **Identidades Sociais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MUNIZ, T. R. de P., *Et al.* Agricultura urbana e periurbana em Uberlândia: Um estudo de caso. **Anais do II Simpósio regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no século XXI**. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/2srg/5/5-167.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2013.

PAULA, S. G. de. Natureza, ruralidade e experiência urbana. In: MOREIRA, Roberto J.(Org.) **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro:DP&A Editora, 2005. p.237-253

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PELOTAS. Lei 5.502, de 11 de setembro de 2008. III Plano Diretor Municipal Integrado. **Câmara Municipal**, Pelotas, 2008.

PELOTAS. **Plano Diretor de Pelotas**. Porto Alegre: ORPLAN, 1967.

PINTO, C. V. da. **A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ESPAÇOS URBANOS: O “Rururbano” e as relações cidade-campo em Pelotas/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso – Geografia – Universidade Federal de Pelotas - 2011 – p. 88

_____, C. V. da S.; FRANZ, J. C., SALAMONI, G. A AGRICULTURA E A CIDADE: A produção de alimentos no espaço urbano de Pelotas-RS. In: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente. **ESTUDOS AGRÁRIOS: A COMPLEXIDADE DO RURAL CONTEMPORÂNEO**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2011. p.18-33.

_____, C. V. S.; SALAMONI, G. URBANIZAÇÃO E RURALIDADE: Concepções teóricas e estudo empírico em Pelotas-RS. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. Anais do XXI ENGA, 2012.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PORTELA, V. F. **Processo de ruralização do urbano: agricultores familiares na cidade de Boa Vista - Roraima**. Textos e Debates (UFRR), v. 16, p. 35-59, 2009.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. da. O CAMPESINATO REVISITADO: CONTRIBUIÇÃO PARA COMPREENSÃO DA AGRICULTURA CONTEMPORÂNEA. **Anais do 48º SOBER**. Campo Grande, 2010.

RESENDE, S. Interações entre rural e urbano: discussões e tendências de análise. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007.

RHODEN, L. F. **Urbanização no Rio Grande do Sul: Origens e evolução**. Porto Alegre: ED/PUCRS, 1999.

ROCHA, L. H. M.; MIORIN, V. M. F. . A IMPORTANCIA DA TERRA NA ORGANIZACAO ESPACIAL A FORMACAO ECONOMICO-SOCIAL DO ESPACO SUL-RIOGRANDENSE. **Geografia. Ensino & Pesquisa**, SANTA MARIA, v. 3, p. 07-36, 1989.

RODRIGUES, V. L. G. S. O campo e a Cidade? In: RODRIGUES, V. L. G. S. **URBANIZAÇÃO E RURALIDADE: Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal**. Brasília: MDA, 2009.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As Categorias Rural, Urbano, Campo, Cidade: A Perspectiva de um Continuum. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Artur Margon. (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187-205.

ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Ed.UFPel, 1985.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACHS, I. **Brasil rural: da descoberta à invenção**. São Paulo: Estudos Avançados, 2001.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, M. **Espaço e sociedade**. Petrypolis: Vozes, 1979.

_____, M. Espaço e método. São Paulos, Nobel. 1985.

_____, M; SILVEIRA, M. L. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHASBERG, B.; PINHEIRO, O. M. **LIVRO PLANO DIRETOR: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: MC, 2004.

SILVA, F. A. **Forma, Função Estrutura e Processo: uma contribuição miltoniana para o método da Geografia no período técnico-científico-informacional**. Paisagens (USP), v. XIII, p. 35-40, 2010.

SILVA, W. R. da. REFLEXÕES SOBRE O URBANO NO BRASIL. In: SPOSITO, M. E. B., WHITACKER, A. M. (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 65-81.

SOARES, P. R. R. Dilemas na conceituação da cidade e do urbano no Brasil. In: SAQUET, M.A. ; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G.. (Orgs.). **Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 67-78.

SOROKIN, P. et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. [1930] In: MARTINS, J. (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.p.138-169.

SPOSITO, M. E. B., WHITACKER, A. M. (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____, M. E. B. A Questão Cidade-Campo: Perspectivas a Partir da Cidade. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão, WHITACKER, Artur Margon. (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

_____, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização: Núcleos urbanos na história, revolução industrial e urbanização, a cidade moderna: para onde?**. São Paulo: Contexto, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova** (Barcelona), Barcelona, v. 93, 2001.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA** (UNESP), v. 10, p. 134-150, 2007.

_____, J. C. Modernização, território e relação campo-cidade - uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária** (São Paulo. Online), v. 6, p. 83-95, 2007

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

VIEIRA, S. G. **A Cidade Fragmentada: o planejamento e a segregação social do Espaço Urbano em Pelotas**. Pelotas: Ed.UFPel, 2005.

_____, S. G. **As Cidades do Prata: apontamentos para análise da formação territorial e urbana do extremo sul do Brasil**. Terra Brasilis (Nova Série), v. 2, p. 30, 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. [s.i]: **Reforma Agrária**,1995.

WEIMER, G. **Origem e evolução das cidades Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Editora do Arquiteto, 2004.

XAVIER, S. C.; BASTOS, C. A. B. Estudo do Crescimento Urbano Aplicado ao Mapeamento Geotécnico: Uma Metodologia de Análise. **Revista Brasileira de Cartografia**. Campinas: Unicamp, 2010.

APÊNDICE

Apêndice 01- PROPOSTA DE ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome entrevistado (família):

questionário n°:

Data:

Localidade:

Idade do entrevistado:

Referência para localização:

Numero GPS:

Sistema da Agricultura:



Social



Técnico



Produção

1.

Condição do produtor.

Proprietário	
Arrendatário	
Meeiro	
Outro: qual?	

2.

(Quando proprietário) Como adquiriu suas terras?

Herança		parte herança/parte compra		compra	
---------	--	----------------------------	--	--------	--

2. Uso do solo:

Área total—ha	
Área cultivada - %	

3. Que máquinas e instrumentos agrícolas são utilizados na propriedade?

	SIM	NÃO		SIM	NÃO		SIM	NÃO
Trator			Arado			roçadeira		
Carroça			Disco			trilhadeira		
Pulverizador			Reboque			capinadeira		
Plantadeira			Grade			caminhão		

4. Como é formada a renda na propriedade?

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produção pecuária (e derivados)	
Venda de produtos artesanais (quais?)	
Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)	
Aposentadoria/pensão.	
Aluguéis/arrendamentos	
Atividades não agrícolas/serviços realizados fora da propriedade. (quais?)	

5. Quais produtos cultivam na sua propriedade? Com qual finalidade?

Culturas	AC	C	Culturas	AC	C
Milho			Feijão		
Cebola			Batata-inglesa		
Leite			Batata doce		
Beterraba			Hortaliças		
Tomate			Cenoura		

AC - Autoconsumo

C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3- feiras livres; 4 agroindústria; 5 – intermediário.

6. Tipo de Rebanho.

Tipo	Número de Cabeças
Bovino	
Equinos	
Aves	
Suínos	
Ovinos	

7. Quais possuem maior importância na formação da renda familiar?

8. Há quantos anos se dedica a essa atividade? Por quê?

Processo de constituição histórica da propriedade familiar.

9. Há quanto tempo à família reside no bairro?
10. Há quanto tempo à família reside na atual propriedade?
11. No entendimento da família, como o bairro se formou?
12. Qual é a procedência da família que reside nesta propriedade (município-localidade e rural-urbano)?
13. Existe algum receio a respeito de que o crescimento da cidade em direção a Zona Norte possa interferir na produtividade agrícola da propriedade?
14. Como o proprietário do lote se autoidentifica (agricultor, agricultor familiar, outro)?
15. Tem conhecimento a respeito da Lei da Agricultura Familiar?
16. Tem conhecimento a política pública do governo federal denominada PRONAF? Se sim, o que pensa sobre ser beneficiário da mesma?
17. Sobre a propriedade, qual o tipo de imposto pago? ITR ou IPTU?

Perspectivas de permanência da agricultura familiar no espaço urbano de Pelotas.

18. A família pensa em mudar-se para outro bairro ou localidade (rural ou urbana)?
19. Quais mudanças são perceptíveis pela família com relação ao número de condomínios e empreendimentos imobiliários no bairro?
20. A família foi procurada por alguma empresa, imobiliária ou construtora para tratar da possível venda da propriedade? Se sim, venderia a propriedade?
21. A família está satisfeita com o lugar em que vive (bairro)? E se pretende dar continuidade as atividades relacionadas à agricultura?